

ISSN 1983-5086

Latinidade

Edição
Especial
2010

Revista do Núcleo de
Estudos das Américas

Latinidade - Edição Especial - 2010



ISSN 1983-5086

Latinidade

Revista do Núcleo de Estudos das Américas

Edição Especial 2010



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Ricardo Vieiralves de Castro

Vice-reitora

Maria Christina Paixão Maioli

Sub-reitora de Graduação – SR1

Lená Medeiros de Menezes

Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa – SR2

Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

Sub-reitora de Extensão e Cultura – SR3

Regina Lúcia Monteiro Henriques

Centro de Ciências Sociais - CCS

Diretor

Domenico Mandarinò

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH

Diretor

José Augusto de Souza Rodrigues

Núcleo de Estudos das Américas - NUCLEAS

Coordenadora

Maria Teresa Toribio B. Lemos

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

L357 Latinidade. - Janeiro-Junho (2009) - . - Rio de Janeiro : UERJ. IFCH. Nucleas, 2010 - .
v. : il.
112p.
Edição Especial.
Inclui bibliografia.
ISSN 1983-5086

1. América Latina - Periódicos. 2. Ciências sociais - Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Núcleo de Estudos das Américas.

CDU 3(05)



Latinidade



Editor Responsável:

Maria Teresa Toribio Brittes Lemos

Conselho Editorial:

Andrzej Dembiz (Univ. de Varsóvia)

Alexis T. Dantas (UERJ)

Dejan Mihailovic (Univ. TEC Monterrey/ME)

Luiz Henrique Nunes Bahia (UERJ)

Maurício Mota (UERJ)

Edna Maria dos Santos (UERJ)

Lená Medeiros de Menezes (UERJ)

Maria Luzia Landim (UESB)

Conselho Consultivo:

Fernando Sérgio Dumas dos Santos
(Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ)

Mônica Leite Lessa (UERJ)

Raimundo Matos (UESB)

Paulo Roberto Gomes Seda (UERJ)

José Flávio Pessoa de Barros (UERJ)

Miriam Gomes Saraiva (UERJ)

Programação Visual:

Ramon Moraes

Sumário

Apresentação

América Latina en la política exterior de Polonia	7
<i>Andrzej Dembicz</i>	

A América Latina na política polonesa. Da perspectiva do CESLA 2009	9
<i>Andrzej Dembicz</i>	

Relações Polônia-América Latina e Caribe	17
<i>Trabalho elaborado pela Seção da América Latina e Caribe, Departamento da América do MNE – Varsóvia, janeiro de 2009.</i>	

Presença da América Latina na política externa polonesa – retrospectiva das relações bilaterais no período de 1990 a 2005	33
<i>Lech Miodek</i>	

Presença da América Latina na Economia Polonesa e no Intercâmbio Comercial	55
<i>Joanna Gocłowska-Bolek</i>	

Relações contemporâneas Polônia – Comunidade Polônica latino-americana. Tentativa de abordagem da problemática pela perspectiva acadêmica	71
<i>Mariusz Malinowski</i>	

A Imigração Latino-Americana na Polônia no Contexto da Imigração Latino-Americana na União Européia	81
<i>Francisco J. Rodriguez Abraham</i>	

Percepção da América Latina e das relações polono- latino-americanas na imprensa polonesa	101
<i>M. Krawczuk</i>	

Normas editoriais	111
-------------------------	-----



Apresentação

América Latina en la política exterior de Polonia

La política exterior de Polonia vivió durante los años recientes una etapa de reorientación y hasta desestabilización. Ésto, tanto en efecto de causas internas de cambios de gobierno, como también externas y la necesidad de ajustarse a las reglas de juego comunitarias de la Unión Europea, cuyo miembro Polonia es desde 1 de mayo de 2004.

Los cambios en lo conceptual y en lo práctico de la política exterior polaca afectaron, por supuesto, también las relaciones bilaterales con los países de América Latina. Pasaron a ser éstas menos intensas y menos fluidas, siendo las iniciativas nacionales polacas subordinadas de modo excepcional, irreflexivo casi, a los lineamientos marcos de la Unión Europea. Tal situación extrema puede resultar contraproducente y hasta peligrosa desde el punto de vista del desarrollo intelectual del latinoamericanismo en Polonia.

Para el Centro de Estudios Latinoamericanos de la Universidad de Varsovia las relaciones bilaterales con los países de América Latina constituían siempre un objeto de interés primordial, tanto más que el CESLA mismo, es uno de los sujetos creadores de las relaciones académicas e intelectuales bilaterales e interregionales.

Lo anteriormente expuesto hizo que en 2008 el CESLA realizó un proyecto de investigación dedicado al problema de “América Latina en la política exterior de Polonia”, cuyo objetivo fué un complejo análisis de las relaciones mutuas polaco – latinoamericanas recientes vistas a través de lo político, económico, cultural, demográfico y migratorio, incluyendo también las reflexiones sobre el rol de las comunidades brasileiras de ascendencia polaca.

Los participantes del proyecto y autores de los textos presentados son todos investigadores del CESLA. Colaboró en este esfuerzo con un análisis informativo el equipo de América Latina y el Caribe del Departamento de América del Ministerio de Relaciones Exteriores de Polonia.

Los textos aquí presentados fueron publicados originalmente en polaco bajo el título de *Ameryka Lacinska w polskiej polityce* en la colección Dokumenty Robocze / Documentos de Trabajo 49, Warszawa 2009, 79 p.

El Centro de Estudios Latinoamericanos le agradece la colaboración a la Universidade do Estado do Rio de Janeiro y espera que los análisis presentados resulten de interés para los lectores de la revista *Latinidade*

Varsovia, agosto de 2009

Andrzej Dembiński

A América Latina na política polonesa. Da perspectiva do CESLA 2009

Andrzej Dembicz

Há quinze anos passados, em 1994, em colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Polônia (RP), o Centro de Estudos Latino-Americanos (CESLA) organizou a primeira série de conferências dedicadas à problemática das relações da nova Polônia com os países da América Latina, intitulada *América Latina na política polonesa no contexto das relações contemporâneas e dos processos regionais e globais; orientações possíveis e desejáveis de interesses e estudos*. A Polônia e a América Latina, que política e democraticamente renasciam, tinham muito a se dizer, reciprocamente, e esse diálogo começava então parecer bastante promissor. Por ocasião desse aniversário e das experiências reunidas nessa esfera (veremos abaixo), vale retornar à problemática, tanto mais que a dinâmica das relações globais e da participação nas mesmas dos diversos agentes regionais sofreu alteração, embora a atenção do CESLA quanto a esse aspecto permaneça invariável e o acervo não pequeno.

O Centro de Estudos Latino-americanos, criado em 1988, tem desde o início de sua existência como objetivo o estudo, a formação e a divulgação do conhecimento sobre a América Latina, bem como atividades em favor das relações mútuas da Polônia e da Europa com essa região. Essas tarefas foram gradualmente introduzidas na prática, sendo que, nos quadros das pesquisas e divulgação do conhecimento, a problemática das relações mútuas da Polônia com a América Latina era um dos elementos permanentes dos interesses e das atividades do CESLA.¹ Quase também desde o início, o Centro realizou essa problemática na cooperação internacional, sobretudo centro-européia, latino-americana (Argentina, Brasil, Chile, México) e polônica, o que adicionalmente implicava estudos sobre as relações com a Argentina e o Brasil.

A noção de relações foi concebida amplamente, abrangendo todos os aspectos da política e das atividades sociais, enquanto o papel que o Centro devia desempenhar oscilava entre pesquisas e relações diretas com os centros de pesquisa na América Latina, e a promoção da problemática latino-americana nos meios políticos, econômicos e científicos da Polônia.

Os resultados dessa visão concebida de forma bastante ampla foram os inúmeros programas e projetos empreendidos em 1992. O programa internacional guia, central, realizado em colaboração com mais de uma dezena de centros universitários na Europa e América Latina, e realizado sob o patrocínio do Comitê Polonês da UNESCO, foi o programa intitulado “Diálogo interregional Europa Centro-Leste – América Latina”, que basicamente durou de 1995 a 2001 e foi financiado formalmente pelo Comitê de Pesquisas Científicas como programa especial de pesquisas nos anos 1999-2001.

Em suma, o efeito da realização do programa constituiu-se em cerca de 25 conferências internacional e nacionais, mais de 30 títulos de publicações nos idiomas polonês, espanhol, português e inglês, editados em Varsóvia e no exterior (Brasil, Áustria), três doutorados, intercâmbio de cientistas e estudantes numa dimensão de cerca de 100 pessoas aprovadas e enviadas.

Todo o programa era composto por uma rede bastante densa de temas e de cooperação nacional e internacional. A cooperação nacional era, nesse caso, extraordinariamente importante, pois possibilitava a realização de campos básicos de atividades: pesquisas sobre as relações polono-latino-americanas nos tempos presentes, portanto, anos noventa, e realização de ações em favor da percepção adequada da América Latina pelos meios políticos e econômicos poloneses. Como lembramos, era uma época de grande transformação sistêmica e de abertura da Polônia para novos parceiros estrangeiros. A América Latina, apesar de boas ou corretas relações da PRL (abreviação de República Popular da Polônia em polonês) com mais de uma dezena de seus países, permanecia pouco conhecida do ponto de vista político e econômico, sendo que as interpretações polonesas baseavam-se - em grau significativo - em estereótipos. Isso criava excelentes condições para a co-atuação em favor da dinamização do conhecimento e das relações mútuas com muitas instituições governamentais e não-governamentais. No período dos anos 1990, tal cooperação desenvolveu-se, muito frutiferamente, com a Chancelaria do Presidente da República da Polônia, Ministérios dos Negócios Estrangeiros, Ministério da Economia, Ministério da Educação Nacional, Comunidade Polonesa, Comitê Polonês da UNESCO, Câmara Econômica Nacional, Instituto de Conjunturas e Preços. Foi também um período, em que a iniciativa econômica polonesa estava bastante disposta a cooperar com instituições científicas. No caso dos programas e

projetos de pesquisa mencionados, em sua realização cooperaram durante alguns anos as seguintes empresas: Elektrim S.A., Linhas Aéreas Polonesas LOT, Mostotal Warszawa, Polimex-Cekop e algumas outras menores, hoje já não existentes. Em cooperação com as instituições e empresas acima mencionadas, o Centro organizou mais de uma dezena de conferências e seminários dedicados ao papel da América Latina na política polonesa, às relações mútuas, mas também à especificidade de algumas associações, por exemplo, polono-polônicas. Abaixo, a título de exemplo, lembro algumas dessas conferências:

- 1992, conferência '500 anos do Encontro dos dois mundos. Perspectiva Polonesa', organizadores – CESLA e OSA.
- 1994, conferência 'América Latina na política polonesa no contexto das relações e processos regionais e globais contemporâneos; orientações possíveis e desejáveis de temas e estudos'
- 1994, conferência 'Ciência e empresa no diálogo Polono-Latino-americano' (Experiências, expectativas e colaboração da ciência e do empreendimento econômico no desenvolvimento das relações entre Polônia e países da América Latina)
- 1996, conferência 'Relações Polônia – América Latina: projeção e coordenação de atividades informativas',
- 1996, conferência '125 anos de estabelecimento dos poloneses no Brasil, com participação de delegação de ativistas polônicos do Estado do Paraná'
- 1996, conferência 'Economia e empresa no diálogo polono-latino-americano'
- 1997, conferência 'Comunidade Polônica latino-americana na ciência e na prática social polonesa: tendências mais recentes e desafios'
- 1997, conferência internacional 'Relações da Europa Central com a América Latina no contexto da integração com a União Européia'
- 1999, 2 e 3 de dezembro, Conferência 'Identidade e percepção da Polônia e do "polonismo" nos meios da Comunidade Polônica latino-americana'
- 2000, seminário nos quadros da 50 ICA 'Percepções e relações mútuas da Europa e das Américas no limiar do XXI século: desafios e expectativas'
- 2003, conferência "Pesquisas polonesas sobre as Américas". Os organizadores da conferência foram CESLA e OSA

- 2005, conferência internacional sobre *Europa Centro-Leste e iniciativas latino-americanas da União Européia (Experiências e desafios um ano após a ampliação da UE)*.²

Como resulta do acima, foi um período extraordinariamente fértil nos estudos sobre as relações mútuas polono-latino-americanas, mas o CESLA teve grande satisfação de sua atuação ter encontrado um terreno favorável e permitido multiplicar as experiências de pesquisa e práticas.

No entanto, a presente década caracteriza-se pelo afastamento gradual da intensidade anterior nas relações bilaterais diretas com a América Latina, e isso diz respeito a todos os novos países da União Européia, após a adesão em 2004. Os cortes drásticos nas relações bilaterais com a América Latina, que se manifestam pela limitação do número de representações diplomáticas ocorreram na Hungria, na República Tcheca e nos países balcânicos. A Polônia, que por longo tempo preservou nesse aspecto o status quo, embora tenham aparecido nas nossas relações diplomáticas outros fenômenos que podem despertar inquietação, por exemplo, a lotação de postos em nossas missões, seguiu, nos últimos anos, a mesma linha. A essas questões dedica-se outro trabalho nessa publicação, assim, não almejo aqui entrar em detalhes desnecessários.

O debate organizado no CESLA em 2007 sobre a América Latina, após as eleições parlamentares e presidenciais em mais de uma dezena de seus países nos anos 2005-2006, mostrou que existem tendências perceptíveis de perda do papel internacional – anteriormente conquistado pela América Latina – de importante agente político, independentemente do contínuo e grande papel político e econômico do México ou Chile, bem como da crescente posição do Brasil no contexto mundial. Nesse aspecto não é pequeno o “mérito” da política da União Européia face à América Latina, mas e ela própria, “perdida” em processos de integração não efetivos e dilacerada, nessa mesma ocasião, entre as influências européias, as tendências de autonomia integrativa e as tentações do comércio com os EUA.

À luz dessas tendências e dos processos políticos correntes na Polônia, qual pode ser o papel da América Latina na política polonesa? A imagem presente, em cada um dos aspectos da colaboração bilateral, é pouco incentivadora em se tratando das negociações para o futuro. Isso refere-se particularmente à política como tal e ao intercâmbio acadêmico, incluindo o de bolsas de estudo.

Vale aqui lembrar que premissa para o programa iniciado formalmente em 1996, denominado *Diálogo interregional Europa Centro-Leste – América Latina*, tornou-se o princípio, formulado aliás por ocasião da mencionada anteriormente conferência sobre a política polonesa face à América Latina em 1994, de que “se a Polônia e a América Latina desejam desempenhar papéis de mútua igualdade e de parceria, deveriam se tratar na política global como parceiros equiparados e responsáveis”. Assim, não pode haver tais papéis sem contatos diretos e conhecimento permanente e recíproco, e aperfeiçoamento dessa informação e conhecimento. Nos anos noventa e até a metade da presente década, a política externa polonesa face à América Latina pautou-se, aproximadamente, pelo princípio acima. A mudança que ocorreu posteriormente não resultava, entretanto, a meu ver, da adesão em 2004 à União Europeia. Muito ao contrário, pois a política comunitária da União Europeia face à América Latina e Caribe incentivava a uma participação diversificada e ativa em seus diversos países. Restava unicamente o problema do interesse e da consciência das elites políticas e do nível intelectual e da consciência política e civilizacional da mídia. Nem as primeiras nem as segundas mostraram suficiente imaginação, ou antes talvez, imaginação à altura das reais necessidades e possibilidades da Polônia num horizonte mais longo do que alguns ou mais de uma dezena de meses. Pois nada mais do que a falta de informação e imaginação fez a Polônia passar despercebida completamente na Quarta Reunião de Cúpula Europa – América Latina e Caribe em Viena, em 2006, e negligenciar sua participação na Quinta Reunião de Cúpula em Lima, em 2008, fazendo dela objeto de piadas inconvenientes na maior parte da mídia escrita e eletrônica sensacionalista.

A política conduzida pela Polônia em 2008 e 2009, baseada nas prioridades da União Europeia, dos Estados Unidos da América e da Europa do Leste, seria certamente completamente justificável, se, simultaneamente, não se tivesse lançado ao olvido algumas outras regiões do mundo, política e materialmente muito próximas de duas dentre as três acima citadas prioridades. Tal região justamente é a América Latina – extraordinariamente próxima da União Europeia e dos Estados Unidos. Na argumentação aqui desenvolvida não há, assim, problema de interesses regionais particulares do CESLA e nem se trata do conhecido provérbio, segundo o qual cada um elogia seu peixe, mas trata-se do princípio básico do equilíbrio e do princípio do bom senso de utilizar a

reserva de experiências e de acervos informativo e analítico: na União Européia de hoje dos vinte e sete, a Polônia com o seu acervo latino-americano (informativo, analítico, individual, institucional) é um dentre alguns países (sétimo, oitavo),³ que mais tem a dizer sobre esse assunto. No entanto, não utilizamos esse potencial. Por que? Pois falta imaginação aos políticos ou àqueles que conduzem a política externa polonesa, falta-lhes também conhecimento sobre o que dispõem os meios intelectuais poloneses, ou talvez também professam o conhecido princípio da PRL (Polônia de antes de 1989), que soava: *escritores a escrever, estudantes a estudar, pois política externa conseguimos fazer nós mesmos, de acordo com as diretivas do partido*, isto é, nesse caso, da ignorância. Basta verificar como atuam correspondentes instituições em outros países da União Européia: Alemanha, França, Holanda, inclusive, para não procurar mais distante – na Eslováquia, que não distancia sua política face à América Latina sob auspício da Espanha, mas, no máximo, de modo refinado, igualmente através de programas de cooperação universitária, aproveita suas experiências. Só que, certamente no Ministério dos Negócios Estrangeiros da Polônia ninguém sabe, ninguém inclusive supõe que os estudos latino-americanos na Eslováquia foram criados nos anos noventa em Bratislava com participação plenária de colegas de Varsóvia.

A preocupação acima manifestada resulta sobretudo da consciência da necessidade de tais relações bilaterais com a América Latina, as quais garantiriam à Polônia não só um lugar adequado, conforme seu acervo e possibilidades em diferentes aspectos das atividades internacionais, mas igualmente, e talvez sobretudo, progresso no campo civilizacional. Melhor conhecimento e compreensão das questões latino-americanas nos são necessários como sociedade, se quisermos ser membro ativo da comunidade internacional e efetivamente co-criar a Comunidade Européia.

Não há respostas simples às indagações e dúvidas aqui colocadas. A meu ver, já é tempo de colocar o problema, o que fazemos ao organizar este debate, na esperança de que o CESLA revele-se útil nessa nova fase das relações da Polônia com a América Latina, cujo bom ponto de partida poderia constituir a ocasião dos duzentos anos de independência dessa região. Para as comemorações desse especial aniversário, as preparações na Universidade de Varsóvia iniciaram-se em janeiro de 2009, sendo que o CESLA será seu organizador.

NOTAS

- ¹ Uma das mais antigas e abundantes séries editoriais do CESLA é a “Polska a Swiat Iberoamerykanski” (A Polônia e o Mundo Ibero-americano), nos quadros da qual nos anos 1993-2008, foram publicados 29 títulos nas línguas polonesa, espanhola e portuguesa.
- ² Os materiais de todas essas conferências foram publicados. Ver catálogo editorial do CESLA em www.cesla.uw.edu.pl
- ³ Em ordem alfabética: França, Espanha, Holanda, Alemanha, Polônia, Suécia, Grã-Bretanha, Itália.



Relações Polônia-América Latina e Caribe

Trabalho elaborado pela Seção da América Latina e Caribe, Departamento da América do MNE – Varsóvia, janeiro de 2009.

A América Latina (AL) é importante área da política externa polonesa. A Polônia mantém relações diplomáticas com 32 países da região, que são atendidas por 8 embaixadas (em 2008, foram liquidadas as missões em Montevidéu, São José e Panamá), 2 consulados gerais (São Paulo e Curitiba; foi liquidado o Consulado Geral no Rio de Janeiro), bem como 45 consulados dirigidos por cônsules honorários. Com a maioria dos países latino-americanos, as relações diplomáticas têm uma história de mais ou quase oitenta anos. O mais cedo foram estabelecidas relações com o Chile (em 1919), a seguir com o Brasil (1920) e Argentina (1922). O último país da região, com o qual a RP encetou relações diplomáticas foi a Antiga e Barbuda (13 de setembro de 2005). Presentemente, prosseguem os trâmites que visam ao encetamento de relações diplomáticas com a Comunidade da Dominica e a Federação de Saint Kitts and Nevis.

O crescimento da importância dos países da América Latina, sobretudo do Brasil, no contexto internacional, é visto como favorável para a Polônia e a União Européia. A proximidade civilizacional e cultural dessa área e a profusão de semelhantes valores favorecem ao desenvolvimento das relações mútuas. Os líderes da região, em particular o Brasil, e em grau um pouco menor o México, tornaram-se importantes parceiros nas relações multilaterais e desempenham um papel cada vez maior na política mundial. As relações políticas com o Brasil e o Chile são igualmente essenciais, considerando o papel estabilizador que esses países jogam na região.

A UE e os países do chamado grupo BRIC fortalecem sua presença na região latino-americana. Isso apresenta desafios adicionais para nossa política externa face ao continente, que abrange geograficamente quatro sub-regiões: América do Norte, (México), América Central, Caribe e América do Sul.

Após a adesão da Polónia à UE, o Conselho de Ministros aprovou em novembro de 2004 o documento “Estratégia da RP em relação aos países não-europeus em desenvolvimento”, que define

complexamente a cooperação da Polônia com esse grupo de países, incluindo a América Latina. Na América Latina, os países considerados prioritários para a Polônia são o Brasil, Argentina e México, contudo, importantes são: Chile, Colômbia e Venezuela. No âmbito do programa de dinamização das atividades da diplomacia econômica, o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), em cooperação com outros ministérios, elaborou em 2008 um plano de ações que dinamizam a cooperação econômica com a Venezuela na base de uma *“Estratégia de médio prazo do desenvolvimento da cooperação econômica com selecionados países em desenvolvimento nos anos 2008-2010”*.

O objetivo da política externa polonesa face à América Latina e Caribe (ALeC) é: manutenção do diálogo político no alto nível, ativa participação na formação da política da UE face à América Latina e Caribe em favor do adensamento da parceria política, desenvolvimento da cooperação comercial-econômica e promoção amplamente entendida da Polônia, tanto no contexto das relações bilaterais como também no âmbito multilateral. Importante lugar na política da Polônia face aos países da região ocupa a problemática da segurança e as questões relacionadas com o respeito dos direitos humanos e da democracia. O nível das relações com os países latino-americanos tem, indiretamente, influência na posição da Polônia na UE.

COOPERAÇÃO POLÍTICA

De acordo com os princípios básicos da política externa polonesa e as disposições dos documentos acima citados, parceiros prioritários na região latino-americana – tanto quanto ao aspecto político como econômico – são o Brasil, México, Chile, Argentina e Venezuela. No caso do México e do Chile, possibilidades adicionais de desenvolvimento das relações bilaterais são criadas pelos Acordos de Associação UE-México e UE-Chile, cujos dispositivos abrangem a Polônia, por sua condição de membro da UE. Costa Rica é nosso principal parceiro na América Central.

Na Bolívia, Nicarágua e Equador, vitórias nas eleições presidenciais alcançaram os representantes da extrema esquerda de orientação neopopulista, o que dificulta o adensamento das relações políticas com esses países. Alargaram elas a aliança de cunho anti-americano e antidemocrático, a qual procura criar a Venezuela sob o governo do Presidente H.

Chavez (papel desestabilizador na região, crescente concentração do poder, ausência de oposição parlamentar). A esse grupo pertence Cuba.

Considerando a problemática da segurança e as questões relacionadas com o respeito da democracia e dos direitos humanos, a situação em Cuba e na Venezuela constitui prioridade no fórum da UE e nas relações transatlânticas. A política da Polônia face a Cuba e Venezuela desenvolve-se em dois trilhos: diálogo com as autoridades e apoio à oposição democrática. A Polônia está interessada na normalização da cooperação político-econômica com Cuba. No entanto, isso fica dependente em grande grau do processo das transformações na Ilha, mas, particularmente, do respeito aos princípios democráticos fundamentais por parte das presentes autoridades cubanas.

A Polônia conduz animado diálogo político com os países da América Latina no mais alto escalão. Em 2002, o Presidente da RP realizou visitas oficiais ao Brasil, Chile, Peru e Colômbia (nos dois últimos países foram as primeiras visitas de um Presidente da RP na história das relações mútuas de mais de oitenta anos). Em 2003, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da RP, W. Cimoszewicz, realizou visitas oficiais ao México, Brasil e Chile. Em maio de 2004, o Presidente A. Kwasniewski participou da 3ª Reunião de Cúpula UE-América Latina e Caribe em Guadalajara, durante a qual manteve encontros com os Presidentes do Chile, Colômbia, México e Uruguai. Contudo, o Primeiro-Ministro K. Marcinkiewicz, que participou da 4ª Reunião de Cúpula em Viena (2006), manteve conversações com os Presidentes do Chile, México e o Vice-Presidente da Colômbia. Em 2004, visitaram a Polónia: o Presidente do México, V. Fox; o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Colômbia, C. Barco; o Ministro da Indústria e do Comércio Exterior do Brasil, L. Furlan; o Ministro da Defesa do Chile, M. Bachelet (atual presidente desse país) e o Vice-Ministro da Defesa da Colômbia, A. Penate. Em 2008, o Premiê D. Tusk realizou visitas oficiais ao Peru e Chile, e durante os trabalhos do 5º Encontro de Cúpula UE-ALeC manteve encontro com os Presidentes do México, Brasil e Colômbia. Em 2006, visitou a Polónia o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Costa Rica, R. Tovar, contudo, na solenidade da posse do Presidente do Chile, M. Bachelet, e do Presidente do México, F. Calderon, participou a esposa do Presidente da RP, M. Kaczynska. Em 2007, visitaram a Polónia o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Peru e o Vice-Presidente do Salvador.

Nas relações com a maioria dos países da América Latina funciona o mecanismo de consultas político-econômicas a nível de subsecretário de Estado nos ministérios dos Negócios Estrangeiros (MNEs), cuja frequência e domínio temático sofrem sistemático alargamento. Em 2004, ocorreram consultas com o México, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras e Salvador; em 2005, com a Nicarágua, Argentina e Colômbia; em 2006, com o Peru, México, Venezuela e Uruguai, enquanto em 2007, com o Chile, Peru, Colômbia e México. Contudo, em 2008, foram realizadas consultas no nível de vice-ministros dos Negócios Estrangeiros - com o Brasil, Peru, Venezuela e Chile.

Fundamental significado tem o desenvolvimento da cooperação parlamentar. Isso refere-se sobretudo às relações bilaterais no nível de presidentes de ambas as câmaras parlamentares, de comissões de relações exteriores e de grupos parlamentares. Em 2004, visitou a Polónia o presidente da Câmara de Representantes da Colômbia, e no México esteve o vice-presidente do Senado da RP, R. Jarzembowski. Em 2006, visitou a Polónia o Presidente do Senado do Chile, S. Romero, enquanto em outubro o Presidente da Câmara de Deputados desse país, A. Leal Labrín. Em 2007, visitou o Brasil e o Chile o Presidente do Senado da RP, B. Borusewicz, que representou a Polónia nas solenidades de posse do novo presidente da Argentina em dezembro de 2007.

Em 2005, visitas a Polónia realizaram os governadores dos estados mais importantes – do ponto de vista político e económico - do Brasil e México, entre outros, São Paulo, Santa Catarina, México e Jalisco. O presidente da voivodia da Mazóvia revisitou o estado de Santa Catarina no Brasil, em 2008.

Participamos de sessões do Grupo de Trabalho do Conselho da UE para assuntos da América Latina (COLAT/AMLAT). No contexto do Comitê 133 e COLAT, a Polónia envidou esforços para preparação do mandato de negociação para as conversações de Acordos de Associação UE- Comunidade Andina e UE-América Central. Foi adepta da conclusão de parceria estratégica com o Brasil e México. É favorável à renovação de negociações UE-Mercosul. Participará ativamente da elaboração da política da UE face a Cuba, incluindo a condução de diálogo com as atuais autoridades cubanas.

Os processos políticos, económicos e sociais na região em 2009 não terão influência direta nos interesses vitais da RP. A América Latina e Caribe permanecem área na qual a Polónia deveria aumentar sua presen-

ça com o fim da realização dos interesses político-econômicos próprios. No entanto, essa presença estará dependente de uma série de fatores objetivos: das consequências da crise financeira mundial para a ALeC, do grau de engajamento da nova administração dos EUA na região, do interesse dos países latino-americanos pelo estreitamento da cooperação com a UE, das crescentes influências políticas e econômicas da China e da Rússia, como também dos processos internos sub-regionais, entre outros, da intensificação das tendências populista-esquerdistas.

As atividades do serviço diplomático polonês concentrar-se-ão nos países prioritários da região, nos quais existem reais possibilidades do aumento da presença no amplo sentido. Em relação a Cuba e Venezuela, como também Nicarágua, Colômbia, Equador e Bolívia, daremos particular atenção às questões relacionadas com a observação dos direitos humanos e respeito dos princípios da democracia.

Atuais são os convites para realização de visitas a Polônia pelos Presidentes de alguns países da AL, como também dos Ministros dos Negócios Estrangeiros.

- Dos Presidentes da Colômbia, A. Uribe; do Chile, M. Bachelet, e do Brasil, I. Lula da Silva.
- Aguardamos retribuição de visitas a Polônia: do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Chile (em resposta à visita do Ministro dos NE, W. Cimoszewicz, em 2003), do Ministro dos NE do Chile, e do Ministro dos NE do Brasil, C. Amorim.

Adequado nível de diálogo político em 2009 deveriam assegurar as sucessivas rodadas de consultas político-econômicas bilaterais no nível de Vice-Ministros dos NE (Argentina, Brasil, Colômbia, México, Peru, Venezuela e Uruguai).

A Polônia participará da sucessiva discussão e da elaboração do formato dos encontros UE-ALeC, incluindo da UE com o Grupo do Rio (seguinte encontro no nível de ministros dos Negócios Estrangeiros ocorrerá em Praga em maio de 2009).

Além das mencionadas visitas no nível mais elevado, encontra-se em preparação uma missão econômica polonesa sob a presidência do Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Economia, W. Pawlak, a alguns países da região.

COOPERAÇÃO ECONÔMICA

A adesão da Polônia à União Européia coincidiu com significativo crescimento do intercâmbio mercantil. Deve-se, no entanto, chamar atenção para o fato de que esse intercâmbio é em grau significativo determinado por condicionamentos conjunturais na economia mundial e crescimento dos preços mundiais (sobretudo das matérias-primas energéticas). O crescimento do valor da exportação polonesa para os países da ALeC (de 486 milhões de dólares em 2003 e 623 milhões US\$ em 2004, para 1,24 bilhão US\$ em 2007) foi em grau significativo resultado da acumulação do impulso de adesão e da conjuntura mais favorável. Segundo dados do Ministério da Economia, em 2007 o intercâmbio da Polônia com os países da América Latina e Caribe atingiram 4,18 bilhões de dólares (do que a exportação polonesa alcançou 1,24 bilhão de dólares – crescimento de 23% em relação a 2006, enquanto a importação da ALeC – 2,94 bilhões de dólares – crescimento de 10%). Nos anos 2004-2007, a dinâmica da exportação atingiu 199%, da exportação 162%, e no total do intercâmbio – 172%.

Aprofunda-se sistematicamente o saldo desfavorável para a Polônia do balanço do comércio exterior com a ALeC, de - 531 milhões de dólares em 2003 e - 1,19 bilhão de dólares em 2004 para - 1,7 bilhão de dólares em 2007 (dentre os maiores países, apenas no caso da Venezuela registramos saldo positivo do intercâmbio no valor de 71 milhões de dólares). Cresce a participação da região da América Latina e Caribe na geração de saldo negativo do intercâmbio comercial da Polônia com o exterior (de 1,7% em 2000 para 8,5% em 2006).

Ao grupo dos maiores parceiros econômicos da Polônia na região pertencem: Brasil (intercâmbio em 2007 – 952,4 milhões de dólares com exportação polonesa que atinge 275 milhões de dólares); Argentina (respectivamente, 721 milhões de dólares; 67,4 milhões de dólares); México (425 milhões de dólares; 148,6 milhões de dólares); Chile (360,5 milhões de dólares; 42,3 milhões de dólares). Nesses quatro países incidem 75% do valor de nosso intercâmbio com a América Latina e Caribe. **A participação dos mercados da América Latina na exportação polonesa (1,0%) e na importação (1,8%) é pequena, apesar da região permanecer na área de particular interesse da União Européia, o que encontra expressão nas relações tratativas e preferências comerciais atribuídas.**

Na estrutura da exportação polonesa prevalecem: leite em pó, azeite, produtos de aço, máquinas e equipamentos, produtos químicos, adubos químicos, aviões, peças de automóveis, produtos de vidro e porcelanas, e móveis. Na importação dominam: tabaco, café, frutas, componentes de automóveis, microprocessores, minérios de ferro (hematita e magnetita), concentrados de cobre e aviões Embraer (a Polônia é o terceiro comprador desses aviões na Europa, após Grã-Bretanha e Alemanha).

Nos últimos anos, na exportação para a América Latina ocorreu o crescimento da participação de máquinas e meios de transporte (de 9%), contudo, na importação, a posição mais elevada é constituída por artigos agrícolas de consumo (47%), incluindo forragem, tabaco e café. Bastante menor significado tem a importação de máquinas (10%).

O estado avançado das relações tratativas da UE com os países da América Latina (com alguns países a UE já concluiu acordos de quarta geração) deveria influir positivamente nas relações econômico-comerciais da Polônia com a região.

Os investimentos poloneses na América Latina têm, até o momento, caráter simbólico (fábrica de móveis de escritório e linha de produção de equipamento para defesa de plantas no México, contrato da empresa Kopex S.A. para modernização de minas de carvão de pedra em Rio Turbio na Argentina), embora cresça o interesse de empresas polonesas por investimentos, entre outros, no Peru e Chile (KGHM Cobre), Chile (possibilidade de offset no caso da aquisição de helicópteros poloneses Sokol), como também na Venezuela (possibilidade de expansão e modernização dos estaleiros Dianca em Puerto Cabello, investimentos na expansão da infra-estrutura ferroviária).

Em dezembro de 2008, em resultado de entendimentos do Premiê D. Tusk com o Presidente do Peru e Chile, em visita a esses países esteve missão econômica polonesa tendo à frente o Secretário de Estado do Ministério da Economia, Ministro A. Szejnfeld.

Ocorreram três rodadas de encontros polono-chilenos na fórmula *think-tank* (grupo de expertos criado pelos Presidentes da RP e do Chile). Em 2003, ocorreu a primeira sessão polono-mexicana de *think-tank*.

E 2009 e anos seguintes, o sucessivo desenvolvimento da cooperação econômico-comercial com países da região latino-americana dependerá, em grande medida, da evolução da situação econômica na ALc, do engajamento econômico e de investimentos externos na região, do progresso nas negociações pertinentes à conclusão de acordos de associação

com a UE, do adensamento dos processos regionais de integração, como também do papel e das influências na região dos governos que confessam filosofia populista, o que ameaça a preservação das conquistas econômicas de até o momento. No entanto, devemos estar conscientes de que o crescimento do intercâmbio comercial depende também do interesse das empresas polonesas e da competitividade da oferta polonesa de exportação.

INFRA-ESTRUTURA JURÍDICO-TRATATIVA

Devido à adesão da RP à União Européia, a Polônia rescindiu uma série de acordos econômicos com países latino-americanos. No lugar dos até então em vigor, referentes às chamadas áreas comuns, passaram a vigorar os acordos concluídos com os países da região pela UE e seus países-membros. Graças a isso a Polônia foi envolvida pelas determinações dos Acordos de Associação UE-México e UE-Chile, participamos das negociações dos Acordos de Associação entre a UE e a Comunidade Andina, UE e América Central, e nas negociações presentemente suspensas sobre análogo acordo UE-Mercosul. A assinatura eventual, em 2009, do acordo de associação UE-América Central seria o primeiro entendimento da UE com um grupo de países.

A Polônia estende sistematicamente a base bilateral jurídico-tratativa com os diversos países da América Latina. Aos acordos em vigor mais importantes pertencem:

- acordo sobre apoio e proteção mútua de investimentos (Argentina, Chile e Uruguai),
- acordo para evitar a dupla tributação (Chile e México),
- acordo sobre combate ao crime organizado (Chile e México),
- acordo sobre cooperação e ajuda mútua nas questões alfandegárias (Chile),
- acordo cultural-científico (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México, Panamá, Peru, Paraguai, Uruguai e Venezuela),
- acordo sobre cooperação no campo da ciência e técnica (Brasil, Chile, Colômbia, México e Venezuela),
- acordo sobre cooperação no domínio da defesa (Peru),
- acordo sobre cooperação no domínio do turismo (México e Peru).

Além disso, são conduzidas ou estão em planejamento negociações dos seguintes acordos:

- acordo sobre cooperação econômica (Argentina, Colômbia, Venezuela),
- acordo sobre proteção de investimentos (Peru),
- acordo para evitar dupla tributação (Argentina, Equador, Peru e Uruguai),
- acordo sobre o combate ao crime organizado (Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Colômbia, Costa Rica, Panamá, Peru, Salvador, Uruguai e Venezuela),
- acordo sobre cooperação e ajuda mútua nas questões alfandegárias (Argentina, Equador, Colômbia, Cuba, México, Peru, e Uruguai),
- acordo sobre cooperação consular (Brasil e Peru),
- acordo sobre cooperação no domínio da ciência e técnica (Argentina),
- acordo sobre cooperação no domínio da defesa (Chile e Colômbia),
- acordo sobre ajuda mútua em assuntos penais (Brasil e Panamá),
- acordo sobre cooperação no domínio do turismo (Argentina),
- acordo sobre cooperação no domínio da cultura física e esporte (México),
- e de programas executivos para acordos sobre cooperação cultural-científica (Brasil e Colômbia).

Com a maioria dos países da América Latina a Polônia concluiu acordos sobre suspensão de visto de turismo. Igualmente dentro do princípio da reciprocidade, ficou isenta da obrigatoriedade de visto devido a inclusão de alguns países da AL no anexo número dois da Portaria do Conselho da União Européia número 539/2001 ou foi isenta da obrigatoriedade de visto nos casos de viagens turísticas por força de decisões unilaterais de diversos países (Equador, Peru, Bolívia). Os cidadãos da RP são obrigados a possuir vistos para Colômbia, Guiana, Suriname, Bahamas, Jamaica, Cuba, Saint Kitts e Nevis.

PROMOÇÃO E COOPERAÇÃO CULTURAL E CIENTÍFICA

A base jurídica da cooperação cultural-científica com os países da América Latina e Caribe são os acordos bilaterais cultural-científicos e acordos de cooperação nos campos da ciência e da técnica, assinados

com a maioria dos países da região (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México, Panamá, Peru, Paraguai, Uruguai e Venezuela) e complementados periodicamente por diretivas contidas nos programas executivos (atualmente estão sendo negociados programas executivos para os acordos cultural-científicos com Brasil e Colômbia).

Apesar da América Latina e Caribe não constituírem áreas prioritárias de desenvolvimento das nossas relações culturais exteriores, as missões polonesas, através da cooperação do MNE com o Ministério da Cultura e Patrimônio Nacional e o Instituto Adam Mickiewicz, conduzem animadas atividades promovendo os acervos cultural e científico poloneses, incluindo artes plásticas, música, teatro e filme, que têm como fim o aumento da divulgação da Polônia na região.

A partir de 2004, as representações da RP na ALeC, no contexto da apresentação dos países-membros da UE, regularmente participam da realização de empreendimentos culturais, tais como retrospectivas de filmes, feiras de livros e festivais de música e teatro. Ao mesmo tempo, nossas embaixadas na região inspiram e apóiam a presença de artistas poloneses, autores e instituições culturais nos festivais culturais mais importantes, organizados pelos países onde estão acreditadas, como, por exemplo, Feira Internacional do Livro em Buenos Aires, Bienais da Arte em São Paulo e Festival Internacional da Arte “Cervantino” em Guanajuato.

Para a criação da imagem positiva de nosso país na ALeC contribuem igualmente as visitas de estudo a Polônia organizadas pelas representações para os jornalistas mais importantes da mídia latino-americana. Até o presente momento, entre outras, foram realizadas visitas de jornalistas da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Cuba e Uruguai.

Uma das formas de promoção da Polônia é a cooperação na fórmula das chamadas cidades-gêmeas, entre outras, Varsóvia-Rio de Janeiro (Brasil), Cracóvia-La Serena (Chile), Cracóvia—Quito (Equador), Cracóvia-Cuzco (Peru), Cracóvia-Guadalajara (México), Cracóvia-Curitiba (Brasil), Wrocław-Guadalajara, Elbląg-Coquimbo (Chile), Wieliczka-Andacollo (Chile), Bilesko-Biala-Rancagua (Chile), Czestochowa-Zapopan (México), Jelenia Góra-Tequila (México) e Katowice-Arequipa (Peru). Para breve, está planejado o empreendimento de ações que almejam o estreitamento da cooperação entre Varsóvia e Buenos Aires (Argentina), Wrocław e Montevideu (Uruguai), Cracóvia e Córdoba (Argentina), bem como Skawina e San Martin (Argentina).

As representações diplomáticas polonesas organizam cursos de língua polonesa, apóiam seu ensino em centros acadêmicos locais, incluindo atividades no âmbito de cátedras de língua e cultura polonesas, entre outras, na Argentina (Buenos Aires, La Plata, El Salvador, Córdoba) e Brasil (Brasília, Curitiba) e concedem ajuda a organizações e associações polônicas que conduzem atividades de ensino (por exemplo, Associação Cultural Polono-Argentina, Associação Educativo-Cultural Polonesa em São Paulo, Centro de Cultura Polonesa em Bogotá, Associação Brasileira “Polônia”).

Fundamental elemento que contribui para o aprofundamento da cooperação científico-cultural da Polônia com países latino-americanos é o desenvolvimento de contatos entre instituições de pesquisa e culturais, bem como escolas superiores, inclusive também através do intercâmbio de bolsas. A Universidade de Varsóvia coopera com mais de 20 universidades da América Latina, entre outras, na Argentina, Brasil, Chile, Equador, Colômbia, Peru, Venezuela e México; a Universidade Jagiellônica (Cracóvia) encetou cooperação com mais de uma dezena de escolas superiores, entre outras, na Argentina, Brasil, Chile, Equador, México, Peru e Venezuela. A Escola Superior de Comércio desenvolve cooperação com universidades da Argentina, Brasil, Chile, México, Peru e Venezuela. A Escola Superior de Engenharia de Varsóvia assinou acordo de cooperação com a Escola Superior de Engenharia de Lima Edward Habich.

Cooperação com países da ALec desenvolvem também centros poloneses de pesquisas científicas, entre outros, no domínio da agricultura no campo da fitoquímica, cultivo de tabaco, aspectos ecológicos da produção de animais, competitividade da agricultura polonesa à luz da expansão da agricultura dos países da América Latina, do setor da hidrologia, da ação de emissões industriais, agrofagia, cultivo de plantas medicinais e aromáticas, de fibras naturais, matérias-primas reprodutivas, do desenvolvimento de cultivos alternativos face a cultivos de narcóticos.

A Polônia está também presente na América Latina no aspecto de descobertas científicas, sobretudo no campo das escavações arqueológicas. Em outubro de 2006, em La Paz, foi aberta uma exposição dedicada aos vinte anos de pesquisas arqueológicas e etnográficas polonesas na América Latina, apresentando as realizações da Missão Arqueológica Andina (presentemente Centro de Pesquisas Pré-colombianas) da Universidade de Varsóvia no Peru, Equador e Bolívia. Seguinte etapa do

desenvolvimento da cooperação nesse domínio é a planejada criação na cidade peruana de Cuzco de uma estação permanente de pesquisas da Universidade de Varsóvia e da Academia de Ciências da Polônia (ACP) bem como do Instituto peruano de Cultura Nacional (correspondente do Ministério da Cultura e do Patrimônio Nacional da Polônia).

Em funcionamento desde 1977 na ilha chilena de São Jorge na Antártida, conquistou fama igualmente a estação de pesquisas da ACP H. Arctowski, que coopera com estações latino-americanas (Chile, Brasil, Equador, Peru, Argentina, Uruguai).

Tarefa fundamental de promoção cultural desenvolvida por nossas embaixadas na região é a realização de projetos que memorizam importantes acontecimentos e datas. As mais importantes iniciativas culturais realizadas pertencem os projetos relacionados com as comemorações dos setenta anos da eclosão da Segunda Guerra Mundial, dos vinte anos da transformação democrática da Polônia e da preparação para as comemorações do Ano de Chopin em 2010. Nossas embaixadas engajar-se-ão também nas próximas comemorações dos duzentos anos da independência da América Latina.

COOPERAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO E AJUDA EXTERNA

A adesão à União Européia significou para a Polónia não só a inserção no mais importante agrupamento regional de integração, mas também no maior clube de doadores de ajuda para desenvolvimento. A Polónia tomou para si a obrigação de prestar ajuda para o desenvolvimento, assinando a Declaração Milenar das Nações Unidas e sob os acertos das conferências internacionais de Doha, Monterrey e Johannesburg. Ao mesmo tempo, em maio de 2005, durante a sessão do Conselho para Relações Gerais e Externas da UE (GAERC), a Polónia comprometeu-se a aumentar a ajuda de desenvolvimento para os países em desenvolvimento até o patamar de 0,17% do PIB até 2010 e até 0,33% do PIB em 2015. O mais importante documento programático na área da cooperação de desenvolvimento e ajuda externa é a *“Estratégia da cooperação polonesa em prol do desenvolvimento”*, aprovada em 21 de outubro de 2003 pelo Conselho de Ministros.

Desde 2007, a ajuda polonesa de desenvolvimento é dirigida, por intermédio do chamado fundo de pequenos *grants*, igualmente para a América Latina e Caribe (em 2007, atingiu 491 mil zlotys, e em 2008

– 530 mil zlotys). Em suma foram realizados 18 projetos. Os beneficiários da ajuda polonesa de desenvolvimento na América Latina e Caribe são: Peru, Cuba, Brasil, Venezuela, México, Jamaica, Suriname, Saint Kitts e Nevis, e Grenada.

O fundo de pequenos *grants* é visto como um dos instrumentos da política externa polonesa face aos países da região, que se prepara para ações mais avançadas no futuro no contexto das relações com os países beneficiários. Para 2009, no contexto do fundo para os países da ALeC, está sendo planejada atribuição de recursos no valor de 500 mil zlotys.

COMUNIDADE POLÔNICA NA AMÉRICA LATINA

Na América Latina vivem de 1,3 a 2 milhões de poloneses e pessoas de origem polonesa, sendo que as pessoas nascidas na Polônia constituem nesse grupo um ínfimo por cento. Excepcionalmente numerosas concentrações de nossos compatriotas encontram-se no Brasil (estima-se o número de emigrantes poloneses e de pessoas com raízes polonesas ao redor de 1 a 1,5 milhão) e na Argentina (300 a 500 mil pessoas). Nos demais países latino-americanos, a Comunidade Polônica não é numerosa, na maioria dos países o seu número oscila entre 200 e 300 pessoas, chegando no México a 3 mil e na Venezuela a 4 mil pessoas.

Na maior parte dos países funcionam organizações polônicas e muitos conjuntos folclóricos (entre outros, o brasileiro BRASPOL, a União dos Poloneses na Argentina e Caracas, o Círculo João Paulo II e a União dos Poloneses no Chile I. Domeyko, o Conjunto Folclórico Jupem em Erechim, no Brasil).

Em verdade, a Comunidade Polônica na região da América Latina e Caribe não é numerosa, mas os nomes de alguns dos nossos compatriotas inscreveram-se de forma duradoura na história dos países da região. Nossos compatriotas participaram, entre outras, nas lutas de libertação nacional sob a liderança de Simon Bolívar, o que foi recentemente memorizado pelo descerramento na cidade venezuelana Puerto Cabello do monumento do Capitão Gustaw Bergud, que lutou pela independência da Venezuela ao lado do General Francisco de Miranda. No Peru, considerado herói nacional é Ernest Malinowski, pioneiro da engenharia ferroviária nos Andes, que no final do século XIX iniciou a construção da linha ferroviária situada mais alto no mundo, até recentemente, no passo de Ticlio a 4.818 metros acima do mar. Outro en-

genheiro conhecido na ALeC é Stanislaw Surawski, cujo mérito é o desenvolvimento da tecnologia de gás no Chile, graças à elaboração – em 1955 – do projeto da botija para transporte de gás líquido. O Chile como segunda pátria foi escolhido também por Ignacy Domeyko, cujas descobertas nos domínios da química, geologia e mineralogia contribuíram para o desenvolvimento industrial do Chile e ele mesmo desempenhou inclusive a função de reitor da Universidade de Santiago nos anos 1867-1883. Seu nome foi dado a uma cadeia de montanhas no Chile, a uma cidade ao pé dos Andes, a minerais, a um tipo de ostra e raposa, bem como a inúmeras praças e ruas em cidades chilenas. Por sua vez, Kazimierz Eiger, notável crítico de arte e professor universitário é tido como “pai da arte contemporânea colombiana”. Por fim, Teodoro Picado Michalski, filho de costarriquenho e polonesa, chegou a ser inclusive presidente da Costa Rica (1944-1948).

A Comunidade Polônica nos diversos países é diversificada quanto ao status econômico-social. No Brasil, da emigração camponesa originam-se mais de 95% da Comunidade. A comunidade polônica da Argentina é mais diversificada e embora não pertença aos círculos mais abastados da sociedade local (sobretudo a sua parte que habita as regiões rurais), um numeroso grupo de seus representantes possui uma boa posição social em se tratando dos padrões locais.

Na América do Sul existem formalmente várias dezenas ou inclusive algumas centenas de organizações polônicas. A gênese de algumas delas, sobretudo no Brasil e na Argentina, chega quase aos primórdios do estabelecimento dos poloneses na região. A tais pertence, por exemplo, a *Sociedade T. Kosciuszko de Curitiba* (a mais antiga na América Latina) – 117 anos, ou a *Sociedade POLONIA* de Porto Alegre. Do lado oposto do ponto de vista de idade encontra-se, por exemplo, a *Associação Cultural Argentino-Polonesa*, que conta 5 anos, e BRASPOL- Representação da Comunidade Brasileiro-Polonesa, criada em 1990. Não podemos olvidar nesse lugar a União das Associações e Organizações Polônicas da América Latina (USOPAL), cujas atividades distanciam-se das iniciativas positivas e construtivas de outras organizações.

O ensino polônico não é muito expandido. No total, na América Latina, a língua polonesa (raramente em ligação com elementos de história e geografia) é aprendida por não mais do que alguns milhares de pessoas.

Na América Latina não há canais televisivos polônicos nem gazetas diárias polônicas. A publicação mais profissional é a revista de estudos polono-brasileiros “*Projeções*”, que é editada em Curitiba desde 1999.

O papel do clero na vida da Comunidade Polônica e na preservação do *polonismo* na América Latina é extraordinariamente fundamental desde o início mesmo da imigração. Os padres poloneses seguiram as primeiras ondas migratórias já no século XIX. Os religiosos tornaram-se líderes das comunidades polônicas. Atualmente na América Latina trabalham algumas centenas de missionários poloneses, sendo que no Brasil mais de 200, na Bolívia cerca de 130 e no Peru cerca de 50.

PROBLEMÁTICA CONSULAR

A Polônia possui extensa rede de representações diplomático-consulares na América Latina. Conta com 8 embaixadas, 2 consulados-gerais e 45 consulados dirigidos por cónsules honorários.

O ingresso da Polônia no espaço Schengen (dezembro de 2007) e a introdução de procedimentos da tomada de dados biométricos no processo de vistos obrigou a parte polonesa a implantar novas formas organizacionais de trabalho dos serviços consulares e de concessão de vistos, que atendem aos requisitos da União Européia na questão de vistos. A harmonização dos procedimentos pertinentes a vistos em progresso no contexto da União Européia favorece a cooperação dos países-membros nesse domínio. A emissão de vistos por repartições consulares de um país da UE, em nome e por autorização de outro país da UE, constitui uma das formas praticadas de cooperação.

RESUMO

- A Polônia deseja aumentar a presença e a atuação na América Latina e no Caribe. A região adquire significado político cada vez maior e sua importância na economia global torna-se cada vez mais sentida. No grupo de países da América Latina e Caribe, aos quais atribuímos particular prioridade na nossa política, considerando o peso político, os interesses globais, o potencial econômico e as possibilidades de cooperação com a Polónia, incluímos o Brasil, México, Chile, Venezuela e Argentina.
- Apesar de certas diferenças político-ideológicas com alguns países, nas relações da República da Polónia com a América Latina

não há motivos nem premissas para conflitos ou litígios. O interesse básico da Polônia na região é o crescimento da cooperação econômica e do intercâmbio comercial bilateral, que contribuirá para o crescimento da posição política na região e facilitará as relações bilaterais.

- Na política face à América Latina, a Polônia faz uso do acervo da União Européia e, em comum com outros países, tende para o fortalecimento de sua posição na América Latina. A diplomacia polonesa apóia as atuações da UE que levam ao aumento das influências européias nos setores econômico, político, cultural e científico. Na América Latina, a UE rivaliza sobretudo com os países da Ásia (sobretudo com a China), Rússia e Estados Unidos.
- A diplomacia polonesa iniciou os preparativos para a Presidência da União Européia em 2011. Além das obrigações resultantes da presidência dos trabalhos da UE, tenderemos a aproveitar a Presidência para aumentar o papel político da Polónia na região.
- Com atenção, observamos o desenvolvimento dos contatos entre a América Latina e a Ásia, sobretudo na área da bacia do Pacífico, no aspecto da consequência para a Polónia também de uma União Européia mais ampla.
- A Polónia procura aumentar a cooperação científica e tecnológica através do apoio do intercâmbio entre as universidades e os institutos de pesquisa, bem como pela conclusão de acordos concretos. Os países mais interessantes para nós quanto a esse aspecto são o Brasil, Chile e México.

Presença da América Latina no política externa polonesa — retrospectiva das relações bilaterais no período de 1990 a 2005

Lech Miodek

INTRODUÇÃO

A América Latina é para a política externa polonesa uma área importante de atuação? O que causa essa importância?

A América Latina está passando por um processo acelerado e muito diversificado de abertura, realizado por via de entendimentos sobre o comércio livre com os países de fora da região, de entendimentos integrativos no âmbito da região, bem como de entendimentos bilaterais. Procura, intensivamente, seu lugar no palco mundial, sendo que nessas buscas se torna cada vez mais independente.

Enquanto nos anos setenta do século XX multiplicavam-se as ditaduras, em 2006 ocorreram eleições livres em nove países. Na última década, nenhuma crise foi solucionada através de intervenção militar. A democracia na região fortalece-se, apesar das grandes esperanças nela colocada e não realizadas, e dos progressos do populismo relacionados com esse fato. Torna-se um desafio a junção de uma política macroeconômica responsável com uma política social responsável e eficaz, de forma a levar a chances iguais e distribuição mais justa das rendas.

Detonador dos processos de desenvolvimento na América Latina, no último período, foi e permanece a globalização, que para umas comunidades latino-americanas encontrou expressão na utopia arcaica, na preservação de sua identidade étnica e, em outras, abertura para o mundo e seus desafios.

Qual é o lugar da América Latina no mundo globalizado e no mundo monopolar, quais são suas relações com os EUA, a União Européia, China e Rússia, que pode recuperar sua posição na região, aproveitando, entre outras, a desestabilização esquerdista-populista em alguns países e retornando ao seu papel passado de adversária dos EUA, assim, de parceiro atrativo e forte – de defensor face à hegemonia americana. O papel dos Estados Unidos na solução de conflitos em diferentes regiões do mundo revelou-se pouco eficaz, e sua tentativa de

impor a democracia pela força não despertaram “admiração” em todos os países da América Latina. O engajamento dos EUA no Oriente Próximo e Médio levou a uma certa “negligência” das relações com a América Latina e Caribe (ALeC). A China eleva sua posição econômica e internacional na região, tornando-se parceiro muito atraente para o Brasil, Argentina, Chile, Peru ou Colômbia e Venezuela.

A política dos países da União Européia não deveria ser mais ativa e sincera, para não só manter essa região no círculo da civilização ocidental, mas favorecer também seu desenvolvimento democrático e socialmente mais justo? Na linguagem do Papa Bento XVI, não deveria ser um “continente de esperanças”?

Em inúmeros países da América Latina mantém-se a desilusão face aos resultados da política de livre comércio e a insatisfação quanto à política dos Estados Unidos e da União Européia no sentido de garantir a todos os países irrestrito acesso aos seus mercados dentro dos princípios da livre concorrência. Ao criar o grupo G-20, a América Latina decidiu lutar de forma mais energética pela mudança das condições de acesso de seus produtos agrários aos mercados dos países desenvolvidos.

Problema da América Latina é a desigualdade social e a exclusão que se mantêm. Para uma população de cerca de 500 milhões de pessoas, 220 milhões vivem na miséria, mas 110 milhões em miséria extrema. O indicador de pobreza na América Latina chega a 43% (na África – 60%). Cresce a emigração da população para os EUA e Europa em busca de trabalho. Os rendimentos a título de trabalho superaram os 65 bilhões de dólares, o que constitui mais do que os investimentos anuais de capital na América Latina e a ajuda estrangeira para a região.

O populismo cresce por causa da insatisfação causada pela distribuição da renda nacional e das condições sociais da população. É aproveitado por políticos desonestos. Na América Latina existem muitos elementos inquietantes, mas existem também modelos dignos de serem seguidos, nos quais governa uma esquerda responsável, que, ao invés de usar demagogia e se apegar a velhas receitas (nacionalismo econômico, estatização, economia dirigida), preferiu optar pelo modelo da democracia européia com o seu livre mercado. A esquerda latino-americana é diversificada e nem sempre, inclusive, tem a seu lado políticos de esquerda. Não é cada uma que apóia Hugo Chavez e nem todos os países da América Latina estão do lado dos EUA. Não há países completamente pró-americanos e completamente pró-venezuelanos.

A América Latina de hoje é uma região assimétrica, fragmentada por problemas. Os países da região se diferem mais do que no passado. Conduzem políticas diferentes. Na zona do maior populismo são extraídos 3 milhões de barris de petróleo por dia. O país, cuja posição na região e no mundo cresce incessantemente, é o Brasil. Contudo, quais são os custos desse crescimento?

Para onde vai a América Latina? Tal pergunta colocou o presidente do México, Felipe Calderon, no último fórum de Davos, do qual a Polônia não participou. “A América Latina escolherá o futuro ou o passado, apostaremos na democracia ou também permitiremos o retorno às perpétuas ditaduras, apostaremos no mercado ou também nas velhas políticas de expropriação, as quais provocaram as mais profundas crises na região? O México, claro, não quer litígios com nenhum país do continente.”

UNIÃO EUROPÉIA – AMÉRICA LATINA E CARIBE

O processo de globalização cria novas chances para ambas as regiões, mas, ao mesmo tempo, coloca novos desafios na questão da segurança, da forma democrática de exercício de governos, bem-estar, igualdade e coesão social.

No diálogo birregional apresenta-se, de um lado, o grupo de países “pós-modernos” (União Européia), de outro, os “modernos”, cujas visões referentes ao papel do Estado-Nação e da soberania nacional na época da confrontação com os problemas globais se diferenciam. Dos problemas que transvazam as possibilidades dos Estados-nações fazem parte, por exemplo, os que surgem no pano de fundo do aquecimento do clima, agravamento do estado do reflorestamento e do meio ambiente biológico, os movimentos migratórios da população, o terrorismo internacional e o tráfico de narcóticos. Para esses problemas não há solução sem a ajuda dos países desenvolvidos.

Se a União Européia almeja ser uma potência econômica e uma comunidade mundial no futuro, deve então estar presente em todas as regiões do mundo, ser parceira na solução dos problemas globais e, com esse fim, conquistar aliados. Essa idéia iluminou o III Encontro dos Chefes de Estados e dos Governos da União Européia – América Latina e Caribe (UE-ALeC) em Guadalajara, em maio de 2004, cujos principais temas foram a coesão social e o multilateralismo.

A consolidação do papel da União Européia nas questões internacionais não foi favorecida pelos problemas com a implantação de uma Política Externa e de Segurança Comum, após o 11 de Setembro de 2001, pelas divergências em relação à guerra no Iraque, pelas divisões em “nova” e “velha” Europa, pelos efeitos da expansão e crescente orientação para o Leste dos interesses econômicos e de segurança da União Européia.

Nas relações UE – ALec influiu a mais ambiciosa ampliação da UE em sua história. Pela primeira vez, em Guadalajara, com representantes da ALec encontraram-se representantes dos dez novos países da União Européia, cujas relações e interesses da América Latina, tanto interior aos mesmos, como também na AL, não eram intensas.

Na análise das consequências da ampliação da União Européia para as relações UE-ALec encontram-se inúmeras questões que deveríamos considerar:

- Diminuída atenção face à América Latina e Caribe, desde que prioridade para a segurança e estabilização da ampliada União Européia deveriam ser estáveis fronteiras ao Leste no espaço pós-soviético e nos Bálcãs (segurança energética, arsenais nucleares, sistemas políticos de elevado grau de instabilidade, fortes pressões migratórias, crime organizado, conflitos bélicos e ajuda humanitária e no desenvolvimento relacionadas com os mesmos).
- Quase todos os “novos” países da União Européia passaram à formulação de sua política face à América Latina, considerando que essa região não é prioritária para eles e que a mesma, “de forma natural”, pertence à zona americana de influências. A própria compreensão pelos mesmos da América Latina e Caribe era mais pró-Washington do que pró-Bruxelas ou pró-Madri. À medida da entrada nas estruturas da União e nos processos de decisão da mesma, deveria ser uma compreensão mais pró-européia.
- No aspecto econômico, a ampliação que abria maiores possibilidades de cooperação econômica e comercial aos “novos” países com a “velha” Europa poderia influir negativamente no nível em vigor do intercâmbio comercial da América Latina e Caribe com a União Européia (refere-se a produtos agrários da zona temperada, aço, mercadorias semi-transformadas, etc). Tratava-se em particular da Polônia e Hungria.

Enquanto isso, a ampliação da União Européia com “novos” países, com aumento do seu potencial econômico, significava crescimento da exportação da América Latina para a União Européia, portanto, vantagens para a região, das quais inicialmente não estava ela segura, mas, pelo contrário, temia-se a concorrência aumentada de parte da Polônia, Hungria e outros países. A expansão das relações com a UE constitui também aumento da autonomia da América Latina e Caribe nas relações com o mundo.

Em resultado da crescente interdependência entre ambas as regiões e da sua crescente posição no mundo, surge o problema da eficácia dos instrumentos até então aplicados no âmbito do diálogo político e da cooperação nas questões:

- da promoção da democracia e da paz,
- do controle sobre a afluência de emigrantes,
- das relações face aos movimentos indígenas de emancipação, incluindo os movimentos indígenas radicais e etno-nacionalistas, aos quais se avizinharam grupos de tendências fascistas da extrema direita,
- da revisão da estratégia e dos instrumentos da luta contra a produção e tráfico de narcóticos,
- da instabilidade política nos países andinos que diretamente afetam os interesses da União Européia no domínio dos investimentos na região, no contexto da migração populacional, do tráfico de narcóticos, etc.

No diálogo dos países da UE com a América Latina observa-se, cada vez mais, a passagem da temática geral para questões que diretamente interessam a população local, tais como os problemas de aposentadoria, desemprego duradouro – efeito da globalização, do emprego e defesa do meio ambiente. Foram objetos dos debates da Reunião de Cúpula Ibero-americana, em novembro de 2007, em Santiago, que aprovou o Plano de Seguridade Social para a América Ibérica.

Quais eram e quais são, à luz do acima apresentado, as metas e tarefas mais importantes da Polônia nas relações com a América Latina?

Analisando o acima, introduzimos uma cesura nos anos 1989-2004 e 2005-2006, constituída pela adesão da Polônia à União Européia e suas consequências nas relações da Polónia com a região.

PRESENÇA DA AMÉRICA LATINA NA POLÍTICA EXTERNA DA POLÔNIA NOS ANOS 1989-2004

O ano de 1989 e o seguinte trouxeram uma reavaliação geral na política externa da Polônia. Em resultado, quase todos os países distantes encontraram-se à margem dos interesses dos políticos e da opinião pública. “Segundo plano” era a noção aplicada face aos países da América Latina. O significado real e potencial para a Polônia de parceiros extraordinariamente diversificados quanto à grandeza, ao potencial econômico e ao grau de desenvolvimento civilizacional, era correspondentemente diversificado.

Do grupo de países em desenvolvimento surgiram os países recém-industrializados de primeira e segunda geração – Brasil, México e Argentina. Isso não definia, de modo inequívoco, o lugar na escala de interesses da Polônia. Em jogo entravam, assim, tais fatores como o significado político de dado país na política internacional, no mundo e na região, nas organizações internacionais, como também o efetivo numérico das Comunidades Polônicas, a intensidade dos contatos atuais, o distanciamento da Polônia e outros.

A configuração das relações da Polônia com o Terceiro Mundo no período da dependência na condição de satélite era mais livre do que com o Ocidente, embora devia-se submeter à prioridade dos interesses do bloco imposta pela URSS. Nessa situação, formalmente, os parceiros mais importantes eram Cuba e Nicarágua. Com esses países eram mantidos contatos políticos próximos, sendo que as cooperações econômica e comercial capengavam por culpa de ambas as partes. A noção corrente da significativa ajuda concedida pela Polônia a esses países não coincidia com a verdade. Nos anos oitenta, recuou-se de muitos compromissos de ajuda. Após 1989, Cuba e Nicarágua passaram ao plano secundário.

A mudança do sistema de governos na Polônia, a escolha da opção européia, a conquista de independência política face à URSS, a busca de novas garantias de segurança, mas também a forte pressão econômica, fizeram com que a diplomacia polonesa se orientasse principalmente no sentido da Comunidade Européia e dos Estados Unidos. O principal objetivo da política polonesa nas áreas não-européias passou a ser a garantia de condições favoráveis para a cooperação econômica no processo de transformação. O despertar do interesse pela Polônia através de

contatos políticos podia constituir uma das vias que levavam a atingir os objetivos econômicos.

Os sucessos das transformações democráticas e as reformas econômicas davam à Polônia trunfos que se podia aproveitar para a construção de sua imagem positiva. A popularidade do “Solidariedade” e de Lech Walesa no mundo, o interesse pelo curso da transformação sistêmica, eis os trunfos propagandistas da Polônia nesse período. Com simpatia se acompanhava a recuperação da soberania pela República da Polônia (RP). No entanto, as possibilidades não foram convincentemente aproveitadas.

A América Latina encontrou-se em primeiro lugar, além dos parceiros europeus mais importantes e dos EUA, entre as prioridades do ministro dos Negócios Estrangeiros (NE), que no limiar de julho e agosto de 1991 visitou a Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Paraguai. No decorrer dessa visita, tratava-se de criar a impressão que se conduziam conversações também com o Mercosul. O resultado da visita, além dos aspectos políticos, foi o alcance de entendimentos sobre suspensão da obrigatoriedade de visto e a expansão do serviço consular.

As relações políticas com a região eram muito intensas e abrangiam diversos escalões, incluindo consultas a nível de trabalho. A Polónia acompanhou os debates do Grupo do Rio em Budapeste. Relativamente ativa era a diplomacia parlamentar da RP (visita a Nicarágua, Paraguai, Costa Rica, visitas de delegações do Senado a América do Sul e ao México). Vale lembrar as atividades frutíferas das Comunidades Polônicas na criação de lobbies pró-poloneses.

O ano de 1993 singularizou-se no país pelo fortalecimento das instituições democráticas, sendo que os sinais de crescimento econômico tornaram a Polónia um participante valioso e fidedigno das relações internacionais, sobretudo na Europa. Entretanto, a fragmentação do cenário político e a intensidade da luta política, na qual era forte o fator ideológico, enfraqueceram a eficácia das atuações no âmbito externo. Na campanha eleitoral de 1993, foram submetidos a uma crítica severa todos os aspectos da política externa do governo cedente, desde a política do Leste, passando pela política de segurança, de integração e relações com os EUA, não se falando da política pessoal, no âmbito da qual se chegava à violação da legislação em vigor. O Ministério dos Negócios Estrangeiros recebia apoio insuficiente da parte de outros ministérios e do governo, tanto em termos de concepção como material. Prosseguia a realização dos princípios estratégicos aprovados ante-

riormente e constantemente desenvolvidos da política externa polonesa: aspiração de obter garantias de segurança e desenvolvimento econômico através da integração com as estruturas euro-ocidentais e euro-atlânticas, bem como esforços de uma composição duradoura das relações com os países do Leste. No entanto, a posição no Leste, perdida pela Polônia a partir de 1989, não se conseguiu reconstruir, apesar do apoio da União Européia e dos Estados Unidos.

Em 1994, a atenção estava voltada continuamente para a Europa. Após a entrada em vigor do Acordo sobre Associação da RP com a União Européia (em 01 de fevereiro de 1994), a Polônia obteve a possibilidade da condução de diálogo nos quadros das instituições de associação. Ao mesmo tempo, eram continuados os esforços para a inserção da RP nas estruturas euro-atlânticas de segurança.

Nas relações da Polônia com a América Latina, chegou-se a uma certa movimentação, por exemplo, entrou em vigor o acordo com o Uruguai sobre o apoio e a defesa mútua dos investimentos ou o entendimento com a Bolívia sobre isenção de visto no movimento turístico.

O professor Andrzej Dembicz no trabalho intitulado “Relações com os países da América Latina”, incluído no “Anuário da política externa polonesa em 1996”, escreveu, entre outras: “O estado das relações polono-latino-americanas, avaliadas do ponto de vista do interesse do nosso país...deve-se classificar como insatisfatório”. Explicava esse fato “pelo efeito tanto de contenciosos históricos nas relações bilaterais como também pelo conhecimento insuficiente de ambas as partes sobre o significado potencial dos contatos, das relações mútuas. A percepção da América Latina nesse aspecto – escreveu o professor Andrzej Dembicz – diferencia a Polônia da maioria dos países desenvolvidos, incluindo os países da União Européia, que intensifica ... suas relações com os países dessa região”.

A política externa da Polónia face à região, nos anos 1989-2004, reduzia-se sobretudo:

- à manutenção de contatos políticos nos escalões os mais elevados possíveis,
- à concentração de esforços no desenvolvimento das relações econômicas e comerciais,
- à construção de nova infra-estrutura jurídica,
- à abolição da obrigatoriedade de visto nas relações com os países da região,

- a consultas políticas com países selecionados da região no nível de subsecretário de Estado,
- à participação em conferências (reuniões de cúpula) internacionais com participação de representantes da América Latina e Caribe.

Acontecimento foi a visita, em fevereiro de 1995, do presidente Lech Walesa a Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, antecedida da visita do ministro dos Negócios Estrangeiros, Krzysztof Skubiszewski, a esses mesmos países. Foram, assim, visitas a países do Mercosul, em cujo desenvolvimento e nas relações com o mesmo depositavam esperanças as autoridades de então da República da Polônia. Em 1994, visitou o Chile o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Sejm (Parlamento polonês), Bronislaw Geremek. No limiar de junho e julho de 1995, missão especial polonesa visitou Trinidad e Tobago, Barbados, Venezuela, República Dominicana, Cuba, Jamaica, Equador e Peru, buscando apoio desses países à candidatura da Polônia nas eleições para membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU.

Na Argentina e no Peru esteve uma missão especial polonesa nas solenidades de posse dos presidentes Carlos Menem e Alberto Fujimori. Em 1995, esteve na Polônia o ministro dos Negócios Estrangeiros do Chile, José Miguel Insulza.

Nos anos 1990-1996, foram assinados acordos de isenção de visto com a Argentina, Bolívia, Chile, Honduras, Costa Rica, Cuba, Nicarágua e Uruguai. Com o Uruguai foram assinados acordos sobre a proteção de investimentos e para se evitar dupla tributação (quão grandes são os investimentos poloneses no Uruguai ou uruguaio na Polônia, e quantos poloneses e uruguaio trabalham nesses países?), e com a Argentina e o Chile sobre proteção de investimentos.

Retornando à tradição de antes da 2ª Guerra Mundial, começou-se a criar consulados honorários da RP: em Córdoba, Mal del Plata, Posadas (Argentina), em Punta del Este (Uruguai) em La Paz, Guatemala, Kingston, em Belo Horizonte, Erexim e Vitória (Brasília), Guadalajara, Guanajuato e Tulancingo (México) e La Serena (Chile).

Sucesso foi a instituição pelo Senado da Argentina no dia 8 de junho do “Dia do Colono Polonês”. Desse modo foi comemorado o centenário do estabelecimento dos poloneses em Misiones (1997).

Deve-se sublinhar que naqueles anos as instituições governamentais começaram a ver de forma diferente o lugar da América Latina na

política externa polonesa. A confirmação desse processo foi a apresentação – em 12 de dezembro de 1994 – de novos quadros conceptuais das relações polono-latino-americanas, durante a intervenção do subsecretário de Estado no Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), professor Robert Mroziewicz. Sublinhou que “numa situação em que a economia e não a ideologia constitui o fator que cimenta as alianças e os grupos, as relações entre a Polônia e a América Latina devem sofrer uma reavaliação qualitativa”. Constatou-se então que “a base da diplomacia polonesa nas relações com a América Latina é o diálogo com o Grupo do Rio, que abre canais de cooperação econômica. A cooperação interregional, de acordo com nossas aspirações de integração com a União Européia, pode constituir nova chance para as relações da Polônia com a América Latina. No entanto, para tal devemos estar bem preparados” – disse Robert Mroziewicz.

Apesar da conformidade geral quanto aos objetivos, orientações e prioridades da política externa polonesa no triângulo Sejm (Parlamento polonês) – governo – presidente, a coordenação das atuações dessa instituições no fórum internacional e nas relações exteriores durante o mandato de Lech Walesa despertava reservas nos círculos formadores de opinião. As visitas nos países do Mercosul, não no caso de cada país, eram compreendidas, mas, também, não em toda parte deixavam uma imagem positiva da Polônia.

Sobre a importância que os círculos governamentais poloneses atribuíam às relações com a América Latina pode testemunhar um fragmento do exposé do ministro dos Negócios Estrangeiros, professor Władysław Bartoszewski, de 1995: “A Polônia não quer perder de vista os países da Ásia, África e América Latina, mas interessa-se em particular pelas relações com o Japão, Coreia do Sul, China e Índia” (!)

Em 1999, podíamos afirmar que, para a independência em gradual recuperação, estávamos pior preparados nos domínios-chaves em se tratando de um Estado moderno: nas políticas externa e de defesa. Não só impossível era a preparação dos quadros, mas sobretudo faltavam concepções. Os ministros em exercício eram e são constrangidos na definição autônoma de uma visão voltada para o futuro. Entretanto, uma grande culpa cabia e cabe às pessoas do escalão médio de direção, avessos à tomada de posição ativa, com temor face a decisões drásticas que em relação a eles podem ser tomadas.

PRESENÇA DA AMÉRICA LATINA NA POLÍTICA EXTERNA POLONESA NOS ANOS 2004-2005

Os objetivos, as orientações e prioridades da política externa do Estado estão inseridas – no caso de sistemas parlamentares – no exposé do primeiro-ministro ou do ministro dos Negócios Estrangeiros. Quando falta tal exposé ou quando o mesmo é muito geral, ou também a problemática que nos interessa é tratada de forma marginal, então, em tal caso, sobre o lugar da América Latina na política externa polonesa podemos falar com base em conclusões lógicas resultantes de fatos. Por questão de ordem, lembro o que disse sobre os objetivos da República da Polônia no contexto das relações com América Latina a ministra Anna Fotyga em seu exposé de 11 de maio de 2007, no ano em que assumiu o cargo: “Nas relações com a América Latina aspiramos aumentar o intercâmbio comercial e manter elevado nível de diálogo político. Significado prioritário para nós têm as relações com o México, Brasil, Argentina e Chile. Com atenção observamos o desenvolvimento dos acontecimentos em Cuba”.

À pergunta de se a Polônia está interessada no fortalecimento do sistema democrático dos governos da região, respondemos afirmativamente. Isso é confirmado pelo restabelecimento imediato das relações diplomáticas com o Chile, desde o momento da assunção do governo pelas autoridades civis nesse país, em 1999. A Polônia foi organizadora da 1ª Conferência “Rumo à comunidade da democracia” (junho de 2000), cujo co-anfitrião foi o Chile, organizador da 3ª Conferência, em 2005. A Polônia está interessada na contribuição da região para a configuração pacífica das relações internacionais na e fora da região. Não lhe é indiferente o desenvolvimento econômico da região, a luta contra a pobreza, contra o crime organizado, cujos efeitos negativos experimentamos na Polónia. Do interesse da Polónia e dos países da região é o enriquecimento dos contatos culturais e científicos, incluindo no nível acadêmico. Unicamente através dessa via pode-se superar o ínfimo conhecimento sobre a Polónia e os poloneses entre as sociedades dos países latino-americanos às vésperas da adesão da Polónia à União Europeia. Com base na pesquisa efetuada então em 18 países da América Latina pelo centro de pesquisas públicas Latinobarômetro resultava que apenas 7% dos mexicanos e 6% dos chilenos correlacionavam o nome “Polónia”. Nos demais países da região, o conhecimento sobre a Polónia era quase zero. Já essa constatação pelo menos deveria constituir incentivo

para análises por parte das instituições que se ocupam da promoção do país no exterior.

É do interesse da Polônia o alargamento do intercâmbio comercial com a região, cuja oferta no domínio do comércio e dos serviços expande-se sucessivamente com novos produtos que interessam o nosso mercado, como também a expansão da cooperação econômica, incluindo investimentos, dado o desenvolvimento acelerado do país e as necessidades que crescem rapidamente.

Assim, no complicado mundo de hoje, o nosso objetivo central deveria ser o adensamento da cooperação econômico-comercial, que na vertente comercial ocorre diante de nossos olhos, não através de capital polonês, mas por intermédio de empresas do capital estrangeiro instalado na Polônia, pois isso é favorecido por nossa elevada presença na União Européia?

O nosso objetivo central deveria ser a manutenção a alto nível do diálogo político somente com parceiros prioritários da região, nos quais se incluem Brasil, Argentina, México e Chile? A Polônia pode realmente contribuir para a configuração de uma política comum da União Européia face à região, cuja definição confiou à Espanha com todas as consequências daí resultantes? Portanto, a Espanha, com a qual a Polônia está ligada por entendimento especial de parceria, admite tal possibilidade e qualquer iniciativa polonesa foi por essa via apresentada e aceita pela parte constituída pela Espanha e União Européia? A opacidade da política externa polonesa comprova que isso não ocorreu e a isso também não favorece a atmosfera relacionada com a imagem da Polônia no exterior, incluindo a Espanha e a América Latina. Por exemplo, Isaac Caro no artigo “Extremismos de direita e movimentos neo-nazistas como atores do cenário internacional”, publicado em “Diplomacia”, nº 99 (julho-setembro de 2004, Santiago, Chile), inclui entre os partidos de extrema direita a Liga das Famílias Polonesas de Roman Giertych, “partido que goza do apoio de diversos grupos de católicos integristas, de órgãos das mídias e agrupamentos ultraconservadores e nacional-socialistas” e do partido “Lei e Justiça com uma grande quantidade de ativistas nacionalistas e de membros de organizações radicais”. Esses partidos são mencionados, na mesma sequência, que o Partido Liberal-Democrático da Rússia de Wladimir Zyrynowski, o Partido da Liberdade de Joerg Haider ou a Frente Nacional de Jean Marie Le Pen. Isaac Caro escreve que “esses movimentos postulam uma ordem baseada

na defesa da família, das tradições políticas e históricas, e da reconstrução das identidades nacionais na Europa; promovem a xenofobia e a discriminação racista”.

Enquanto isso, o nível das relações da RP com os países latino-americanos não deixa de ter significado para a posição da Polônia na União Européia. Para isso alcançar, dever-se-ia pelo menos:

- inspirar ou participar de ações internacionais, cujo objetivo seria, por exemplo, a melhoria da situação material, da saúde ou do ensino nos países da região,
- participar ativamente da luta em defesa do meio ambiente, da busca de soluções na luta contra o crime organizado,
- cooperar nas pesquisas antárticas relacionadas com o aquecimento do clima.

A realização do acima apresentado conduziria à promoção da Polônia nas dimensões bilateral e multilateral, tornaria fidedigna a nossa política face à região. A confirmação definitiva da mesma seria a condução de um diálogo político que abrangeria as mais altas instituições no Estado, as instituições representativas, incluindo o escalão regional, os representantes de instituições e grêmios, comunidades acadêmicas e meio cultural. **A política externa na época da globalização exige maior abertura para a globalização das sociedades e garantia para as mesmas de maior participação na realização dos objetivos externos de seus países.**

O diálogo político no alto nível deveria referir-se a problemas que influem na realidade política das regiões e do mundo, inclusive de seu futuro desenvolvimento. Entre esses incluem-se os problemas da democracia, dos direitos humanos, da segurança regional, do desenvolvimento econômico e social.

Quais são os mecanismos atuais de realização dos objetivos da política externa polonesa face à América Latina e em que eles se diferenciam dos mecanismos de antes da adesão da RP à União Européia? O que foi feito para, nos círculos políticos dos países da região e no ver das sociedades locais, aproveitar o ingresso da Polônia na UE no sentido de elevar a importância da Polónia na Europa e nas relações com os países de credenciamento?

Pois bem, os mecanismos em princípios permaneceram os mesmos como no período dos anos 1990-2004, e ainda os mesmos depois de 2004. Eram:

- no período 1990-2004, as visitas dos presidentes da RP duas vezes ao Brasil e ao Chile, bem como à Argentina, Peru, Colômbia, Uruguai e Paraguai; do premiê do governo da RP ao México; dos ministros dos Negócios Estrangeiros da RP duas vezes ao Brasil e ao Chile, bem como à Argentina, Uruguai, Paraguai e México.
- Nesse mesmo período, as visitas a Polônia do Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso e do Presidente da Argentina, Carlos Menem, bem como a visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Chile, José Miguel Insulza (1995), presentemente secretário-geral da OPA.
- No período 2004-2006, a participação do presidente da RP na 3ª Reunião de Cúpula UE-América Latina e Caribe, em Guadalajara, em maio de 2004.
- Nesse mesmo período, as visitas a Polônia dos ministros dos Negócios Estrangeiros da Colômbia (2004) e Costa Rica (2006), bem como do ministro da Defesa do Chile, Michelle Bachelet (2004) e do ministro da Indústria e do Comércio Exterior do Brasil (2004).

O novo face ao período de antes de 1989 foi a introdução do mecanismo de consultas bilaterais político-econômicas, no nível de subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. A frequência das consultas, à medida do correr dos anos, aumentou, enquanto a área dos temas alargou-se. Essas consultas entraram automaticamente na temática das conversações no nível de ministros dos Negócios Estrangeiros. As consultas abarcaram 14 países da região.

Um novo constituiu também a introdução do mecanismo *think tank*, no nível de expertos. Foi pensado como retrospectiva anual das relações entre as partes e definição dos problemas que dificultam o desenvolvimento da cooperação. Os relatórios das sessões do *think tank* constituiriam material de partida para a tomada de decisões por instâncias superiores de ambos os países. Da eficácia desse mecanismo pode atestar o fato que, nas relações com o Chile, desde 2002, ocorreram três sessões, e uma no caso do México. Sobre a questão de fundo, não toquei por não dispor de dados.

Após 2004, na prática diplomática da RP começa a ser introduzido o envio às solenidades de posse de novo presidente na América Latina, na condição de presidente da delegação, pessoa que não exercia qualquer posto no aparelho de Estado. Isso fica problemático para o anfitrião, desde que a sua lei **sobre precedência** isso não prevê. Destituída de correspondente nível, a delegação da RP pode limitar sua estada à participação em cerimônias oficiais, pois encontros e conversações oficiais em tal caso são excluídas ou embaraçosas.

A Polônia aproveitou as boas ocasiões que a história abria diante dela – eleição do Papa-Polonês, as transformações sistêmicas na Europa Central e do Leste, cuja fonte foi o Solidariedade, que afinal frutificou na “nova” Europa, como também o ingresso da Polônia na União Européia? Deve-se lembrar que os anos 90 na América Latina constituíram também o fim dos regimes autoritários e retorno à democracia. Resposta a essa pergunta tem de ser, em suma, negativa, pois essa imagem obscura não pode ser aclarada pelas atuações de uma ou duas representações diplomáticas que compreendiam devidamente a sua missão. E talvez já nunca conseguiremos convencer que a falência do “socialismo inconcluso” na Polônia e não a queda do muro de Berlim tenha sido o fim da “guerra-fria”. Nas representações alemãs ou nas residências dos embaixadores da República Federal Alemã (RFA) são expostos os restos do muro de Berlim que devem lembrar a tragédia e a vitória da nação alemã. E de novo voltamos à imagem da Polônia no exterior, na qual séria influência tem a opinião dos círculos governamentais espanhóis e da mídia desse país. Assim para os grandes países desse continente, dos quais um manifesta tendências de grande potência e outro está perto disso, a Polónia revela-se como parceiro atrativo na cooperação política ou econômica, a Polónia que tem problemas com a definição de sua política face aos vizinhos mais próximos e lugar no concerto europeu? O olho atento de Bruxelas está em condições de anotar isso. No quanto podem ser valiosas para os parceiros da Polónia as consultas cíclicas sobre o tema da América Latina com os países da União Européia, com o Vaticano e a Rússia, é difícil de dizer, considerando a falta de acesso a adequados materiais. O mesmo acontece como o Grupo de Trabalho do Conselho da UE para questões da América Latina (COLAT/AMLAT). Sobre a posição do governo da RP apresentado nas questões da AL no fórum internacional, a opinião pública polonesa não é informada. Da mídia pode-se unicamente saber sobre as ações empreendidas

pela Fundação não-governamental Lech Walesa nas questões referentes a Cuba. Não me é conhecida nenhuma organização não-governamental da RP que tenha participado do III Fórum Euro-Latinoamericano-Caribeno da Sociedade Cívica, antes da 4ª Reunião de Cúpula UE-ALeC, em 2006, sob o lema: “Fortalecendo a participação social na construção de uma associação da UE-ALeC mais justa e mais solidária.

Importante papel nas relações da Polônia com a América Latina desempenha a diplomacia parlamentar, tanto mais que o espectro de suas atuações abrange não só problemas fundamentais da atualidade, como também o aspecto polônico. Deve-se reconhecer que nas relações com a AL essa diplomacia é extraordinariamente movimentada e acontece ser complementada por grupos de negócio. No entanto, a quantidade das visitas transforma-se em qualidade de cooperação? Tenho aqui em mente parlamentares - com frequência bem preparados do ponto de vista profissional - de países chaves da AL, muitos deles doutores em direito e economia de universidades americanas e européias, com os quais nossos deputados e senadores tiveram oportunidade de se encontrar.

Interessante instrumento de cooperação, aplicado nas relações dos EUA com seus vizinhos latinos, constituem as visitas a AL no nível de governadores estaduais. Essa prática começou a ser aplicada recentemente nas relações polono-latino-americanas. Tenho em mente as visitas a RP dos governadores dos estados brasileiros de São Paulo e Santa Catarina, bem como do Distrito Federal e Jalisco do México. Essa forma de cooperação devia ser generalizada como exemplo de cooperação regional, sob a condição de ser tratada devidamente por ambas as partes e encontre apoio da parte das autoridades centrais.

COOPERAÇÃO ECONÔMICA E INTERCÂMBIO COMERCIAL

A cooperação econômica e o intercâmbio comercial com a América Latina são do particular interesse da RP. Antes de 1989, afirmava-se: “Inquietante é a permanência de elevado déficit comercial da Polônia com os países da América Latina”. A diferença é que, anteriormente, tanto o intercâmbio como o déficit eram menores. Não vou enumerar a quantidade de visitas, acordos e entendimentos assinados, a necessidade da construção de nova estrutura jurídica, pois isso será tema de outras intervenções. Desejo unicamente sublinhar que as possibilidades

da expansão da cooperação com essa região são grandes e prometedoras. Como já lembrei, necessária é a correção na abordagem da tarefa e a elaboração de uma estratégia de atuação. Trata-se não só de almejar a assinatura de entendimentos, mas de cuidar da sua realização. Isso não pode ser ocasional. A realização de todos os compromissos internacionais da Polônia nesse domínio deveria ser supervisionada, tanto multilateral como bilateralmente, tanto o mais que, a cada ano, serão cada vez mais numerosos. Trata-se de um problema que exige rápidas regulagens governamentais. E dado que os agentes das relações econômicas, financeiras e comerciais com o exterior são instituições públicas e privadas, imprescindível torna-se a estreita cooperação nesse domínio entre ambos os setores. De outro modo, colheremos apenas informações das sucessivas visitas e lamentaremos as chances não aproveitadas. São situações quando melhor é estender a cooperação ao setor privado do que ao público. Coloco a questão das relações da RP com a Venezuela no contexto da cooperação econômica e comercial, pois quanto à necessidade de seu desenvolvimento não deveríamos ter dúvidas, mas não no contexto do respeito à democracia, dos direitos humanos ou das liberdades cívicas. Devemos lembrar as relações da Venezuela com a Rússia, Bielorrússia, China e Irã. Não devemos cometer os erros do passado relacionados com Cuba. Afinal, poder-se-ia dizer que Venezuela e Estados Unidos são hoje em dia inimigos que se necessitam mutuamente, e Hugo Chavez constitui a vingança de Fidel Castro contra os Estados Unidos. A União Européia em sua política face à Venezuela deve considerar o programa venezuelano de nacionalização referente aos setores energético e bancário, atingindo os grandes interesses do capital europeu em ambos esses setores (francês e espanhol, em particular). Não é segredo que os rendimentos das firmas espanholas instaladas na América Latina atingiram, em 2002, 41 bilhões de euros, isto é, 5,7% do PIB da Espanha e 5,1% do PIB da América Latina. Foi o “ouro da globalização”, o qual com “desgosto” olha não só a esquerda latino-americana, vendo nele sucessiva fase de exploração.

É difícil de falar dos investimentos poloneses de capital na América Latina. São eles, por enquanto, unidades de produção de móveis de escritório no México. Há vários anos, fala-se de conversações do KGHM em torno de eventuais investimentos no setor chileno do cobre, e, ultimamente, no peruano. O desenvolvimento econômico acelerado da Polônia e as grandes necessidades de investimento nas infra-estruturas relaci-

onadas com o campeonato europeu de futebol – EURO 12 – podem constituir incentivo para investimentos de capitais da América Latina.

Em 2006, segundo a CEPAL, o Brasil foi o primeiro investidor de capitais dentre todos os países da região. Seus investimentos no exterior ultrapassaram 28,2 bilhões de dólares e isso foi mais do que os investimentos de capital estrangeiro no Brasil nesse ano. Os investimentos de capital do México atingiram 3,897 bilhões de dólares, sendo que o terceiro nessa lista foi o Chile – 2,797 bilhões de dólares. Os investimentos de capital no exterior de todos os países da região atingiram, em 2006, 40,620 bilhões de dólares, isto é, duas vezes mais do que em 2005. Isso significa que as corporações latino-americanas entraram fortemente no ritmo da globalização. Para aumento de sua atratividade procurarão manter as regras de transparência e competitividade. Ante a Polônia abre-se uma nova chance e, talvez, nos próximos anos, sem repetição: a chamada de atenção do capital latino-americano para a atratividade do mercado polonês, pelo menos através da organização de rodadas de investimento na Polônia com participação de instituições latino-americanas de promoção econômica. Dentre os países prioritários da Agência brasileira de Promoção e Investimento – APEX, encontra-se a Polônia. A APEX instalou em Varsóvia um dos três centros de distribuição de mercadorias brasileiras na Europa.

A adesão da Polónia à União Européia é equiparada com a efetuação da reviravolta fundamental nas relações comerciais da RP com a região. Em 2005, o intercâmbio com os países da região cresceram 12% em relação ao ano anterior e atingiram 2,721 bilhões de dólares (exportação polonesa – 848,4 milhões de dólares, crescimento de 36,2%; importação – 1,873 bilhão de dólares, crescimento de 3,1%).

PROMOÇÃO DA POLÓNIA NA AMÉRICA LATINA

O general Mikolai Leonow, vice-chefe da KGB nos anos 1983-1991, durante encontro no Centro de Estudos Públicos de Santiago, Chile, em 23 de setembro de 1998, disse, entre outras: “A Igreja na Polónia possuía forte posição ideológica, que superava em muito as influências do partido e da ideologia comunista. Nesse país, no setor agrário não havia socialismo. A Polónia era formalmente um país democrático, no qual funcionava alguns partidos políticos. Quando falávamos de Polónia, usávamos a noção de “socialismo inconcluso”. Os elementos mencionados pelo general Leonow diferenciavam a Polónia de outros países

socialistas e facilitavam a promoção do país no exterior, incluindo a região da América Latina. Isso referia-se particularmente à religião católica. Na Polônia, nesse período, terminaram os estudos teológicos inúmeras futuras personalidades da Igreja da América Latina, citando, por exemplo, o atual cardeal de Santiago, secretário da CELAM, Francisco Javier Errazuriz. Na América Latina, entre outras coisas, através dos meios católicos, foi construída uma atmosfera de simpatia face à sociedade polonesa que explodiu no momento da eleição do Papa-Polonês.

Tradicionalmente frutífera e desde o início organizada foi a cooperação cultural e científica da RP com o México. Seria injusto não lembrá-la no caso do Chile, Brasil e Argentina, e também de Cuba, Venezuela, Peru e Uruguai. Devemos incluir entre êxitos notáveis, entre outros, as investigações de mais de duas décadas de caráter arqueológico e etnográfico conduzidas no contexto da Missão Arqueológica Andina da Universidade de Varsóvia no Peru, Equador e Bolívia. Trouxeram fama aos astrônomos poloneses as pesquisas conduzidas em Las Campanas, no Chile. Na cooperação cultural e científica com a Polônia engajou-se o meio intelectual e cultural judaico local, bem como nem todas as organizações polônicas. Nos anos que antecedem a entrada da Polônia na União Européia, a cooperação nesse domínio torna-se, na maior parte dos casos, objeto de acordos complementados por protocolos executivos. Ocasão para apresentação da RP na mídia veio a ser o movimento Solidariedade e os aniversários do “Solidariedade”, a adesão da Polónia à OTAN e União Européia, bem como as visitas dos mais altos dignitários governamentais. O sucesso dependeu, na maioria das vezes, das próprias representações diplomáticas, de seus contatos com a mídia e os meios formadores de opinião, como também da possibilidade da preparação de materiais publicitários ou de encontros. A importância dessa temática era sublinhada pelo fato de que os pactos militares não são alvo na América Latina de particular paixão, sendo que o ingresso de dez novos países na União Européia despertou temor nos círculos políticos e do mundo de negócio local.

Juntamente com a entrada na União Européia abriram-se frente à Polónia possibilidades – até então desconhecidas – para o mundo da ciência e da cultura. De forma cada vez mais impetuosa, as universidades polonesas encetam contatos diretos com as escolas superiores latino-americanas. De igual maneira os artistas. Os êxitos são grandes. Citarei aqui como exemplo: 1ª Semana Argentino-Polonesa de Cultura (2006),

ou também, talvez a maior apresentação da cultura polonesa na América Latina durante o 7º Festival de Maio da Cultura em Guadalajara (México), no qual apresentaram-se 172 artistas poloneses do país, do México e Estados Unidos, bem como apresentações da Orquestra Sinfônica de Varsóvia com K. Penderecki, no âmbito do 33º Festival Internacional Cervantino em Guanajuato (México). No entanto, seguidamente falta o perfil de cooperação cultural e científica com os países da América Latina, de individualização, tal como diverso é o nível de desenvolvimento civilizacional nesses países e de possibilidade da percepção de outras culturas. Chama atenção a falta de programa executivo para o acordo de cooperação cultural com o Brasil.

FATORES EM TORNO DA POLÍTICA

Para os efeitos da política externa e de seu instrumento executivo – da diplomacia e dos diplomatas, entram também em consideração os fatores em torno da política, assim como na economia os fatores para-econômicos, que são capazes de contribuir inclusive em até 1,5% para o crescimento do PIB. Os erros na política externa podem ser inclusive mais custosos que os erros na política econômica. Os erros na política européia da RP repercutirão negativamente nos efeitos da política da RP nessas regiões, nesse caso, na América Latina. O fato da política externa da Polônia na América Latina alcançar relativos sucessos, podemos atribuir a um punhado de diplomatas profissionais que trabalham nessa região, afastados da Central, mais do que seus colegas na Europa. O seu trabalho não é favorecido pela imagem da Polônia na Europa, que de certo modo é reproduzida automaticamente na região. E não ajuda a mesma o gasto de centenas de milhares de dólares para publicações no Financial Times ou outra gazeta, pois “como te vêem, assim te descrevem”.

A globalização nas relações exteriores fez com que os países e as organizações internacionais deixassem de ser os únicos agentes ativos nesse campo. Agora são também as organizações supra-governamentais, corporações multinacionais e sociedades civis, incluindo as organizações não-governamentais, participantes muito ativos da globalização. Nesse contexto, teve de mudar a diplomacia e o papel do diplomata. Hoje em dia, o diplomata confronta-se com desafios vários e para fazer frente aos mesmos tem de possuir competência e estar muito bem preparado para a profissão.

A globalização deveria ser abarcada pelo planejamento e pela cooperação de todos os agentes responsáveis no país pela formulação e realização da política externa. Cada país que deseja participar das vantagens da globalização deveria conhecer os motivos do porquê o mundo – diante de nossos olhos – tanto muda, como essas mudanças são recebidas pelas sociedades de outros continentes, o que é comum, o que divide as culturas e as nações. Não basta ser observador desses processos e deles participar como membro da aldeia global. Deve-se preparar os recursos humanos para que possam responder aos desafios, para que possam dispor de correspondente força ética e se pautar pelo sentimento de justiça. De outra forma, podemos lançar ao passado a coesão social.

O desenvolvimento da comunicação global fez com que os países mais pobres do nosso mundo sejam plenamente conscientes do abismo cada vez maior que os divide do mundo desenvolvido. Se inclusive pressupormos que o mundo fica cada vez mais rico, nas estimativas da ONU e do Banco Mundial, pelo menos de 600 milhões a 1 bilhão de pessoas nascerão, nos anos 2000-2015, em condições de extrema miséria, e que pelo menos 3 bilhões viverão na miséria. Desfaz-se diante de nós a tradicional estrutura da família como “ninho seguro” nos sentidos econômico e social. Em 1975, 38% da população do mundo viviam em cidades com população acima de 1 milhão de habitantes. Atualmente – 47%. Em 2025, segundo a ONU, nas cidades viverão 58% da população do mundo. A quantidade de pobres e sem-teto nas cidades, nos anos 1980-2000, duplicou-se de 390 milhões a 760 milhões. 22% da população mais pobre do mundo vivem nas cidades, em 2025 serão já 30%.

Fazer frente a essa situação não podia e não pode nem o ensino nem também a existente infra-estrutura social. 1,4 bilhão de pessoas não têm acesso a água potável. Até 2025, já serão 3 bilhões. Daí, entre outras, veio a iniciativa do governo argentino de defesa de suas reservas de água potável e de sua captação na estratégia da segurança nacional.

Nessas condições é inevitável que as diferenças culturais, religiosas, étnicas e outras, existentes no mundo, sofrerão enormes transformações sociais e criarão permanente ameaça para a paz e a segurança internacional. Daí a inquietação, mas também grande esperança da Capital Apostólica depositada na América Latina.

A confrontação exige um serviço diplomático profissional e bem preparado. Dela, de sua capacidade e preparação depende em grande grau a defesa dos interesses do país nas relações internacionais. Em suma, para

devidamente realizar a política exterior do país, os diplomatas deveriam estar preparados para isso, e ainda mais, possuir indispensáveis notícias de outros domínios que possam fazer parte do interesse da política exterior do país, como energia, proteção do meio ambiente, etc.

Graças ao conhecimento das próprias sociedades, os diplomatas compreendem com maior facilidade os processos que ocorrem em outras sociedades, o que favorece à melhor compreensão da situação geopolítica no mundo. O conhecimento e a compreensão de outros motivos e aspirações, independentemente de quão diferentes sejam, exige atitude especial, grande consciência política e sinceridade intelectual.

Na era da globalização, os diplomatas são recebidos e escutados não só por governos e organizações internacionais. São entre eles mídia, agentes econômicos e instituições sociais, incluindo as não-governamentais. Coloca-se diante deles o dever da probidade profissional.

As estruturas governamentais deveriam, de modo responsável, dar-se conta da importância da diplomacia e dos diplomatas para a vida da nação. A presente diplomacia, plenamente profissional e não acidental, exige novos instrumentos. Só então poderemos dizer que temos um serviço exterior competente, eficaz e digno de confiança. Se a RP não mudar a abordagem da formação dos funcionários do serviço exterior e da gestão de quadros, tratar o MNE como “recuperado” e não como bem geral, seremos anão político na Europa e no mundo, embora, absolutamente, não o mereçamos.

As reações da RP aos acontecimentos são espontâneas, manualmente dirigidas e não cabem numa visão que simplesmente não existe. A visão das relações da Polónia com a América Latina é a visão da União Europeia. Quando surge ocasião de maior engajamento, empreendemo-la. No entanto, isso não significa que seremos ativos. Falta consequência, decisão e vontade de marcar da própria presença. Por exemplo, os países-membros da União Europeia podem, mas não têm de se filiar ao Programa de Pilotagem de Mobilidade – ALCUE. A Polónia apresentou sua candidatura e foi escolhida para a compor a comissão de gestão do Programa. Mas não contribuiu, entretanto, com o pagamento de valor relacionado com a participação, pois o Ministério do Ensino Superior não o incluiu nas despesas orçamentárias. Permanece, assim, fora do Programa.

Talvez tenha acontecido bem que a política externa tenha deixado de ser domínio exclusivo do governo e seja cada vez mais cultivada pela sociedade cívica.

Presença da América Latina na Economia Polonesa e no Intercâmbio Comercial

Joanna Gocłowska-Bolek

PERÍODO ANTERIOR À ENTRADA DA POLÔNIA NA UNIÃO EUROPÉIA

A análise da participação da importação e da exportação da América Latina em todo o intercâmbio da Polônia leva-nos à reflexão de que, desde o início mesmo, essa região não constituiu para o nosso país um mercado essencial.¹ Com exceção do ano recorde de 1980, nenhum dos países nem inclusive toda a região não se encontrou em lugar prioritário na lista dos parceiros comerciais poloneses. No entanto, tomando em consideração os diversos produtos acontece que parceiros da América Latina foram e continuam a ser importantes fornecedores ou compradores de alguns bens.

O intercâmbio com os países latino-americanos caracterizou-se, tradicionalmente, por uma significativa concentração da importação polonesa em alguns produtos centrais, enquanto a exportação parece ser mais espalhada. Dentre os países da região apenas o Brasil foi significativo parceiro de longo prazo na escala da importação e exportação polonesas. No ano recorde de 1980, a importação do Brasil constituiu 2,7% de toda a importação para a Polônia. Esse resultado não se repetiu até o presente momento. A comparação da participação de outros países da região latino-americana na importação global para a Polônia, a partir de 1970, cria uma liderança de parceiros praticamente invariáveis: Brasil, Argentina e Colômbia, e, seguidamente, Venezuela e México. Os últimos anos trouxeram o crescimento do significado do Equador, Peru e Chile. O intercâmbio refere-se, sobretudo, à produção de alimentos e matérias-primas, em poucos casos, maior relevância têm os produtos industriais (por exemplo, produtos da indústria naval no intercâmbio com Equador e Panamá). Dentre os produtos de maior significado para a importação polonesa oriunda da região da América Latina, deve-se mencionar: minério de ferro, minério de volfrâmio e manganês, magnetita abrasada, algodão, fio de algodão e tecidos crus de algodão, couros bovinos, farelo, linhas, gorduras vegetais comestíveis, farinha de pasto, grão de cação e de café, chá, trigo e cereais de pastagem. Dentre todos os grupos de mercadorias de exportação da Polônia para os países

da América Latina, unicamente o carvão e coque, pertencentes ao grupo de combustíveis, constituíram posições destacadas no intercâmbio. A partir de 1981, começou, além disso, o crescimento sistemático da exportação de produtos da indústria química. Principais mercadorias de exportação da Polônia para a América Latina: carvão de pedra, chapas de aço e revestidas de zinco, rolamentos, motores de navio, máquinas e equipamentos de mineração, tornos para metais, bulldôzers, equipamento para trabalhos de terraplanagem, contadores elétricos, conjuntos criadores de eletricidade, peças sobressalentes e aparelhagem para motores de navio, peças sobressalentes para automóveis de passeio, sistemas energéticos para aviões, enxofre, soda, corantes e meios químicos, conservas de carne e produtos alcoólicos.

O ano de 1989 trouxe não só o início da etapa de transformações democráticas, mas também de reavaliação na política externa polonesa. Ocorreu mudança na política polonesa face aos países em desenvolvimento, incluindo igualmente a América Latina e Caribe. Começou-se a focar as relações com esses países sobretudo no contexto dos interesses econômicos, e não, como até então, pelo prisma da ideologia. Ao mesmo tempo, o mais importante se não o único objetivo da política externa polonesa tornou-se a integração nas relações euroatlânticas. Eis porque, apesar das reavaliações favoráveis na política externa polonesa, as relações com os países em desenvolvimento encontraram-se à margem dos interesses da Polônia. Adicionalmente, a grande distância geográfica dificultava o desenvolvimento das relações econômicas com os países latino-americanos.

Uma série de fatores fez com que, nos primeiros anos das transformações, a Polônia pudesse ver a região latino-americana como distinta entre as áreas em desenvolvimento (a. tradição existente de contatos comerciais; b. rede consular-diplomática completa; c. numerosa comunidade polônica na América Latina; d. adicionalmente, semelhantes experiências nas transformações democráticas e econômicas).

O objetivo central da política externa face aos países da América Latina era a normalização das relações jurídico-tratativas, suspensão da obrigatoriedade de vistos, ampliação da rede de consulados honorários.

Foram empreendidas sucessivas tentativas de animação das relações econômicas com o Grupo do Rio (então: México, Brasil, Argentina, Venezuela, Uruguai, Peru, Colômbia); do que é expressão, entre outras, a presença ativa da Polônia em Budapeste na conferência Grupo do Rio –Europa Central e do Leste (06.1990).

O significado da América Latina na política polonesa, incluindo a econômica, caiu claramente após 1994; as prioridades polonesas adaptaram-se às tendências internacionais. O intercâmbio comercial mantinha-se num nível muito baixo (apesar do crescimento em valores absolutos). Entre os fatores desfavoráveis incluímos também o aumento do saldo negativo para a Polônia. Deve-se sublinhar que apesar do pequeno volume do intercâmbio comercial, o seu significado no âmbito de alguns produtos e algumas firmas é – no período em exame – relativamente grande. A Polônia é um país de longa tradição de manutenção das relações econômicas com a região latino-americana, sendo que o Brasil, Argentina, Colômbia, Venezuela e México têm uma significado relativamente maior, real e potencial, para os parceiros da Polônia do que os países de qualquer outra região dentre os países em desenvolvimento, com exceção, claro, dos parceiros tradicionais da Polônia da Europa Central e do Leste.

Uma série de produtos poloneses nos países da América Latina são conhecidos e apreciados. Muitas firmas polonesas estão, há anos, presentes e são ativas nos mercados latino-americanos, sobretudo mantendo estratégia de dinâmica num pequeno número de ramos, mas estendida por todo o continente.²

Nas vésperas da adesão à UE (dados de 2003, segundo o FMI): a exportação da Polônia para a América Latina atingiu 0,87% do total de sua exportação (cerca de US\$ 468 milhões), enquanto a importação 1,4% (US\$ 1.017 milhão). Os parceiros mais importantes eram: Argentina, Brasil, México, Colômbia, Venezuela, Chile.

Cerca de 46% das mercadorias importadas vinham do Mercosul, 14,7% da Comunidade Andina, 12,3% do México.

RELAÇÕES UNIÃO EUROPÉIA - AMÉRICA LATINA

A União Européia conduz há vários anos uma ativa política face aos países em desenvolvimento. As relações entre a União Européia e a América Latina baseiam-se em três fundamentos centrais: tendência à parceria estratégica no apoio do multilateralismo; desenvolvimento das relações econômicas (por exemplo, através da criação de zonas de livre comércio); ajuda para desenvolvimento. Desde 1999, vem desenvolvendo-se a chamada “parceria estratégica” da União Européia com a região latino-americana; o mecanismo de diálogo político foi enriquecido com encontros no nível de chefes de Estado e de governos (1999 - Rio, 2002

- Madri, 2004 – Guadalajara, 2006 – Viena), encontros no nível ministerial UE – Grupo do Rio.

A União Européia mantém contatos institucionalizados com diversos agrupamentos, isto é, Mercosul, Comunidade Andina, MCCA e México e Chile. As relações com os países do Caribe desenvolvem-se através do Cariforum (política baseada no acordo de Cotonou de 2000).

A União Européia é o segundo após Estados Unidos parceiro comercial da América Latina (e o primeiro dos países do Mercosul). Nos anos noventa, o valor do intercâmbio comercial entre as regiões cresceu duas vezes. Em 2004, a exportação da UE para os países latino-americanos no total atingiu 55,3 bilhões de euros (5,7% da exportação geral da UE), enquanto a importação 63,1 bilhões de euros (6,2%). Os parceiros comerciais mais importantes eram: Espanha, Alemanha, França, Holanda e Itália. Os principais clientes (sobretudo de máquinas, equipamentos, produtos químicos) eram: México, Brasil, Argentina, Chile e Venezuela. A Espanha é o segundo, após Estados Unidos, investidor na América Latina, grande participação têm a França, Holanda, Grã-Bretanha e Alemanha.

Importante instrumento da política da União é a ajuda para desenvolvimento (anualmente, cerca de 2 bilhões de euros para a América Latina). Os mais importantes doadores: Comissão Européia, Alemanha, Espanha, Holanda; os maiores beneficiários: países da América Central e andinos.

RELAÇÕES POLÔNIA – AMÉRICA LATINA APÓS 2004

A integração da Polônia com a União Européia não provocou reviravolta nas relações com a América Latina, no entanto, a obrigação de se adequar à política da UE face aos países em desenvolvimento fez com que a Polônia desse mais atenção a essa região (ajuda para desenvolvimento, instituição de parceria política, especificação dos países prioritários: Brasil, Argentina, México, Chile; e países importantes: Venezuela e Colômbia). A fraqueza da Polônia é a pequena frequência dos contatos políticos e o baixo nível de sua institucionalização.

Presentemente, ocorre uma animação gradual, mas conseqüente, das relações dos países da América Latina com os países da União Européia (igualmente nos quadros de estreito entendimento sobre o livre comércio), incluindo também com seus novos membros. Deve-se sublinhar que embora neste momento a Polônia seja o mais importante parceiro

latino-americano dentre os países da Europa Central e do Leste, muitos deles já consideram uma séria modificação de sua política comercial face a essa região, desejando antecipar nesse aspecto os concorrentes potenciais da região.

Da atratividade do mercado latino-americano decidem centralmente a possibilidade de criação e modernização da infraestrutura, os investimentos necessários na rede de vias terrestres, aquáticas e aéreas numa série de países. Significativos investimentos são, no período mais próximo, necessários também nos setores extrativos dos países latino-americanos, assim, portanto, a Polônia pode ser fornecedora de uma série de novos produtos e serviços. A grande complementaridade das economias – polonesa e latino-americanas – oferece grandes possibilidades potenciais de aumento das trocas comerciais e obtenção pela Polônia de estrutura mais favorável de intercâmbio. A Polônia tem chance de entrar nos mercados latino-americanos tradicionalmente em desenvolvimento, sobretudo oferecendo produtos de ramos que utilizam tecnologias mediantemente avançadas, principalmente do setor eletromecânico, metalúrgico e químico, bem como em alguns ramos da indústria de consumo. Muitos países latino-americanos não tão desenvolvidos podem constituir excelente mercado de venda de produtos poloneses, que se caracterizam por uma qualidade relativamente inferior (portanto, não preenchendo os rígidos padrões da UE) e preços mais baixos.

Apesar do significativo potencial, o intercâmbio comercial com países da América Latina tem uma importância ínfima para a Polônia. O maior significado tem presentemente a exportação para o Brasil (mas constitui tão somente 0,4% de toda a exportação da Polônia) no valor de US\$ 98,9 milhões e a importância também do Brasil (0,2% de toda a importação da Polônia) no valor de US\$ 238 milhões. Em todos os países latino-americanos incidem presentemente US\$ 880 milhões de nossa importação e US\$ 360 milhões de nossa exportação.

No entanto, surgem sintomas de configuração de novas tendências. A absorção de mecanismos e princípios da política comercial comum da UE corrigiu as condições de acesso ao mercado polonês para as mercadorias industriais dos países em desenvolvimento. Os países latino-americanos que, anteriormente, não eram tratados preferencialmente (por exemplo, Argentina, Brasil, Uruguai, Venezuela), fazem uso das tarifas reduzidas do Sistema Geral de Preferências (GSP).

O acesso mais fácil ao mercado polonês é aproveitado por alguns parceiros da América Latina, o que trouxe significativo crescimento da importação: 2003 – US\$ 1.017 bilhão, isto é, 1,4% de toda a importação; 2004 – US\$ de 1.815, isto é, 2,1%), mas, ao mesmo tempo, um pequeno crescimento da exportação de mercadorias polonesas (2003 – US\$ 468 milhões; 2004 – 615 US\$ 615)³; resulta isso, em grande medida, das limitações protecionistas (tarifárias, burocráticas) nos países da América Latina. A assimetria nas relações comerciais resulta também do fato da percepção pelos empresários poloneses de uma América Latina como região de pequeno potencial econômico (enquanto isso, Polônia e México, Argentina, Chile, são países de semelhante nível de desenvolvimento⁴). O Brasil numa perspectiva a médio prazo pode tornar-se, ao lado da China, Índia e Rússia, um dos pilares da economia mundial.

O mais importante parceiro comercial da Polônia na América Latina é o Mercosul (grande dinâmica do crescimento das trocas a partir de 2003). Cerca de 42% das trocas comerciais com a América Latina incidem justamente no Mercosul, incluindo principalmente Brasil (26,5%). O Brasil é também o cliente central da exportação polonesa. Do Brasil para o mercado polonês chegam, entre outros, aviões, minério de ferro, produtos agrários de caráter tropical. Contudo, a Polônia, com a maior vontade, exporta para o Brasil produtos químicos, matérias plásticas, adubos e minerais (sobre o tratamento sério da parceria Polônia – Brasil pode testemunhar o interesse de que gozou o Fórum de Empreendimento Polônia – Brasil “Perspectivas de cooperação de investimento e comercial”, de setembro de 2005 na Câmara Econômica Nacional, bem como o fato da criação do Centro brasileiro de Distribuição pela Agência de Promoção da Exportação e Investimentos APEX-Brasil, em Varsóvia, em 22 de janeiro de 2007).

Não muito imponente é também a presença de investidores poloneses nos mercados latino-americanos e, simetricamente, de investidores latino-americanos na Polónia. Em 2005, aos países em desenvolvimento afluíram, em geral, a título de investimentos estrangeiros diretos, 268,5 bilhões de euros (crescimento em termos anuais de 3,1%), do que 83,6 bilhões de euros para a América Latina (crescimento em termos anuais de 3,1%). À Polónia afluíram 7,67 bilhões de euros, isto é, 1% dos investimentos estrangeiros diretos globais. Os investimentos estrangeiros diretos poloneses em 2005 atingiram 2.464,6 milhões de euros, do que tão só 11 milhões de euros (isto é, 0,45%) afluíram à América Latina

(sendo que, 0,4 milhão de euros chegaram à América Central, 0,7 milhões de euros ao México, 0,9 milhões de euros ao Brasil).⁵

RESUMO

A adesão da Polônia à União Européia fortaleceu a posição da Polônia como parceiro economicamente fidedigno e estável. A Polónia obteve certos instrumentos da UE que – devidamente aproveitados – podem incentivar os empresários em ambos os lados do Atlântico a encetar relações econômicas (por exemplo, participação no programa da UE AL-Ivest). De outro lado, a renúncia de competências soberanas no âmbito da configuração da política externa, particularmente da política comercial, em favor da Comissão Européia, significou a necessidade da rescisão de cerca de 110 acordos bilaterais no domínio da cooperação econômica com países em desenvolvimento. Graças aos sistemas preferenciais aplicados pela União Européia e às regulagens resultantes de entendimentos concluídos pela UE sobre mercado livre, os países em desenvolvimento obtiveram vantajoso acesso ao mercado polonês, sem proveitos simétricos para nossos exportadores.

Querendo aproveitar a chance para a penetração econômica dos países em desenvolvimento, incluindo também os países da região latino-americana, a Polónia deve envidar esforços no sentido da diversificação de sua exportação e da inovação dos produtos. A presente oferta de exportação da Polónia pode em tempo rápido levar à marginalização do papel da nossa economia nos mercados mundiais. Ínfima é a nossa participação na ajuda para o desenvolvimento, concedida aos países necessitados, por exemplo, na América Latina.⁶

As estatísticas do intercâmbio comercial, evocadas no *Suplemento estatístico*, não conduzem ao otimismo. O papel dos mercados latino-americanos na economia polonesa é ínfima e provavelmente tal marginalização manter-se-á na política externa polonesa por uma série de anos. Elemento que augura certas mudanças para melhor é o interesse do Brasil pelo mercado polonês e as ligações econômicas que surgem em resultado disso. Essas ligações numa perspectiva mais longa podem servir como premissa que incentivará as autoridades polonesas a conduzir uma política mais ativa face à toda região. Dado que as estratégias da UE pressupõem o adensamento das cooperações política e econômica, pode-se esperar que o fato da participação por parte da Polónia nas

estruturas da União Europeia desempenhará, num grau cada vez maior, papel de fator que aumenta a relevância da problemática latino-americana do ponto de vista dos interesses econômicos poloneses.

NOTAS:

- ¹ Ampla análise das relações econômicas da Polónia com os países da América Latina até 1989 podemos encontrar no trabalho: *Estado e perspectivas das relações económicas da Polónia com os países da América Latina*, CESLA da UV, Varsóvia, 1997.
- ² Dentre as firmas mais ativas, devemos mencionar: *PolSERVICE* (presente em muitos países da América Latina desde 1961, conhecida e renomada fornecedora de serviços de engenharia, sobretudo no ramo da construção e montagem); *Elekttrim S.A.* (em atuação na AL desde há 30 anos, fornecedora, entre outros, de equipamento para sub-estações de tração das ferrovias brasileiras e de estações de transformadores na Colômbia, de quadros para as centrais telefônicas no México, de cabos, motores, aparelhagem e instalações elétricas, de telefones e seus componentes para México, Chile, Argentina, Paraguai, Peru e Uruguai; *Ciech S.A.* (presente na AL já desde o final da Segunda Guerra Mundial, parceira de uma série de empresas no Brasil, Argentina e Cuba); *Metronex S.A.* (durante mais de 30 anos exportou aparelhagem de controle e medição, autômatos, equipamentos informáticos e de escritório, principalmente para Colômbia e Venezuela); *Laktopol* (desde há alguns anos exportando produtos de laticínio para maioria dos países da América Latina através de firmas ocidentais); *Stalexport S.A.* (presente na região desde há uma série de anos, especializa-se no comércio de produtos agrários). Com base no trabalho *Estado e perspectivas das relações económicas da Polónia com os países da América Latina*, CESLA da UV, Varsóvia, 1997.
- ³ Dados detalhados pelo ano 2005 foram inseridos no *Suplemento estatístico*.
- ⁴ O PIB per capita atinge na Polónia cerca de US\$ 6.280, no México US\$ 6.450, no Chile US\$ 5.880 (dados segundo *The Economist* 2007).
- ⁵ No geral, em 2005, nos países de ambas as Américas foram alocados 55,7 milhões de euros de investimentos poloneses (isto é, 2,26% de investimentos estrangeiros poloneses); na Ásia – 18,8 milhões de euros (isto é, 0,76%), os demais desenvolvimentos poloneses chegaram aos países europeus. Dados segundo *Investimentos estrangeiros diretos segundo situação no final de 2005*, Ministérios da Economia, Varsóvia, dezembro de 2006.
- ⁶ Nos anos noventa, a Polónia, enfrentado as dificuldades resultantes das transformações, era - ela mesma - importante captadora de ajuda estrangeira. Ainda em 2003, a escala da ajuda concedida por nosso país aos países em desenvolvimento era insignificante e atingia US\$ 27 milhões, quando o valor da ajuda recebida ultrapassava US\$ 2 bilhões.

BIBLIOGRAFIA:

- Bezpośrednie inwestycje zagraniczne według stanu na koniec 2005 r.* (Investimentos Estrangeiros Diretos segundo a situação no final de 2005), Ministerstwo Gospodarki, Warszawa, grudzień 2006 (Ministério da Economia, Varsóvia, dezembro de 2006).
- Duma³a H., *Polska – Ameryka Łacińska. Powojenne stosunki dyplomatyczno-konsularne*, Annales UMCS, Vol. IV, Lublin 1997, s. 7-25 (América Latina. Relações diplomático-consulares de pós-guerra, Annales Universidade Maria Curie-Skłodowska, Vol. IV, Lublin).
- Pocket Word in Figures 2007 Edition*, *The Economist*, Profile Books Ltd. 2007.
- Rocznik statystyczny handlu zagranicznego 2006*, GUS, Warszawa 2007 (Anuário

Estatístico do comércio exterior, 2006, SCE (Secretaria Central de Estatística, Varsóvia, 2007).

Rocznik statystyki międzynarodowej 2006, GUS, Warszawa 2007 (Anuário Estatístico Internacional 2006, SCE, Varsóvia, 2007).

Stan i perspektywy stosunków gospodarczych Polski z krajami Ameryki Łacińskiej, CESLA UW, Warszawa 1997 (Situação e perspectivas das relações econômicas da Polónia com os países da América Latina, CESLA, UV, Varsóvia, 1997).

Włoch R., *Polska a polityka Unii Europejskiej wobec państw rozwijających się*, Lamusa Digital, [http:// www.uclm.es/lamusa](http://www.uclm.es/lamusa) 17.05.2007 (Włoch, B. A Polónia e política da União Europeia face aos países em desenvolvimento, Lamusa Digital - [http:// www.uclm.es/lamusa](http://www.uclm.es/lamusa) 17.05.2007).

Wojna B., *Polska polityka wobec Ameryki Łacińskiej i Karaibów – bilans i możliwości rozwoju stosunków z perspektywy członkostwa w Unii Europejskiej*, *Polski Przegląd Dyplomatyczny* 4 (32)/2006, s. 49-65 (Wojna, B. A política polonesa face à América Latina e Caribe – balanço e possibilidades de desenvolvimento das relações sob o prisma da condição de membro da União Europeia, *Revista Diplomática da Polónia*, 4 (32)/2006, p.49-65) .

Wojna B., *Implikacje polityki UE wobec Ameryki Łacińskiej dla Polski*, PISM, *Biuletyn* nr 60 (305), 18 sierpnia 2005, s. 1509-1511 (Wojna, B, Implicações da política da UE face à América Latina para a Polónia, PISM, *Boletim* número 60 (305), de 18 de agosto de 2005, p. 1509-1511).
www.cepal.cl

SUPLEMENTO ESTATÍSTICO:

Tabela 1. Comércio exterior da Polônia segundo países (milhares de euro, preços correntes)

País	2005			%	
	Importação	Exportação	Saldo	Importação	Exportação
Mundo	81169666	71423494	-9746172	100	100
Argentina	332507	62724	-269782	0,4	0,1
Brasie	378215	107318	-270897	0,5	0,2
Chile	55805	25370	-30435	0,1	0,0
Equador	76611	3771	-72840	0,1	0,0
Guatemala	1995	3629	1634	0,0	0,0
Honduras	5072	1865	-3207	0,0	0,0
Columbia	44072	14542	-29530	0,1	0,0
Costa Rica	42961	4548	-38413	0,1	0,0
Cuba	5172	11470	6298	0,0	0,0
México	142800	65120	-77680	0,2	0,1
Panamá	50068	22808	-27260	0,1	0,0
Peru	31592	8068	-23524	0,0	0,0
Salvador	2143	366	-1777	0,0	0,0
Uruguai	23166	3216	-19950	0,0	0,0
Venezuela	8113	41499	33386	0,0	0,1
AL, em geral	1200292	376314		1,6	0,5

Fonte: Anuário Estatístico do Comércio Exterior 2006, Secretaria Central de Estatísticas, Varsóvia 2007.

Tabela 2. Participação percentual dos parceiros comerciais mais importantes da Polônia na AL na importação polonesa (1970-2005)

País	1970	1975	1980	1985	1995	2003	2005
Argentina	0,5	0,2	0,4	0,8	0,1	0,3	0,4
Bolívia		0,1		0,01			
Brasie	0,5	0,5	2,7	1,3	0,5	0,4	0,5
Chile					0,1		0,1
Columbia	0,1	0,1	0,3	0,02	0,1		0,1
Cuba	0,1	0,2	0,3	0,3			
México	0,01	0,02	0,05	0,1	0,1	0,2	0,2
Peru	0,4		0,01		0,1		
Uruguai	0,04	0,04	0,03	0,02	0,02	0,1	
Equador					0,3	0,1	0,1
Panamá				0,03		0,1	0,1
Venezuela							

Fonte: Cálculos próprios com base nos dados da SCE e Estado e perspectivas das relações econômicas da Polónia com países da AL, CESLA, Varsóvia, 1997.

Tabela 3. Participação percentual dos parceiros comerciais mais importantes da Polônia na AL na exportação polonesa (1970-2005)

País	1970	1975	1980	1985	1995	2003	2005
Argentina	0,3	0,3	0,1	0,1	0,1	0	0,1
Bolívia							
Brasil	0,6	0,8	0,5	1,4	0,5	0,2	0,2
Chile					0,03		
Colômbia	0,2	0,3	0,1	0,1	0,1		
Cuba	0,1	0,2	0,5	0,3	0,01		
México		0,1	0,05	0,01	0,1	0,1	0,1
Peru	0,01	0,02	0,1		0,01		
Uruguai			0,04		0,02		
Equador			0,02	0,01	0,02		
Panamá	0,01	0,02	0,03	0,01	0,03	0,2	
Venezuela	0,1	0,03	0,03		0,03		0,1

Fonte: Cálculos próprios com base nos dados da SCE e Estado e perspectivas das relações econômicas da Polônia com países da AL, CESLA, Varsóvia, 1997.

Tabela 4. Importação e exportação da Polônia segundo países * Em 2005 seg. seção CN (milhares de euros, preços correntes)

País / Categoria	Importação	Exportação
Argentina		
Total	332507	62724
Animais vivo, produtos de origem animal	22719	0
Produtos de origem vegetal	34027	29
Gorduras e óleos	522	0
Artigos de consumo	268245	45
Produtos da indústria química	1235	3292
Matérias plásticas e cautchu, e seus artigos	535	1340
Peles e artigos derivados	1102	5
Aparas de madeira, papel, papelão e artigos derivados	33	2236
Artigos de pedra, produtos cerâmicos	24	257
Metais comuns, artigos derivados	666	15339
Máquinas e equipamentos, aparelhagem elétrica e eletrotécnica	1228	38545
Equipamentos de transporte	1816	1316
Aparelhagem e aparelhos óticos, fotográficos e de medição	155	262
Artigos industriais diversos (móveis, brinquedos e outros)	125	34
País / categoria	Importação	Exportação
Brasil		
Total	378215	107318
Animais vivo, produtos de origem animal	10774	1486
Produtos de origem vegetal	22026	25
Gorduras e óleos	373	0
Artigos de consumo	103667	2941
Produtos minerais	38112	4530
Produtos da indústria química	11978	39662

Tabela 4. Importação i exportação da Polônia segundo países * Em 2005 seg. seção CN (milhares de euros, preços correntes) (continuação)

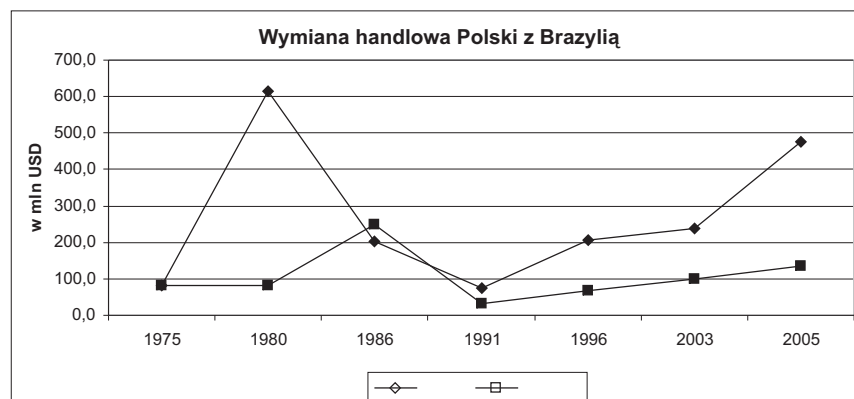
Matérias plásticas e caucho, e artigos derivados	3979	6127
Peles e derivados	3379	1
Madeira e artigos de madeira	5144	71
Aparas de madeira, papel, papelão e artigos derivados	14710	1098
Materiais e artigos textéis	3794	170
Calçados, chapéus, etc.	1610	1
Artigos de pedra, produtos cerâmicos	3697	2420
Pérolas, pedras preciosas, metais nobres e artigos derivados	513	9
Metais comuns, artigos derivados	32626	9964
Máquinas e equipamentos, equipamento elétrico e eletrotécnico	37812	27556
Equipamentos de transporte	81319	6922
Aparelhagem e aparelhos óticos, foto gráficos e de medição	2144	1271
Artigos industriais diversos (móveis, brinquedos e outros)	419	3063
País / categoria	Importação	Exportação
México		
Total	142800	65120
Animais vivo, produtos de origem animal	0	3507
Produtos de origem vegetal	2603	781
Artigos de consumo	2467	1644
Produtos minerais	927	0
Produtos da indústria química	2902	9667
Matérias plásticas e caucho, artigos derivados	3596	3071
Peles e artigos derivados	1765	0
Madeira e artigos de madeira	7	513
Aparas de madeira, papel, papelão e artigos derivados	46	5938
Materiais e artigos textéis	438	457
Artigos de pedra, produtos cerâmicos	997	2447
Pérolas, pedras preciosas, metais nobres e produtos derivados	7	210
Metais comuns, artigos derivados	5786	2713
Máquinas e equipamentos, aparelhagem elétrica e eletrotécnica	95879	18603
Equipamentos de transporte	11977	12669
Aparelhagem e aparelhos óticos, fotográficos e de medição	13036	704
Artigos industriais diversos (móveis, brinquedos e outros)	319	2194
Panamá		
Total	50068	22808
Produtos de origem vegetal	25968	1
Artigos de consumo	5	672
Produtos da indústria química	11	1192
Matérias plásticas e caucho, artigos derivados	0	66
Materiais e artigos textéis	8	290
Artigos de pedra, produtos cerâmicos	0	261
Metais comuns, artigos derivados	2	62
Máquinas e equipamentos, aparelhagem elétrica e eletrotécnica	52	1725
Equipamentos de transporte	23974	18266
Aparelhagem e aparelhos óticos, fotográficos e de medição	25	196
Artigos industriais diversos (móveis, brinquedos e outros)	5	441

Fonte: Anuário estatísticos do comércio exterior 2006, Secretaria Central de Estatísticas, Varsóvia 2007.

* Foram considerados os países com os quais o intercâmbio comercial constitui participação acima de 0,1% de todo o intercâmbio da Polônia.

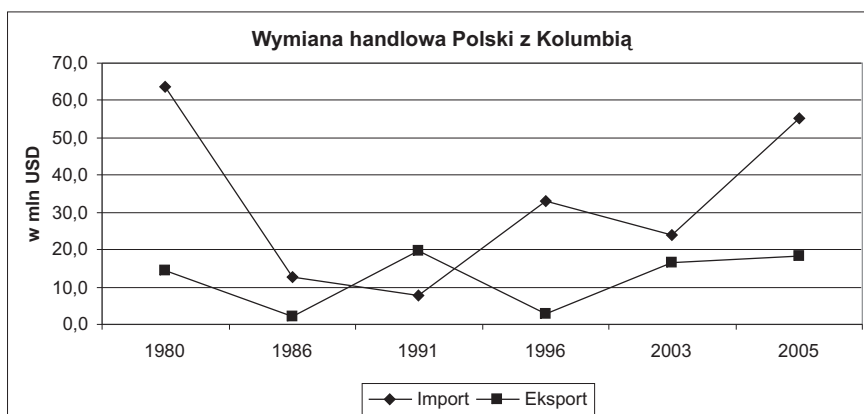
Tabela 5. Intercâmbio comercial da Polônia em 2005

Polônia	Total	Países desenvolvidos	UE	Países em desenvolvimento	AL.
<i>Em milhões de euros</i>					
Exportação	71 424	59 700	55 136	4 554	376
Importação	81 170	59 484	53 200	12 284	1 200
<i>% participação</i>					
Exportação	100,0	83,6	77,2	6,4	0,5
Importação	100,0	73,3	65,6	15,1	1,6
Fonte: SCE e FMI					

Gráfico 1. Intercâmbio comercial da Polônia com o Brasil. Em milhões de US\$. Importação-Exportação


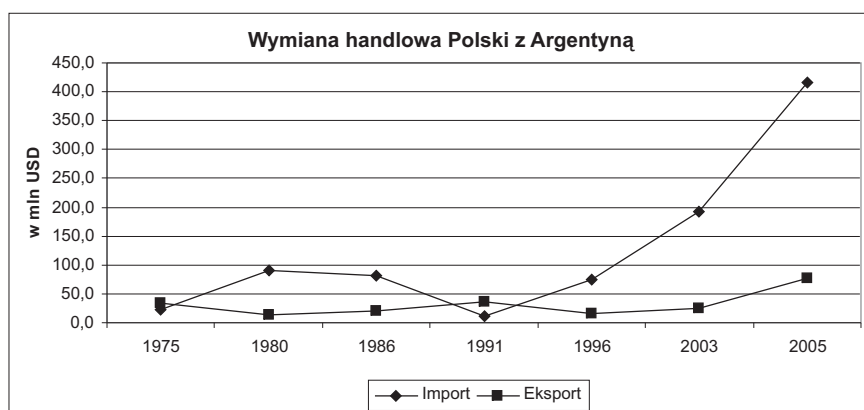
Fonte: Cálculos próprios com base nos dados da SCE e Estado e perspectivas das relações econômicas da Polônia com países da AL, CESLA, Varsóvia, 1997.

Gráfico 2. Intercâmbio comercial da Polônia com a Colômbia. Em milhões de dólares. Importação - Exportação



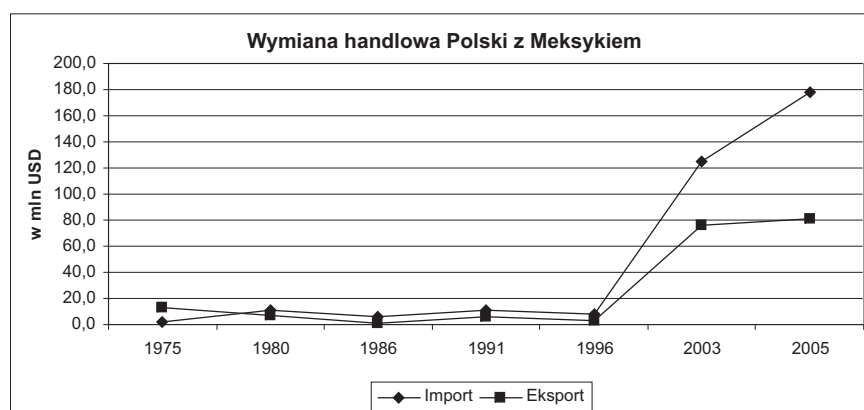
Fonte: Cálculos próprios com base nos dados da SCE e Estado e perspectivas das relações econômicas da Polônia com países da AL, CESLA, Varsóvia, 1997.

Gráfico 3. Intercâmbio comercial da Polônia com a Argentina. Em milhões de US\$. Importação - Exportação



Fonte: Cálculos próprios com base nos dados da SCE e Estado e perspectivas das relações econômicas da Polônia com países da AL, CESLA, Varsóvia, 1997.

Gráfico 4. Interacâmbio comercial da Polônia com o México. Em milhões de US\$. Importação-Exportação



Fonte: Cálculos próprios com base nos dados da SCE e Estado e perspectivas das relações econômicas da Polónia com países da AL, CESLA, Varsóvia, 1997.

Tabela 6. Participação da UE e da Polónia na exportação e importação latino-americanas 2005 (trilhões de euros)

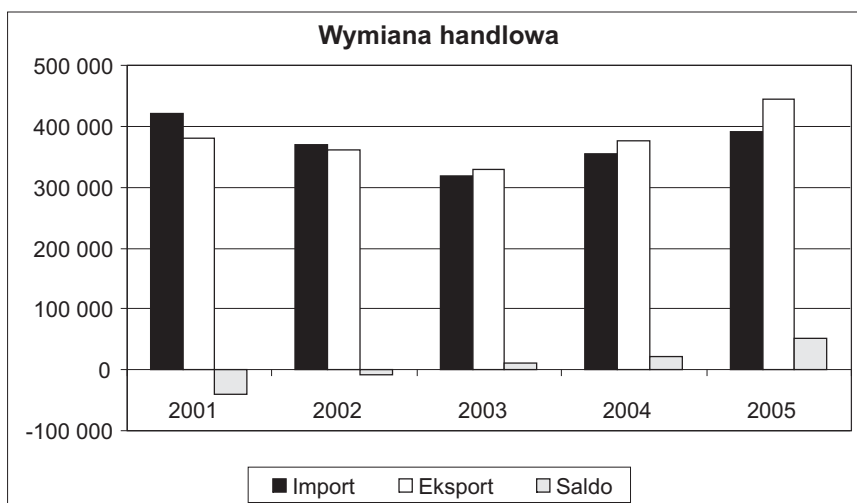
AL	Total	UE 25	Polónia
Exportação	444,6	59,6	1,2
Importação	392,1	57,8	0,4
Intercâmbio	836,7	117,4	1,6
Saldo	52,5	1,8	0,8

Fonte: SCE.

Tabela 7. Intercâmbio comercial da Polônia em 2005 com divisão em grupos de países.

Polônia	Total	Países desenvolvidos	UE	Países Em desenvolvimento	AL
<i>Em milhões de euros</i>					
exportação	71 424	59 700	55 136	4 554	376
importação	81 170	59 484	53 200	12 284	1 200
<i>% participação</i>					
exportação	100,0	83,6	77,2	6,4	0,5
importação	100,0	73,3	65,6	15,1	1,6

Fonte: SCE.

Gráfico 5. Intercâmbio comercial da América Latina. Importação-Exportação-Saldo.

Fonte: CEPAL.

Relações contemporâneas Polônia — Comunidade Polônica latino-americana. Tentativa de abordagem da problemática pela perspectiva acadêmica

Mariusz Malinowski

Os processos e fenômenos ainda em duração, a situação corrente e as transformações inconclusas constituem sempre material sem pleno valor quanto ao aspecto científico. Com frequência, em verdade, as publicações jornalísticas usam a referência de certa autoridade do mundo acadêmico, mas no mais freqüente as mesmas não contém inclusive os mínimos traços de análise metodologicamente fundamentada. Dentre outros motivos, o porquê justamente das reflexões abaixo, pertinentes às relações Polônia – Comunidade Polônica latino-americana não terem a ambição de ir mais adiante do que uma abordagem puramente reflexiva.

No entanto, a opinião científica na discussão acadêmica-política devia caracterizar-se pela referência a certa interpretação do fragmento discutido da realidade, mais ou menos fundamentada do ponto de vista de pesquisa, mas, na medida do possível, objetiva. Dado ser ainda muito cedo para uma análise mais profunda, a chamada perspectiva acadêmica dos problemas ainda recentes devia tender para um esboço dos contextos objetivos. Isso justamente decidiu da objetividade de uma abordagem mais próxima de certos problemas universais, que não sofrem mudanças tão rápidas, que sejam atuais numa perspectiva de tempo mais longa. Gostaria assim de propor certo tipo de característica abreviada de elementos selecionados de processos que vêm acontecendo no decorrer da última década e que são resultado de fenômenos ainda mais anteriores.

Como se sabe, as atividades dos meios polônicos no período de pós-guerra foram dominadas pelo aspecto político. A Comunidade Polônica na América Latina não foi diferente quanto a esse aspecto de outras regiões do mundo, as quais foram parar os soldados que lutaram nas fileiras das Forças Armadas Polonesas no Ocidente. A nova afluência de emigrantes foi caracterizada por dois novos fenômenos: crescimento do nível intelectual (desde que afluíam, decididamente, mais pessoas do que

antes que, de modo convencional, podem ser incluídas no grupo *intelligentsia*) e atitude hostil face às autoridades da Polônia Popular. A nova emigração estava plena de entusiasmo, cujo principal objetivo era criar na América Latina uma frente política forte que pudesse apoiar as autoridades de Londres e que boicotasse a correlação política na Europa, cuja vítima veio a ser sua própria pátria. E aqui podemos observar o primeiro paradoxo, que absolutamente não favorecia a unidade da Comunidade Polônica latino-americana, mas, ao contrário, simplesmente a polarizava ainda mais do que acontecia antes da guerra. Muito ativos, os ex-combatentes não se davam conta de que, para os descendentes dos colonos de 30, 40 ou 50 anos atrás, a encarnizada hostilidade face às autoridades da República Popular da Polônia (PRL em polonês) não era até o fim compreensível. Não podia ser compreensível, pois até os anos 80, na Argentina e no Brasil, os períodos de democracia foram raros e curtos, enquanto o populismo, os regimes militares e as ditaduras “comunistas” simplesmente não existiam, muito pelo contrário. Além disso, grande parte da Comunidade Polônica brasileira era originária dos meios rurais, geralmente de baixa ou quase simplesmente sem instrução (lembramos os efeitos educativos catastróficos – em certo período – dos decretos de nacionalização do Presidente Getúlio Vargas de 1938). Os ex-combatentes que começaram a se atribuir a autoria da única e justa opinião da Comunidade Polônica, não conseguiam aceitar que alguém pudesse ter outras idéias ou ser indiferente às questões políticas. Não era raro o fenômeno de isolar as pessoas que mantinham contatos com repartições diplomáticas da PRL. E se bem, após 1956, a situação tenha começado lentamente a evoluir no sentido de um modelo de contatos mais dirigidos para a esfera da cultura e não da política, no entanto, de uma plena conciliação da Comunidade Polônica com a Polônia não se podia falar. O ano de 1989 muda radicalmente essa situação. Aqueles, para os quais a correlação política na Polônia era o principal motivo da emigração, após a transformação sistêmica perderam não só o lema guia de suas atividades, mas também a razão de permanecer na emigração. O grupo de ex-combatentes que, década após década, se fundia cada vez mais, continuava, no entanto, a ser ainda importante e sua opinião era a mais conhecida. Assim, podia parecer que, a partir de então, as relações Polônia e Comunidade Polônica rapidamente se iriam se intensificar, que após décadas ocorreria uma aproximação real. Isso realmente ocorreu. Nos meios polônicos, com base nas novas possibilidades de

contato com o país, começaram a aparecer como cogumelos após a chuva novas organizações e surgiram novas iniciativas. Os representantes das autoridades polonesas eram agora recebidos com pão e sal, com honra e alegria. Na política polonesa começou também uma nova etapa, que não criava quaisquer barreiras ideológicas nem políticas nos contatos mútuos. Em 1990, foi criada a “Comunidade Polonesa” que substituiu a “Comunidade Polônica”, órgão que nos anos da PRL (República Popular da Polônia) se ocupava dos contatos com a emigração. Os contatos no alto escalão eram relativamente intensivos, claro, no quanto se considere a hierarquia geográfica nas relações internacionais. Chegou-se inclusive à visita do presidente da RP ao Brasil: em 1995, esse país foi visitado por Lech Walesa. Representantes das autoridades polonesas estiveram presentes nos Congressos das Comunidades Polônicas da América Latina. Infelizmente não se pode ignorar a opinião de que essa grande chance para construção de relações duradouras tenha sido desperdiçada. Muitas iniciativas e idéias de ambas as partes nunca saíram da fase de declaração. A isso não favorecia a cada vez mais tensa situação entre as autoridades polonesas e alguns líderes polônicos. Se alguém quiser usar aqui a palavra impasse, com certeza não se pode suspeitá-lo de não ter razão. Por outro lado, juntamente com o passar dos anos aprofundava-se o abismo entre a Comunidade Polônica do interior, interessada mais em aprender a língua, danças polonesas, costumes, história e cultura, e a Comunidade Polônica que constituía, aparentemente, a voz comum de todos os meios, que aliás concentrava-se no torpedeamento de algumas nomeações diplomáticas polonesas para a América Latina. Assim se apresenta, em traços gerais, o panorama da passagem dos séculos nas relações da Comunidade Polônica e da Polônia. Parte dos problemas permitir-se-ia abordar nos quadros de uma análise científica, parte infelizmente não. Por isso também não me sinto competente para penetrar de forma mais detalhada nas causas e efeitos dos diversos acontecimentos. Gostaria que as observações acima constituíssem pano de fundo para os problemas sobre os quais se pode e deve falar.

Como se pode sistematizar uma análise hipotética da situação corrente nas relações da Polônia com a Comunidade Polônica latino-americana? Deve-se focar, sucessivamente, os diversos elementos componentes das relações bilaterais. E assim, temos da “parte” polonesa a ver com uma dimensão formal e interpretativa. A formal é realizada através das repartições das práticas social e política, que pode-se a priori e sem

maior risco de erro resumir como inúmeros contatos e poucos efeitos. Podemos dividir a dimensão interpretativa em científica e midiática. Como efeito obtemos um panorama do acervo publicitário de abordagem mais ou menos aprofundada. As pesquisas científicas na última década são muito modestas e têm pequeno alcance receptivo. O interesse midiático pela Comunidade Polônica é, por sua vez, superficial e seletivo, limitado às informações que se podem “vender” bem. Domina aqui a problemática relacionada com atmosfera de “escândalo”, e quando os autores permitem-se a uma penetração mais profunda dos meios polônicos, então obtemos no máximo pequenas imagens construídas na base da acentuação de curiosidades paradoxais, de um lado, e de reclamação de excessivo folclore nas iniciativas culturais empreendidas, de outra. Por outro lado, da “parte” polônica distinguimos as dimensões cultural-sentimental e instrumental. Essa primeira manifesta-se na fome incessante de informações e de contato com a idéia de segunda pátria, transmitida de geração para geração e portata no coração. A dimensão instrumental caracteriza as atividades das organizações polônicas. Além da política declarada de aspiração à intensificação dos contatos com a Polônia, pode-se nela observar motivos um pouco menos nobres: atitude reivindicatória e eterna sensação de insatisfação. A Comunidade Polônica latino-americana sempre queria ser o objetivo prioritário da política externa polonesa, e independentemente do quanto os órgãos do País tentassem satisfazer esse desejo, sempre se revelava que as imaginações polônicas sobre cooperação eram ainda maiores.

A natureza dos quadros acima que sistematizam as relações mútuas é caracterizada por certos pressupostos ideológicos, dos quais devemos nos dar conta. São parte integrante dos problemas/indagações, que antes ou depois aparecerão na discussão sobre a Comunidade Polônica. Vejamo-las mais de perto.

Primeiro, da “parte” polônica, em referência às relações formais, todas as questões particulares são derivadas de um dilema: em que grau o apoio por parte da Polônia do “polonismo” entre as Comunidades Polônicas deveria estar inscrito nos quadros orçamentários da RP? A Polônia deveria tratar os descendentes dos antigos emigrantes como extensão de sua própria sociedade, logo que eles – quase em coro – identificam-se com a identidade cívica argentina ou brasileira? Deveria ajudá-los financeiramente, já que eles mesmos são – mais ou menos – importantes elementos de agentes econômicos estrangeiros e contribu-

intes de outros países? As Comunidades Polônicas argentina e brasileira têm algum direito de esperar que o capital, por exemplo, destinado à renovação do prédio descuidado da sede da organização polônica, deva ser originário do governo polonês, e não resultado de empreendimento local? Além disso, as autoridades presentes não deveriam, no entanto, pelo menos um pouco, assumir a responsabilidade pelos efeitos da política de pós-guerra da PRL, em resultado da qual muitos soldados que lutaram pelo seu país foram destituídos da possibilidade de retorno; mais ainda, muitos deles foram destituídos também de cidadania polonesa? E, finalmente, em que proporções a Comunidade Polônica latino-americana deveria ser apoiada face aos meios polônicos de outras regiões do mundo, se é que devesse ser apoiada? Em que grau é justa a exigência da Polônia “contribuir” para a Comunidade Polônica na América Latina – vivendo em situação relativamente boa (às vezes inclusive abastada), às custas, por exemplo, dos meios polônicos de além da fronteira leste da Polônia, cuja história é muito mais trágica, e o status econômico não raramente contrário a todos os padrões da civilização contemporânea?

Penso que a opinião encontrada com frequência entre as Comunidades Polônicas de que “a Polônia nos esqueceu, a Polônia não nos preza”, é errônea. A Polônia preza o papel cultural e histórico da emigração, mas o fato que isso não se manifeste por uma cooperação prática e financeira, trata-se de outro problema. O questionamento do grau de engajamento da Polônia na questão polônica é pouco fundamentado. Pois, sabe-se que as prioridades de todos os aspectos da política externa de cada país são simplesmente um reflexo proporcional do critério da proximidade geográfica e dos limites das relações econômicas mútuas. O Brasil e a Argentina encontram-se distantes. Nossas ligações econômicas são fracas. Nossas relações mútuas são fracas, o que eu consideraria como situação normal. Dessa reflexão deve-se, a meu ver, começar quaisquer divagações sobre o sentido, os limites e o teor das relações da Polônia com a Comunidade Polônica latino-americana.

Segundo, com referência à dimensão interpretativa, deve-se colocar uma pergunta fundamental: por que dura, invariavelmente, inúmeras décadas, o chamado complexo “de contribuição”? Nos trabalhos tanto científicos (em forma mais amena), como também jornalísticos (simplesmente), retornam como um bumerangue a tendência de acentuar os méritos poloneses para o desenvolvimento de países estrangeiros e um

grande lamento sobre a desproporção simplesmente atemorizante quanto a grandeza desses méritos face a outros meios imigratórios. Por que um presidente do Brasil pôde ser um descendente de tchecos, e não de poloneses? Por que o prefeito de Curitiba pôde ser um brasileiro de descendência japonesa, e não polonesa? Por que a porcentagem de políticos de descendência polonesa na América Latina insere-se nos vergonhosos limites de um entre mil? Por que na vida pública puderam se destacar italianos, e não nós? A quem ou a que se deve atribuir a culpa por tal status da Comunidade Polônica contemporânea?

Terceiro, finalmente, nos quadros dessa mesma dimensão, deve-se colocar a pergunta: em que base do ponto de vista do país, podemos avaliar se o “polonismo” da Comunidade Polônica latino-americana devia ser preservado em maior grau do que se preservou, por que consideramos como justificado pesar o fato da Comunidade Polônica falar pior ou não falar em geral o polonês? Por que deveria ser engraçado para nós que, nas comemorações da Páscoa despendidas entre um grupo maior de pessoas, o padre polonês abençoe a oferenda com uma “cervejinha” ou por que nos dias de tradicional jejum na ordem do dia é servida carne de vaca grelhada?

Ambos os aspectos acima exigem comentário comum. Deve-se começar da constatação chave do ponto de vista acadêmico que tais perguntas são impropriamente colocadas. Pois, a Comunidade Polônica não é nenhuma obra social artificial, é, contudo, resultado de processos multilaterais enraizados muito profundamente na história da Europa, é um grupo muito fortemente enraizado na sociedade local, cujos limites já há muito desapareceram. É um grupo que se governa por suas próprias leis, sua situação presente é derivada de concretos processos característicos para dada época, dado lugar, dadas condições. Não se deve mirar a Comunidade Polônica como agente específico de traços não-livres de “polonismo”, mas parte integral de sociedades muito dinâmicas, que surgiram e todo o tempo se configuram com base no diálogo de culturas, e criam seguidamente novos valores.

A categoria de culpa é imprópria, pois pressupõe a mesma que estado desejável é o “polonismo mais polonês possível” e “de maior polonismo”, como também que o seu desaparecimento seja não conforme com a intenção de seus participantes e observadores. Ambas as afirmações, aparentemente corretas, constituem infelizmente uma completa deturpação. Claro, os meios polônicos gostariam, de uma parte,

preservar as tradições dos antecessores em forma pura, mas, por outra, têm de adaptar essa tradição às condições locais e devem fazê-lo de maneira mais atrativa para as jovens gerações, para que tenham alguém que possa dela cuidar no futuro. Num país multicultural não se pode manter uma cultura étnica original em forma não-alterada por tantas gerações. Não pode se iludir que a língua pátria venha sobreviver na mesma escala em que foi trazida. Claro, para a Comunidade Polônica, o desaparecimento do “polonismo” e a diminuição das próprias fileiras são fenômenos relacionados com o sentimento de perda, mais isso não altera o fato que esses fenômenos sejam inevitáveis. O modelo de gueto étnico não constitui um modelo que corresponde à sociedade contemporânea na Argentina e no Brasil. Raramente também acontecia ser no passado. Traço de uma sociedade multicultural é a interpenetração de certos modelos, criação de novos, desaparecimento de outros. Os fenômenos com isso relacionados são muito naturais, embora não tenham que se dar conta disso os ativistas das organizações étnicas. Eles realizam programa de salvação e preservação da cultura original. Essas tentativas, em efeito da co-existência com outros grupos étnicos, criam novos modelos culturais, baseados em tradicionais valores étnicos, mas adaptados à contemporaneidade e à realidade local. Pode-se ver essa questão de outra forma: o fenômeno do desaparecimento de valores étnicos é natural e inevitável, e a reação a isso é o próprio movimento polônico que tende a salvar o que é possível. A absorção pela sociedade – entendida de modo cabal – das diversas culturas e a efetividade das ações que almejam a sua preservação são processos paralelos e naturais; absolutamente, não se pode aqui pressupor a existência de elemento de culpa pelo fato da Comunidade Polônica ser tão pequena, de falar fracamente o polonês ou que comemora o Natal no meio do verão. Penso que sem essas observações fundamentais quaisquer opiniões sobre o movimento polônico contemporâneo serão oneradas pelo risco de grande erro interpretativo.

Não se pode esquecer que todos os imigrantes, não só os poloneses, criaram força que constrói os países que os acolheram. O seu papel na gestão dos confins selvagens, a contribuição histórica para o desenvolvimento econômico da Argentina e Brasil, permitem arriscar a conclusão de que as questões culturais são em tudo isso secundárias: que o mais importante era o trabalho, a sobrevivência e um futuro melhor. E assim se deve mirar a sua história: como descrição de conquista e não

de perda. A conquista do futuro e não perda do passado. Pois tal, ao fim, era o objetivo de todos os imigrantes: foram em busca de uma vida melhor para si e para seus filhos, e não para verificar durante quanto tempo manter-se-á a cultura polonesa fora da pátria. A avaliação da contribuição polonesa pelo prisma da quantidade de cargos de destaque é muito injusta; como igualmente a não consideração do fato que a aprendizagem de uma das mais difíceis línguas no mundo, o polonês, constitui desafio intelectual, cujo empreendimento não tem de ser evidente nos meios rurais, dos quais a maior parte da Comunidade Polônica latino-americana até hoje não saiu.

Não se deve esquecer que as relações mútuas entre a Polônia e a Comunidade Polônica latino-americana estarão sempre acompanhadas desses mesmos obstáculos. Considerando a sua constante atualidade e não o passar do tempo pode-se inclusive chamá-las de estruturais. Sem convertê-las a fatores primeiros, mas também sem maior risco de falsificar a situação, considero que sempre serão derivadas de dois fenômenos fundamentais assinalados já anteriormente: do antagonismo de interesses no seio da própria Comunidade Polônica e da tendência extra temporal de conduzir face ao próprio país uma política de confrontação.

O primeiro fenômeno tem em si mesmo – quanto às relações mútuas – caráter neutral. No entanto, se mirarmos mais de perto os meios polônicos, sem dificuldade perceberemos que a Comunidade Polônica do chamado interior tem pouco em comum com o perfil das atividades das organizações do “top” polônico. Isso faz com que, inclusive com a melhor boa vontade da parte polonesa, a cooperação nunca chegue aos meios mais sedentos da mesma. As organizações centrais das grandes cidades podem se declarar porta-vozes daquelas que ninguém ouviu falar. Mas, na realidade, a corrente de ajuda (seja em forma financeira ou para criação de base cultural polônica) teria que ser alguns zeros a mais, para que a peneira das organizações centrais permitisse fazer uma distribuição realmente adequada às necessidades. As poucas exceções apenas confirmam a regra. O tiro falho mais espetacular resultante do problema acima delineado foi o financiamento complementar - pela Comunidade Polonesa - da criação, em 1996, junto à POLBRAS e a União Juventus, do Instituto de Cultura Polônica. Infelizmente, alguns anos mais tarde, o local preparado para esse fim limitou drasticamente o âmbito de suas atividades, enquanto as instituições que patrocinavam o projeto de maneira bastante espetacular começaram a tombar. A União

Juventus, considerada a mais antiga organização polônica no Brasil, por motivo de crescente endividamento começou a vender sucessivamente seus imóveis, inclusive os que eram símbolo curitibano de “polonismo”.

O segundo obstáculo caracteriza-se por uma maior variabilidade no tempo e depende diretamente da personalidade dos mais importantes líderes políticos e da situação política dominante na Polônia. Poder-se-ia parecer que após as transformações sistêmicas em 1989, nada deveria dificultar os contatos mútuos. Infelizmente, escândalos diplomáticos retumbantes na mídia, excitados por lemas de injustificada xenofobia, turvam as possibilidades de cooperação. Com satisfação, embora também com certo alívio, sublinho que esses conflitos, considerando a falta de plena documentação, não constituem (pelo menos no momento presente) um problema de pesquisa. No entanto, existem com certeza obstáculos para o entendimento recíproco.

Não é meu objetivo esclarecer o cenário para o futuro. As especulações desse tipo não considero como elemento não-livre de reflexão acadêmica. Contudo, seria possível formular pelo menos princípios de uma análise correta da Comunidade Polônica contemporânea? Penso que valeria a pena examinar a inversão de toda a ótica e focar a Comunidade Polônica não através da projeção de sua história, mas através do papel que desempenha na presente sociedade. Gostaria de propor a necessidade de um enfoque mais reflexivo, baseado nos problemas relacionados com as formas de co-existência e diálogo de culturas, fenômeno de criação de novos valores e de transformações na percepção das tradições com base na co-criação pacífica de uma nova realidade. Pois, abordagens instrumentais e valorizadoras podem levar a desentendimentos. |



A Imigração Latino-Americana na Polônia no Contexto da Imigração Latino-Americana na União Européia

Francisco J. Rodriguez Abraham

Na segunda metade do século XX, é perceptível certa mudança nas migrações internacionais com participação dos habitantes dos países latino-americanos. Se bem que como país de destinação permaneçam os Estados Unidos da América, com uma frequência cada vez maior observamos, no entanto, o surgimento de novas aglomerações de migrantes latino-americanos em outras regiões do mundo, sobretudo na Europa, mas particularmente nos países-membros da União Européia¹.

Os processos progressivos da integração européia implicam, entre outras, na atenuação das limitações formal-jurídicas para os cidadãos da União Européia (UE) quanto aos deslocamentos e mudança do lugar de moradia. Dessas facilidades podem também se aproveitar as pessoas de países terceiros que vivem legalmente ou não no território da União Européia. Nesse contexto, parece-me justificável a indagação pertinente às transformações da dinâmica migratória nos quadros da União, como também o papel que – na eventual intensificação da migração interior à União – podem jogar as pessoas e os grupos não-originários da União. Questões idênticas, entre outras, sublinham a necessidade da urgente formulação de uma política migratória comum para a União Européia, com consideração das diferenças e semelhanças na problemática migratória dos diversos países da União.

Neste trabalho, a questão da imigração latino-americana na Polônia é apresentada como parte específica da problemática migratória latino-americana na Europa.

POLÔNIA (TAMBÉM) PAÍS DE IMIGRANTES

A Polônia é um país no qual os processos migratórios são muito dinâmicos. Ao lado de uma emigração tradicionalmente elevada, podemos observar atualmente na Polônia uma intensificação dos movimentos migratórios.

As pesquisas conduzidas² mostram que os fenômenos da emigração e da imigração no país coexistem e a influência dos mesmos é visível não

só na estrutura demográfica da sociedade, mas sobretudo nos mercados locais de trabalho. Ilustram esses processos, entre outros, os dados do balanço migratório dos últimos anos (Tab. 1).

Conforme os dados do Censo Público Nacional de 2002, na Polônia foram registrados 40.661 estrangeiros que se encontravam permanentemente nesse país e 24.078 temporariamente. Dentre os mesmos, 29.748 e 23.032, respectivamente, são pessoas nascidas fora da Polônia³. As demais são pessoas nascidas na Polônia. Assim, temos a ver com significativo índice de migração de retorno ao país.

O número de estrangeiros que se estabelecem na Polônia é cada vez maior, de ano para ano⁴. Isso é atestado, entre outros, pelo número crescente de permissões tanto para estabelecimento como igualmente para moradia por tempo determinado. Essas permissões são concedidas pelo Ministro do Interior e da Administração, como também pelos voivodas. Vale sublinhar ao mesmo tempo que dentre as pessoas que obtiveram as permissões acima mencionadas, nos períodos 1998-2000 e 2003-2005, a maior parte é constituída por cidadãos da Ucrânia, Bielorrússia, Rússia, Vietnã e Armênia. Contudo, no caso de cidadãos dos países latino-americanos, trata-se de situações esporádicas (Tabs. 2 e 3).

Ao se tentar definir o lugar dos latino-americanos entre os imigrantes, tanto os estabelecidos como os que se encontram temporariamente na Polônia, pode-se observar que a sua participação numérica é bastante modesta. Das pesquisas efetuadas ainda nos anos 2001/02, trata-se de um grupo pequeno da ordem de mil pessoas⁵. No momento presente, apesar do aparecimento periódico de “caras novas”, o que aliás comprova a crescente quantidade de permissões concedidas para estabelecimentos e moradia por tempo determinado, não há bases para se pressupor que esses números estimativos tenham sofrido mudanças significativas. Não há dúvidas igualmente quanto à necessidade da efetuação de sucessivas pesquisas sobre a migração latino-americana na Polônia.

FORMAÇÃO DA DIÁSPORA LATINO-AMERICANA NA POLÔNIA

Durante todo o século XIX e a primeira metade do século XX, difícil encontrar na Polônia exemplos da presença latino-americana com características imigratórias⁶. Somente na segunda metade do século passado, podemos registrar o aparecimento dos primeiros grupos de imigrantes de países da América Latina. A partir de então podemos distin-

guir três períodos, nos quais a imigração latino-americana possui sobretudo caráter temporário e encontra-se sobre significativa influência das voragens na situação internacional.

1) Anos da Guerra Fria

Particularmente nos anos 60-80, podemos distinguir dois grupos de potenciais imigrantes: estudantes, participantes de programas de bolsas e refugiados políticos.

Estudantes. No período em exame, a União Soviética e outros países do campo socialista levaram a efeito uma política de ampla cooperação científica e cultural com os países em desenvolvimento, entre outras, através de uma oferta de bolsas de estudo bastante atrativa. Dando-se conta dos objetivos de propaganda do sistema, deve-se, no entanto, sublinhar que para inúmeros jovens do chamado Terceiro Mundo, as bolsas oferecidas constituíam a única possibilidade da conquista de formação superior. Na América Latina, dessa possibilidade fizeram uso milhares de jovens originários sobretudo das camadas inferiores e médias⁷. Com o passar do tempo, parte dos que terminaram os estudos estabeleceram-se naqueles países, outros retornaram aos países de origem, ou emigraram para ainda outros países, sobretudo do ocidente desenvolvido. Era isso uma resultante de fatores da mais diversa natureza, entre outras, da aculturação, transculturação, posse de especializações (particularmente no domínio das ciências básicas ou também das ciências aplicadas altamente especializadas), para as quais praticamente não existia demanda nos países de origem, de novos laços emocionais, constituição de família, início de atividade própria, que não necessariamente poderiam dar continuidade nos países de origem, enfim, “camuflagem” de vida independente.

Refugiados políticos. Nos anos 70 do século passado, em alguns países latino-americanos surgiram regimes militares que conduziam política de repressão face a ativistas e simpáticos de movimentos de esquerda. Uma das formas de escapar à mesma constituía o *exílio*, isto é, emigração política forçada, a qual foram submetidos dezenas de milhares de cidadãos⁸. Embora a maior parte dos refugiados dirigiam-se para os países vizinhos ou para países da Europa Ocidental, acontecia, contudo, que grupos pouco numerosos seguiam igualmente para países da Europa do Leste e para a então União Soviética. No caso da Polónia Popular, sobretudo em janeiro de

1974, em maior quantidade chegaram refugiados do Chile – cerca de oitenta pessoas, em busca de asilo após a queda do governo de S. Allende. Parte significativa desses refugiados deixou, com o passar do tempo, a Polônia, dirigindo-se principalmente para países da Europa Ocidental; entretanto, uns quantos estabeleceram-se no país, constituindo exemplos bem sucedidos de integração na sociedade polonesa⁹.

2) Os anos de transformação sistêmica (1989-2004)

Nesse período podemos distinguir quatro grupos de potenciais imigrantes.

Estudantes. Em resultado das transformações políticas iniciadas em 1989, o sistema de bolsas foi, se não completamente revogado, pelo menos significativamente reduzido e reformado. Os países do antigo bloco socialista conquistaram a possibilidade da tomada de decisões soberanas quanto ao perfil e à dimensão de sua cooperação com os países do Terceiro Mundo. Na prática, a maioria das vagas destinadas a estudos para cidadãos estrangeiros começaram a ser preenchidas dentro do princípio de estudos pagos¹⁰. Particularmente nos primeiros anos após a introdução dos novos princípios, era visível a queda do número de estudantes estrangeiros nas escolas superiores do país. No entanto, podemos considerar como modelo do período anterior e contrariamente à política oficial do Estado¹¹, que os estudantes constituem seguidamente grupo de potenciais imigrantes.

Empresários e funcionários de firmas estrangeiras. Chegaram à Polônia principalmente no início da transformação juntamente com a abertura para a economia de mercado. Com o tempo, muitos deles decidiram estabelecer-se na Polônia de forma permanente.

Re-emigrantes de origem leste-européia. Após a queda dos regimes comunistas alguns dos antigos emigrantes decidiram retornar com as famílias para seus países de origem. Essas pessoas, em resultado do longo período na região, estavam já, no sentido cultural e mental, bastante “latino-americanizados”.

Outros imigrantes latino-americanos. São pessoas que já tinham atrás de si as primeiras experiências migratórias em outros países e chegam à Polônia em busca de novas perspectivas. Nesse caso, a Polônia constitui para eles país de sucessiva emigração. São casos raros, mas, entretanto, particularmente visíveis nos anos anteriores à entrada da Polônia na União Européia.

3) Entrada da Polônia na União Européia em 2004 e posterior alargamento da União

O dia 01 de maio de 2004, data do ingresso na União Européia, alguns países da Europa do Centro-Leste, incluindo a Polônia, pode-se considerar como data em que se abriram novas possibilidades para a diáspora latino-americana na Européia.

Por um lado, o seu número aumenta em resultado da afluência de novos “Eurolatino-americanos”¹², os quais, graças à sua origem leste-européia podem conquistar a cidadania de seus antecessores e, desse modo, tornarem-se cidadãos da União Européia. Como exemplo podemos citar o caso dos brasileiros que chegaram à Polónia em 2003 na quantidade de 103 pessoas e, em 2005 já no número de 387 pessoas. Significativa parte dos mesmos possuía origem polonesa¹³.

Por outro lado, nos países que recentemente aderiram à União Européia aparecem novos condicionamentos que podem intensificar a mobilidade dos imigrantes latino-americanos estabelecidos nos países da antiga União, trata-se, entre outros, da ampliação gradual do tratado de Schengen ou também da moda crescente da língua espanhola. Se bem que não tenhamos a ver com êxodo maciço de latino-americanos em direção ao Leste, não se pode negar o aparecimento cada vez mais frequente de “novas caras” dentro da diáspora latino-americana.

CARACTERÍSTICA DA IMIGRAÇÃO LATINO-AMERICANA CONTEMPORÂNEA NA POLÓNIA

A primeira tentativa de característica coletiva dos latino-americanos estabelecidos na Polónia foi efetuada, como se sublinhou anteriormente, no início desta década. Com esse fim foram aproveitados, sobretudo, diferentes dados e informações originárias de consulados latino-americanos em Varsóvia.

Conseguiu-se, assim, estabelecer que temos a ver com um grupo de cerca de mil pessoas espalhadas por toda a Polónia. Em sua maioria são pessoas que terminaram na Polónia estudos superiores, possuem situação familiar estabilizada e se encontram legalmente no país. Igualmente significativo revelou-se o número de matrimônios mesclados (com cidadãos poloneses). As dificuldades na obtenção de dados numéricos que pudessem ilustrar com maior exatidão o atual estado de coisas foram aumentadas pelo fato de os registros consulares nem sempre serem atualizados¹⁴. Além disso, nem todos os países latino-americanos possuíam

(aliás como até hoje em dia) suas representações diplomáticas e consulares na Polônia.

Passo sucessivo importante foi dado pelas pesquisas sobre integração e funcionamento dos imigrantes latino-americanos na Polônia efetuadas por uma das defensoras de tese de mestrado do CESLA. Com auxílio das entrevistas conseguiu-se estabelecer certas características sociológicas que permitiram obter um melhor conhecimento da migração latino-americana na Europa¹⁵. Os dados obtidos foram confirmados pelas conclusões e complementados pelas observações sobre a situação migratória dos latino-americanos efetuadas em pesquisas anteriores¹⁶.

Resulta das mesmas que, embora sem maior sucesso, os latino-americanos tentaram criar suas próprias organizações. Ainda nos anos 70-80 do século passado, funcionava a Associação dos Estudantes Latino-americanos. Hoje em dia, no entanto, não estão associados em nenhuma organização de compatriotas, que possa representá-los; os contatos entre eles permanecem, portanto, no nível informal. Dentre as causas desse estado de coisas deve-se apontar para o pequeno efetivo da diáspora¹⁷, bem como para sua dispersão por toda a Polônia. A característica apresentada permite compreender as causas, o curso e os traços da integração¹⁸ dos imigrantes na sociedade polonesa. Essa integração ocorre principalmente através do trabalho remunerado. Embora a maioria dos latino-americanos que vivem na Polônia possuam formação superior, relativamente poucos, contudo, praticam a própria profissão. Parte deles desenvolvem atividade econômica própria. Poucos são vistos nas ciências, na música e também nas artes. Parte deles conduzem atividade econômica própria, sobretudo no setor de serviços (tradução, ensino de línguas estrangeiras, gastronomia, comércio).

No que toca a questão da transformação da identidade amplamente compreendida, como efeito dos processos migratórios, uma boa ilustração do caso dos latino-americanos na Polônia podem constituir as declarações abaixo de dois entrevistados no decorrer das pesquisas de campo¹⁹.

“ (...) quando estou morando na Polônia, sinto-me equatoriano, mas quando estou no Equador, sinto-me polonês. Mas gosto de morar aqui e lá também”

“(...) apesar dos esforços, com o tempo ‘polonizo-me’ e não há remédio para isso”. À pergunta: quem és?, responde: “Sou colombiano vivendo na Polônia”

Dentre as maiores dificuldades de adaptação, os latino-americanos apontam o clima e o tempo instável. Não pequenas dificuldades causam também, sobretudo tudo no início, a aprendizagem da língua polonesa.

Assim, portanto, os migrantes latino-americanos na Polônia experimentaram dois processos, paralelos e reciprocamente complementares: *desarraigo/desraizamento* ('afastamento das raízes próprias') em relação ao país de origem e uma bem sucedida adaptação no país de assentamento.

IMIGRAÇÃO LATINO-AMERICANA CONTEMPORÂNEA NA EUROPA – ASPECTOS SELECIONADOS

A complexidade dos fenômenos migratórios baseia-se, entre outros, no fato que suas causas, curso e conseqüências, devemos examinar praticamente ao mesmo tempo, em diferentes contextos. Portanto, importantes são tanto os condicionamentos que catalisam as decisões de deixar o país nativo (e às vezes também de sucessivo país de estada), como igualmente os condicionamentos que convencem os migrantes a escolher justamente esse ou outro país de destinação²⁰.

Os aspectos selecionados a seguir da problemática da imigração dos países da América Latina e Caribe nos países europeus tornarão mais próximos de nós as diferenças e semelhanças face à experiência latino-americana na Polônia.

Migrações latino-americanas como objeto de pesquisas científicas. Deve-se considerar, sobretudo, que a problemática migratória dos latino-americanos na Europa constitui campo de pesquisa para cientistas tanto nos países de origem como também nos países de destinação. Particular desenvolvimento de tais pesquisas ocorreu na Espanha na última década do século passado em relação com a mudança muito clara do caráter de país emigratório para imigratório²¹. Sobre o interesse por essa temática na Espanha e em outros países europeus atesta a crescente quantidade de publicações científicas e a presença dos problemas migratórios nas conferências nacionais e européias. Como era de se esperar, um número maior de trabalhos surge nos países onde o fenômeno da imigração desenvolveu-se recentemente ou também constitui importante componente da problemática migratória de dimensão nacional²².

Questões estatísticas. Inevitáveis são as dificuldades no acesso e, sobretudo, na interpretação dos dados numéricos. Isso está relacionado não só

com a aplicação de diferentes ferramentas estatísticas e noções na definição dos fenômenos migratórios, mas também com a diversidade dos objetivos das instituições e organizações que elaboram esses dados. No entanto, com pequena margem de erro, pode-se apresentar uma quantidade estimativa dos diversos grupos migratórios. Como indicam os dados estatísticos, nos países europeus existe forte diferenciação numérica das comunidades imigratórias da América Latina e Caribe (Tab.5).

Diferenças históricas nos contatos interregionais. A diversidade das experiências políticas, econômicas e culturais entre os diversos países de ambas as regiões implica na existência de diferentes condicionamentos da presença de imigrantes latino-americanos e caribenhos. Dentre os mesmos, encontram com certeza seu lugar: passado colonial (séculos XV-XVII), diferentes movimentos migratórios da Europa para a América (século XIX- meados do século XX), mas também crises políticas e econômicas nos países latino-americanos na segunda metade do século XX. Esses condicionamentos podem esclarecer, entre outros, o porquê de ser - entre os imigrantes argentinos - tão elevada a participação de pessoas de raízes espanholas ou também italianas, o porquê dos migrantes do Equador, Colômbia ou Bolívia aumentarem de forma significativa sua presença somente a partir do final dos anos 90 do século passado. Pode-se encontrar ainda muitos outros exemplos que confirmam o grande significado das diferenças históricas nos contatos interregionais para o esclarecimento das causas, curso e traços característicos do processo migratório das diferentes comunidades latino-americanas e caribenhas nos diversos países da União Européia.

Fatores econômicos. De uma maneira geral, as transformações relacionadas com a crise nos mercados de trabalho encontram-se nas origens da maioria dos movimentos migratórios. Isso refere-se tanto aos países de procedência como aos países que recebem. Pelo fato da economia reportar a sua dinâmica à sociedade na totalidade, no cômputo geral, as medidas tomadas em prol da solução dos problemas de natureza econômica ocasionam, por sua vez, mudanças substanciais na esfera demográfica, familiar, social, política e cultural. Os países de procedência desfazem-se do excesso de força de trabalho, obtendo, com isso, para suas economias, recursos adicionais em forma de transferências pecuniárias do exterior por parte dos migrantes. Contudo, inclusive se graças às transferências pecuniárias dos parentes do exterior, a situação material de muitas famílias venha melhorar, ao mesmo tempo, de forma iniqui-

etante aumenta o número de conflitos na família levando à sua desintegração. Os países que recebem os migrantes, por seu lado, não só complementam a força de trabalho carente, mas também melhoram seus indicadores demográficos, o que não é coisa sem significado para a maioria das sociedades européias em processo de envelhecimento. Novos funcionários, pelo menos aqueles empregados legalmente, tornam-se contribuintes de impostos, que em significativa medida melhoram a fluência do sistema de seguridade social, sobrecarregada com um número cada vez maior de aposentados inativos. Os migrantes, tanto os legal como os ilegalmente empregados, contribuem também para o aumento da demanda de produtos e serviços nos países em que se encontram, criando ramos completamente novos da economia²³, ou também ativando os anteriormente decadentes. Tendências menos otimistas acossam parte da população local, quando os migrantes começam a desfrutar, em pé de igualdade com os nacionais locais, dos benefícios do Estado do bem-estar, não se falando já da perspectiva cada vez mais próxima, quando os imigrantes começam a entrar na idade de aposentadoria e, portanto, alguém deverá, então, ganhar também para mantê-los.

Aspectos culturais. Os processos migratórios podem ser examinados como certa forma de transferência, troca ou também conquista de conteúdos pertinentes a experiências culturais de diversos recantos do mundo. Esse fenômeno não é novo, mas tomam na atualidade um impulso maior. As questões das interações culturais no caso da imigração latino-americana na Europa indicam sua particular vitalidade nos países, nos quais existem elementos culturais comuns (entre outros, língua, religião), tanto para a comunidade migratória como também para a sociedade que recebe. As semelhanças ou também proximidades no âmbito dos costumes e da cultura contribuem para a atenuação das dificuldades da experiência migratória, o que, entretanto, não garante o tratamento justo dos migrantes da parte da população local. Os estereótipos sobre, por exemplo, o tema da pretensa preferência dos latino-americanos na Espanha não se comprova necessariamente²⁴. Tanto menos, pode-se arriscar a afirmação de que a comunidade dos valores culturais age em muitos casos incentivadoramente nas afluências migratórias (Comparar dados da Tab.5).

Agenda política interna. No discurso de muitos líderes políticos, sociais e jornalistas europeus, o tema da imigração ocupa um lugar visível. Uns apresentam os imigrantes como chance para o sucesso do país, outros

- como ameaça. Uns propõem conceder aos imigrantes direitos políticos mais amplos, outros preferem ver a questão pelo prisma da segurança nacional. A política migratória do Estado acontece ser criticada por todas as partes²⁵. Para uns, portanto, ela é demasiado restritiva, para outros, simplesmente ao contrário – demasiado liberal. De qualquer forma, não é exagerada a afirmação de que, contemporaneamente, nos países europeus a problemática migratória constitui um dos elementos que foram a pauta política corrente.

Relações interregionais. No geral, nas relações União Européia – América Latina e Caribe, prevalece a convicção de que a problemática migratória constitui desafio comum, ao qual devem enfrentar tanto os países de procedência como também os de trânsito e de destino. A Comissão Européia, por sua parte, apóia a formulação de uma série de propostas políticas dirigidas a seus parceiros latino-americanos no campo da integração dos imigrantes nas sociedades que recebem, de apoio à migração legal, de luta contra a migração ilegal e o comércio de mercadoria viva. Relevantes são também as inclinações a ligar a questão da migração com as questões do desenvolvimento²⁶. Deve-se sublinhar que a questão migratória fica cada vez mais presente na ordem do dia das relações políticas birregionais²⁷. Graças a isso, configura-se uma melhor atmosfera para as ações não só no plano oficial, mas igualmente no nível de organização da sociedade cívica (entre outras, não-governamentais, caritativas, humanitárias, sindicais). Aliás, com frequência as ações oficiais constituem resposta a esforços de muitos anos de apoio ou também a reivindicações formuladas pelas acima citadas organizações.

REFLEXÕES FINAIS

- a) No decorrer dos últimos cinquenta anos, os países europeus tornaram-se, em grau diverso, objeto de atenção para os imigrantes latino-americanos. Sua atratividade pode ser explicada pela existência de condicionamentos econômicos mais favoráveis do que no país de origem, mas também condicionamentos históricos, formal-jurídicos, políticos, sociais e culturais favoráveis ou não tão pesados.
- b) A tomada de conhecimento dos princípios da política imigratória conduzida por dado país aumenta a chance de previsão correta do quanto pode ser bem sucedida concreta experiência migrató-

ria. Sendo que o caráter dos condicionamentos que aqui surgem será visto de forma diversa, dependendo do país de procedência do imigrante.

- c) As experiências dos imigrantes latino-americanos mostram que os condicionamentos para o estabelecimento são menos atraentes na Polônia do que no caso dos países que lhes sejam culturalmente mais próximos, como Espanha, Itália ou também Portugal.
- d) Apesar disso, tanto na Polónia como em outros países de igual nível de atratividade, a migração latino-americana encontra-se presente. Com frequência, o motivo central são causas de natureza sentimental, mas certamente não só.
- e) Os processos de integração no contexto da União Européia podem, num futuro curto, levar ao surgimento - nos novos países-membros mais atraentes - de condições mais interessantes do que até o momento para o estabelecimentos de imigrantes estrangeiros. Trata-se aqui da elaboração de políticas populacionais mais realistas, da racionalização dos aspectos formal-jurídicos da migração e também do desenvolvimento econômico geral.
- f) Nesse contexto, pode-se arriscar a afirmação de que, no caso de condições mais favoráveis, a presente comunidade de imigrantes latino-americanos na Polónia pode tornar-se embrião de novas ondas migratórias, se bem que, com certeza, não em tais proporções como outros grupos de estrangeiros – bem mais numerosos e mais ativos – estabelecidos no país das margens do Vístula.

NOTAS

- ¹ Ao se examinar os problemas de migração, particular atenção deve-se dedicar à questão da terminologia básica. Utilizando as noções de “emigração” ou também “imigração”, apontamos, correspondentemente, para o fato concreto de deixar um país ou também chegar a um país. Contudo, vale ter em atenção que os processos migratórios não necessariamente devam ser encerrados nos esquemas ‘do ponto A ao ponto B – emigração’, ‘ao ponto B do ponto A – imigração’, ‘do ponto B ao ponto A – retorno’. A prática mostra que as trajetórias migratórias podem constituir-se de mais do que dois pontos de estada, pode-se, assim, complicar desnecessariamente o texto formado, querendo a cada vez desenhar com precisão a direção do deslocamento do objeto de nossas pesquisas. Vem nos ajudar – encerrando em si diversidade de orientação – o termo ‘migração’, o qual num contexto definido poderá ser propriamente interpretado. Outra observação terminológica refere-se aos termos ‘Europa’ e ‘União Européia’. Desde que na frase não se observe de outra forma, o Autor o usará alternativamente. Observe-se igualmente que, onde aparecerem os termos ‘América Latina’, ‘Latino-América’, devemos entender que se trata de América Latina e Caribe.

- ² E. Jazwinska (red.) *Imigração para Polónia à luz dos resultados do Censo Público Nacional de 2002*. CMP Working Papers N° 13/171, p.4-5.
- ³ Ver p.9. Nesse material são utilizados os dados estatísticos referentes às migrações “documentadas” (com frequência cada vez maior, nos diversos níveis fala-se de migrações internacionais nas categorias ‘documentadas - não-documentadas’, ao invés de ‘legais - não-legais’).
- ⁴ No entanto, vale sublinhar que, em comparação com a dinâmica imigratória em muitos países europeus, essas mudanças são praticamente imperceptíveis. Ver: *Europe in figures – Eurostat yearbook 2006-07*, p.75-80. Vale igualmente acentuar que segundo estimações, entre outras, de organizações não-governamentais, o número de imigrantes ‘não-legais’ na Europa é inclusive duas vezes maior do que a apresentada nas dissertações oficiais.
- ⁵ F. Rodriguez Abraham, “La emigración latinoamericana en Polónia”, [em:] Yamada M. (org.) *Emigración Latinoamericana: Comparación Interregional entre América del Norte, Europa y Japón*. JCAS Symposium Series 19. Osaka: The Japn Center for Area Studies (JCAS) National Museum of Ethnology, 2003, p. 237-247.
- ⁶ Exemplo disso pode ser a história da filha do eminente cientista polonês Ignacy Domeyko que viveu no Chile no século XIX. A senhora Ana Domeyko Sotomayor deixou o Chile em 1878 e junto com o marido Leonem (Lwem) Domeyko estabeleceram-se na Polónia. (Ver: A. Lastra N., “Huellas chilenas en Varsovia”, [em] *El Mercurio*, 10.01.1993, Santiago do Chile).
- ⁷ A questão do destino dos jovens que naqueles anos vinham para os países da Europa do Leste e para a União Soviética como estudantes constitui um dos temas de pesquisa de interessante prenúncio. Já o problema mesmo de definição dos dados numéricos constitui um não pequeno desafio, se considerarmos, por exemplo, a fato da distribuição geográfica das instituições, nas quais os dados sobre esse assunto possam estar guardados: escolas superiores, ministérios, consulados, outras instituições de gestão e organização dos programas de bolsas (entre outras, partidos políticos, sindicatos, estabelecimentos culturais). Para ilustrar a grandeza desses números, examinemos o exemplo do Peru. Das observações próprias resulta que nos anos 80, chegavam à União Soviética, anualmente, cerca de 200 estudantes peruanos, enquanto a cada um dos outros países socialistas de 20 a 30. Isso significa que, a cada ano, mais ou menos 400 jovens peruanos partiam para esses países a fim de iniciar estudos superiores. O período mínimo para o término dos estudos girava em torno de 6-7 anos, tempo suficientemente longo para possibilitar a situação de *desarraigo*, perda das raízes próprias, no sentido de larga aculturação e transformações de identidade, com as quais não era cada um que conseguia enfrentar.
- ⁸ F. Rodriguez Abraham, “Refúgio político na América Latina. Em busca de novas interpretações”, [em:] *Migrações. Espaço de língua espanhola. Três continentes*. Instituto de História da Academia de Ciências da Polónia, 2007, p. 97-102.
- ⁹ F. Rodriguez Abraham, “Los Chilenos em Polonia”, [em:] Dembicz, K (ed) *Relaciones entre Polónia y Chile. Pasado y Presente*. Varsovia: CESLA, 2002, s. 44-57.
- ¹⁰ Dentre os poucos numerosos estudantes latino-americanos que cursam estudos gratuitamente encontram-se os descendentes de migrantes poloneses e alguns doutorandos e estagiários que obtiveram bolsas nos quadros de acordos inter-universitários.
- ¹¹ Entre outras, a recusa do direito de estado e a diretiva de deixar o território da República da Polónia após o término dos estudos. Mais sobre essas e outras questões no contexto das discussões sobre os pressupostos da política migratória da Polónia, ver em: *Sytuacja demograficzna Polski i Zależenia polityki ludnościowej w Polsce. Raport 2004*. Rządowa Rada Ludnościowa Warszawa 2006 (Situação demográfica da Polónia e pressupostos da política populacional na Polónia. Varsóvia 2006), p. 71-72.
- ¹² F. Mattoza, “Ciudadanía europeas. Eurolatino-americanos: Capital humano para la Unión Europea”, [em] Portal “enplenitud.com”, <http://www.enplenitud.com/nota.asp?articulo=1943>.

- ¹³ E. Kepinska. Recent Trends in International Migration. The 2006 SOPEMI Report for Poland, [em] CMR Working Papers. No 15/73, Center of migration research, Warsaw University, 2006. [http://www.migracje.uw.edu.pl/obm/pix/015_pdf], p. 21.
- ¹⁴ Dificuldades adicionais são provocadas pelo fato de que, em alguns casos, os latino-americanos, ao obterem cidadania polonesa, eram forçados a renunciar de sua primeira cidadania (de acordo com o art. 8 pto.3 da Lei sobre Cidadania Polonesa, de 15 de fevereiro de 1962, com as alterações posteriores, que diz: “A atribuição de cidadania polonesa pode ser condicionada à apresentação de comprovante da perda ou da renúncia da cidadania estrangeira”). Em tal situação, o consulado emite declaração da renúncia da cidadania, borra os ex-cidadãos de seus registros.
- ¹⁵ B. Parzych, “Imigranci latynomaerykanscy – integracja i funkcjonowanie w społeczeństwie polskim” (Imigrantes latino-americanos – integração e funcionamento na sociedade polonesa), Trabalho de Mestrado sob orientação do dr F. Rodriguez, escrito no Centro de Estudos Latino-americanos da Universidade de Varsóvia, Varsóvia, 2005. Foram estudados tais aspectos como: origem social, formação, profissão, via migratória, percepção do país e de seus habitantes, dificuldades e êxitos no processo de integração, avaliação da própria experiência migratória na Polónia. Foi empreendida igualmente a tentativa de definição das questões de identidade segundo avaliação dos próprios entrevistados.
- ¹⁶ F. Rodriguez Abraham, “La emigración latinoamericana...”, obra citada.
- ¹⁷ Segundo dados do Censo Nacional Geral de 2002, na Polónia estavam registrados cerca de 53 mil imigrantes nascidos no exterior. Se compararmos esse número com o número estimativo de imigrantes da América Latina e Caribe, resulta que esses últimos constituíram cerca de 1,9% do número geral de imigrantes na Polónia. Interessantes correlações podem resultar da comparação desses valores com os dados sobre a situação em outros países europeus apresentados na Tabela 5 (ver: anexo).
- ¹⁸ Integração na qual visíveis são os elementos de certa “fusão” com a sociedade que recebe. Evito conscientemente usar o termo “assimilação” que em geral provoca “discussões bizantinas” e, por isso, pode desnecessariamente desviar atenção do tema central deste artigo.
- ¹⁹ B. Parzych, “Imigrantes latino-americanos...”, trabalho citado, p. 72-73.
- ²⁰ E isso é algo mais do que reflexões dentro do espírito das antigas teorias push-pull. Na realidade, o contexto migratório permanece sob a influência de diversas mudanças, entre outras, no/a: a) próprio processo migratório, b) sociedade de origem, c) sociedade de destinação, d) de relações mútuas entre as regiões/países, a que se refere o fenómeno migratório.
- ²¹ Comp.: *Exploración bibliográfica sobre estudios de inmigración extranjera en Espana*, IOE, Madrid, 2002; *Las migraciones a debate: de las teorías a las prácticas sociales*, (red. Francisco Checa), Icaria, Barcelona, 2002.
- ²² Dentre os mais novos materiais em língua polonesa que tratam das questões da migração latino-americana, incluindo a Europa, encontrou-se o tomo 13 – editado pelo Instituto de História da Academia de Ciências da Polónia (ACP) – da série Migrações e Sociedade [*Migracje. Hiszpańskojęzyczna przestrzeń. Trzy Kontynenty* (Migrações. Espaço de Língua Espanhola. Três Continentes)], sob redação de Jan E. Zamojski, 2007. As nossas reflexões podem ser úteis o artigo intitulado “Prądy migracyjne w Hiszpanii: przemiany na przestrzeni ostatnich 30 lat” (Correntes migratórias na Espanha: transformações no espaço dos últimos trinta anos), de autoria de Rosário Sevilla Soler (p. 246-276).
- ²³ Interessantes nesse contexto são as diversas experiências do chamado ‘mercado étnico’.
- ²⁴ Ver: A. Domingo, *Trás la retórica de la hispanidad: la migración latinoamericana en Espana entre la complementaridad y la exclusión*, Centre d’Estudis Demogràfics, 2005.
- ²⁵ Boa ilustração dessas contradições constituem as discussões em torno dos processos de regularização da imigração ilegal (isto é, dos “sem-papéis”), que ocorreram na Espanha

desde o início desta corrente década. Particularmente após o processo de 2005, as discussões desenrolaram-se em torno do chamado ‘efecto llamada’ (‘efeito chamada’). Comp.: Inmigración. Efecto llamada en España: problema para Europa, Hazte Oir.org, maio de 2006.

- ²⁶ Veja: Comisión Europea, *La asociación estratégica entre la Unión Europea, América Latina y el Caribe: un compromiso común*, Oficina de Publicaciones de la Comisión Europea, 2008, p. 18.
- ²⁷ Dentre os acontecimentos dos últimos anos, deve-se mencionar, entre outros, a 16^a Reunião de Cúpula Ibero-americana (Montevideo, 2006) dedicada integralmente às questões da migração e do desenvolvimento (<http://www.xvicumbre.org.uy/>), ou também a série de encontros de expertos da União Europeia e da América Latina e do Caribe sobre migração (Quito, 2004; Cartagena de Índias, 2006; Bruxelas, 2008), no âmbito dos sistemas das Reuniões de Cúpula União Europeia - América Latina e Caribe (http://ec.europa.eu/external_relations/la/index_es.htm).

BIBLIOGRAFIA

- Comisión Europea, *La asociación estratégica entre la Unión Europea, América Latina y el Caribe: un compromiso común*, Oficina de Publicaciones de la Comisión Europea, 2008
- Domingo, Andreu, *Tras la retórica de la hispanidad: la migración latinoamericana en España entre la complementariedad y la exclusión*, Centre d’Estudis Demogràfics, 2005
- Domingo i Valls, Andreu; Martínez, Rosana, “La población latinoamericana censada en España en 2001: un retrato sociodemográfico”, [w:] CEPAL, *Notas de población*, No. 81, 2006, p. 99-127
- Europe in figures – Eurostat yearbook 2006-07*
- Exploración bibliográfica sobre estudios de inmigración extranjera en España*, IOE, Madrid, 2002
- Inmigración. Efecto llamada en España: problema para Europa*, HazteOir.org, Madrid, mayo, 2006, [w:] “HazteOir.org” La web del ciudadano activo, [http://www.hazteoir.org/documentos/informe_inmigracion.pdf]]
- Kêpińska, Ewa, *Recent Trends in International Migration. The 2006 SOPEMI Report for Poland*, [w:] CMR Working Papers No.15/73. Center of Migration Research, Warsaw University, 2006 [http://www.migracje.uw.edu.pl/obm/pix/015_73.pdf]]
- Las migraciones a debate: de las teorías a las prácticas sociales*, (red. Francisco Checa), Icaria, Barcelona, 2002
- Martínez Buján, Raquel, *La reciente inmigración latinoamericana a España*, CELADE, Serie Población y Desarrollo, No. 40, Santiago de Chile, 2003
- Mattoza, Francisco, “Ciudadanías europeas. Eurolatinoamericanos: Capital humano para la Unión Europea”, [w:] Portal “enplenitud.com” [<http://www.enplenitud.com/nota.asp?articuloid=1943>]]
- Migracje. Hiszpańskojęzyczna przestrzeń. Trzy kontynenty*, pod red. Jana E. Zamojskiego, Instytut Historii PAN, seria Migracje i Społeczeństwo, tom 13, Warszawa 2007

- Padilla, Beatriz; Peixoto, João, "Latin American Immigration to Southern Europe", 2007, [w:] Migration Information Source, [<http://www.migrationinformation.org/Feature/display.cfm?id=609>]]
- Parzych, Bogusława, "Imigranci latynoamerykańscy – integracja i funkcjonowanie w społeczeństwie polskim" (Imigrantes Latino-americanos – integração e funcionamento na sociedade polonesa), Praca magisterska pod kierunkiem dr. F. Rodrígueza, napisana w Centrum Studiów Latynoamerykańskich UW, Warszawa, 2005. (Trabalho de mestrado sob orientação do dr F. Rodriguez, escrita no CESLA da UV, Varsóvia, 2005)
- Pellegrino, Adela, *Migration from Latin America to Europe: Trends and Policy Challenges*, IOM Migration Research Series No.16, 2004
- Podstawowe informacje o rozwoju demograficznym Polski do 2006 roku*, GUS, Departament Statystyki Społecznej (Informações básicas sobre desenvolvimento demográfico da Polónia até 2006, Departamento de Estatísticas Sociais)
- Podstawowe informacje o rozwoju demograficznym Polski do 2007 roku*, GUS, Departament Statystyki Społecznej (Informações básicas sobre desenvolvimento demográfico da Polónia até 2007, SCE, Departamento de Estatísticas Sociais)
- Rodríguez Abraham, Francisco, "Los chilenos en Polonia", [w:] Dembicz, K. (ed.) *Relaciones entre Polonia y Chile. Pasado y presente*, CESLA, Varsovia 2002, s. 97-102
- Rodríguez Abraham, Francisco, "La emigración latinoamericana en Polonia". [w:] Yamada. M. (org.) *Emigración Latinoamericana: Comparación Interregional entre América del Norte, Europa y Japón*. JCAS Symposium Series 19. Osaka: The Japan Center for Area Studies (JCAS). National Museum of Ethnology, 2003, s. 237-247
- Ruiz Sandoval, Erika, *Latinoamericanos con Destino a Europa: Remesas y Codesarrollo como temas emergentes en la Relación UE-AL*, Instituto Complutense de Estudios Internacionales, 2006
- Sytuacja demograficzna Polski i Założenia polityki ludnościowej w Polsce. Raport 2004*. Rzłdowa Rada Ludnościowa, Warszawa 2006 (Situação demográfica da Polónia e Pressupostos da política populacional na Polónia. Relatório de 2004, Conselho Governamental Populacional, Varsóvia, 2006)
- Ustawa z dnia 15 lutego 1962 r. o obywatelstwie polskim*, tekst jednolity Dz.U. Nr. 28 z 2002r., poz. 353 (Lei de 15 de fevereiro de 1962 sobre cidadania polonesa, texto homogêneo do Diário de Leis, nr. 28 de 2002, pos. 353)
- Zestawienia Roczne*, Urzłd do Spraw Cudzoziemców (Registros Anuais, Secretaria de Migração de Estrangeiros), [http://www.udsc.gov.pl/Zestawienia_roczne_233.html]]

ANEXO

Tabela 1. Balanço migratório na Polônia (1990, 1995, 1999-2007).

Ano	População (em milhares)	Balanço migratório (em milhares)		
		Emigração	Imigração	Saldo
1990	38 073	18,4	2,6	-15,8
1995	38 284	26,3	8,1	-18,2
1999	38 263	21,5	7,5	-14,0
2000	38 254	27,0	7,3	-19,7
2001	38 242	23,3	6,6	-16,7
2002	38 219	24,5	6,6	-17,9
2003	38 191	20,8	7,0	-13,8
2004	38 174	18,9	9,5	-9,4
2005	38 157	22,2	9,3	-12,9
2006	38 125	46,9	10,8	-36,1
2007*	38 115	36,0	15,0	-21,0

* Dados estimativos. Fonte: Secretaria Central de Estatísticas Sociais. Informações básicas sobre desenvolvimento demográfico da Polónia até 2006, pg.20; Secretaria Central de Estatísticas Sociais, Informações básicas sobre desenvolvimento demográfico da Polónia até 2007, pg. 14.

Tabela 2. Permissões para estabelecimento na RP.

Cidadania	1998-2000			2003-2005		
	positivas	negativas	anulação	positivas	negativas	anulação
Total (todos os países e continentes)	1 658	845	55	9 689	1 343	626
Argentina	-	-	1	3	-	1
Bolívia	-	-	-	10	1	2
Brasil	3	1	2	13	2	1
Chile	1	-	-	5	-	1
Equador	1	-	-	5	-	-
Guiana				1	-	-
Guatemala				1	-	-
Honduras				1	-	-
Canadá	6	1	-	21	-	3
Columbia	3	1	-	11	1	1
Costa Rica	1	-	-	1	-	1
Cuba				5	1	-
México	1	-	-	16	0	5
Nicarágua	1	-	-			
Panamá	-	1	-	1	-	-
Peru	6	2	-	17	4	1
Estados Unidos da América	34	11	3	157	21	9
Uruguai	-	1	-	3	-	1
Venezuela	2	2	-	6	-	1

Fonte: Trabalho com base nos *Registros Anuais* da Secretaria de Migração de Estrangeiros

Tabela 3. Permissões para moradia por tempo determinado na RP.

Cidadania	1998-2000				2003-2005			
	positivas	estadia tolerada	negativas	anulações	positivas	estadia tolerada	negativas	anulações
Total (todos os países e continentes)	36 793	-	2 118	397	76 613	64	5 199	2 840
Argentina	21	-	-	1	48	-	1	2
Bolívia	18	-	1	-	26	-	-	1
Brasil	135	-	2	-	225	-	5	13
Chile	14	-	-	-	24	-	5	1
Rep. Dominicana					13	-	-	-
Equador	17	-	-	-	66	-	1	4
Guiana	3	-	-	-	1	-	-	-
Guatemala					5	-	-	3
Honduras	1	-	1	-	10	-	-	-
Jamaica	2	-	-	-	6	-	-	-
Canadá	253	-	3	3	501	-	5	23
Colômbia	35	-	-	-	93	-	2	3
Costa Rica	5	-	-	-	2	-	-	1
Cuba	12	-	-	-	29	-	3	-
México	36	-	-	-	135	-	2	3
Nicarágua	3	-	-	-	4	-	-	-
Panamá	7	-	-	-	7	-	-	-
Paraguai	3	-	1	-	4	-	-	-
Peru	55	-	2	-	131	-	4	8
Salvador	3	-	-	-	1	-	-	-
Estados Unidos da América	1 413	-	11	21	2 631	-	31	92
Surinam					2	-	-	-
Uruguai	2	-	-	-	5	-	-	-
Venezuela	8	-	-	2	48	-	2	1

Fonte: Trabalho com base nos *Registros Anuais* da Secretaria de Migração de Estrangeiros.

Tabela 4. Imigrantes dos países da América Latina e Caribe na Polónia (2001).

País da cidadania	Número de cidadãos	
	Registrados	Não-registrados (estimativamente)
Argentina	95	b.d.
Brasil	180	20
Colômbia	70	2
Costa Rica	24	s.d.
Cuba	140	60
Chile	b.d.	b.d.
Equador	15	b.d.
México	94	10
Peru	130	40
Venezuela	b.d.	b.d.
Outros	-	120
Total (em cada categoria)	748	252
Total (Registrados e não-registrados)	1 000	

Fontes: Resultados de indagações em setores consulares nas embaixadas de países latino-americanos em Varsóvia (2001); Informações orais de migrantes (2000-2001).

Tabela 5. População originária da Região da América Latina e Caribe em países europeus selecionados.

País	ano	Número total de migrantes	América Latina e Caribe				Outras nacionalidades	% da população originária da AL e Caribe (em relação ao número total de imigrantes)
			América do Sul	América Central e México	Caribe	Total		
Espanha	2006	3 021 808	946 116	20 461	98 339	1 064 916	1 956 892	35.2
Itália	2004	2 227 567	167 197	11 599	26 030	204 826	2 022 741	9.2
Reino Unido	2004	2 741 388	42 204	5 147	65 430	112 781	2 628 607	4.1
Alemanha	2005	6 201 251	66 459	10 270	17 031	93 760	6 107 491	1.5
Portugal	2005	369 297	55 366	386	690	56 442	312 855	15.3
França	1999	3 263 186	25 357	3 950	17 355	46 662	3 216 524	1.4
Suíça	2005	1 524 663	28 239	2 792	7 948	38 979	1 485 684	2.6
Holanda	2005	699 351	19 714	1 638	2 280	23 632	675 719	3.4
Suécia	2005	481 141	15 778	1 815	1 388	18 981	462 160	3.9
Bélgica	2003	848 396	7 972	1 102	1 499	10 573	837 823	1.2
Áustria	2005	765 303	4 174	759	1 909	6 842	758 461	0.9
Noruega	2005	213 303	4 450	535	721	5 706	207 597	2.7
Dinamarca	2005	257 352	3 095	613	452	4 160	253 192	1.6
Finlândia	2005	108 346	971	277	221	1 469	106 877	1.4
Luxemburgo	2001	162 285	601	45	187	833	161 452	0.5
Grécia	2004	586 044	494	75	217	786	585 258	0.1

Fonte: B.Padilla; J.Peixoto “Latin American Immigration to Southern Europe” 2007.

Percepção da América Latina e das relações polono-latino-americanas na imprensa polonesa¹

M. Krawczuk

Presentemente, a imagem do mundo é criada em grande medida pela mídia, e tanto mais o mencionado mundo esteja geográfica, lingüística e culturalmente distante, tanto maior papel desempenha a mídia na configuração de nossas imaginações sobre o mesmo. A América Latina e sua realidade não constituem, indubitavelmente, parte da experiência do polonês médio, sendo que o conhecimento sobre esse continente não faz parte do cânone da instrução na Polônia. Eis porque também, neste trabalho tentaremos mostrar a visão da América Latina que a mídia polonesa transmite, mais exatamente – a imprensa polonesa. Essa tentativa baseia-se em três indagações iniciais: Sobre o quê escreve? Como escreve? Porque escreve?

As reflexões aqui apresentadas assentam-se em textos publicados em três publicações da imprensa polonesa, no período de 1991 a 2007: os diários “Gazeta Wyborcza” (“Gazeta Eleitoral”) e “Rzeczpospolita” (“República”), e o semanário “Polityka”² (“Política”). A escolha justamente desses títulos de imprensa resultou centralmente do fato de terem os mesmos relativamente longa história no mercado de imprensa, serem generalizadamente considerados como criadores de opinião e honestos e *last but not least* disporem de arquivos de internet.

Foram analisados sobretudo os textos mais compridos e menos analíticos; foram ignoradas, contudo, curtas notas de caráter informativo. A análise (sobretudo quantitativa) de tais notas seria indubitavelmente instrutiva, aqui no entanto foi adotado o princípio de que os artigos analíticos configuram em maior grau a imaginação do leitor sobre os fenômenos descritos.

Essas publicações, como é sabido, são órgãos de teor geral, nenhuma delas contém seção na qual apareçam regularmente informações sobre a América Latina. Essas informações encontram-se espalhadas nas seções referentes a cultura, ciência, política, economia e acontecimentos correntes. Característico é que em cada um dos títulos podem ser observadas pessoas de certo modo especializadas na temática latino-americana: na “Gazeta Eleitoral” – Maciej Stasinski e Artur Domoslawski, na “República” – Malgorzata Tryc-Ostrowska, na “Política” – Daniel Passent e Arturo Vidal.

SOBRE O QUÊ ESCREVEM?

A maioria dos artigos levados em consideração referem-se a situações num só país escolhido, raros são os artigos que versam sobre uma área geográfica maior. A área maior é examinada quando em jogo entra um problema que extrapola o país, por exemplo, vitórias eleitorais de populistas de esquerda, relações interamericanas, exclusão social dos índios, identidade latino-americana. Não é difícil prever que os gigantes regionais (Argentina, Brasil, México) dominam igualmente nas notícias da imprensa, são descritos com maior frequência e mais multilateralmente. Alguns países nas publicações em questão parecem ser praticamente colados a determinados temas: Cuba é Fidel Castro e a oposição a ele, Chile é economia liberal e Augusto Pinochet e sua herança, Nicarágua liga-se às relações tensas com os Estados Unidos, Haiti é guerra civil e inquietação política.

No caso de alguns países, consegue-se facilmente observar a conjuntura de interesse. Sobre o Peru escreveu-se bastante na fase final do governo de Alberto Fujimori (em 2000), além disso aparece principalmente no contexto arqueológico. A Venezuela tornou-se objeto de interesse no momento da conquista da presidência por Hugo Chavez, assim como Bolívia, desde que é governada por Evo Morales. Sobre os demais países escreve-se raramente e apenas por ocasião de acontecimentos excepcionais. E assim: o Paraguai apareceu após o assassinato do vice-presidente Luis Maria Argana em 1999, sobre o Uruguai escreveu-se no contexto da controvérsia em torno da pessoa do presidente da União das Associações e das Organizações Polonesas na América Latina, sobre o Equador – quando a Polônia encontrou-se com esse país num grupo durante o Campeonato Mundial de Futebol em 2006. Os países do Caribe ou da América Central não aparecem praticamente nos textos em geral.

No que respeita ao campo temático dos artigos, para uso deste trabalho o material recolhido foi dividido em quatro grupos: referentes a política, economia, problemas sócio-culturais e relações polono-latino-americanas.

Política

Nos artigos sobre a temática política, em primeiro plano destaca-se sem dúvidas a apresentação dos processos políticos correntes, tais como, por exemplo, eleições ou crises governamentais. Em particular, as elei-

ções que trazem clara mudança de qualidade tornam-se pretextos para textos analíticos mais compridos. Tal situação ocorreu quando em 2000, no México, após 71 anos, perdeu o poder o Partido Revolucionário Institucional, e na GW de 15/07/2000 foi inserida uma extensa história desse partido. Assim também, quando em 2005, pela primeira vez, presidente da Bolívia passou a ser um índio, Evo Morales; os jornais dedicaram amplo espaço à sua figura, como também à situação dos nativos americanos.

Atenção dos jornalistas atraem igualmente as crises políticas e todas as formas de instabilidade política. Abundantemente foi relacionada a crise política na Argentina no período passageiro da presidência de Eduardo Duhalde (2002-2003, ver GW de 21/03/2002), e o dramático final de Alberto Fujimori no Peru (2000).

Seguinte tema abordado com frequência é o problema de governos não-democráticos e processo de saída da ditadura. Supõe-se que com esse tema grande parte dos leitores pode se identificar, vendo analogia com as experiências polonesas. Os autores não raramente falam de modo direto sobre esse tipo de analogia, como, por exemplo, o texto em GW de 11/12/1998, ao comparar os ajustes de conta com o passado no Chile e na República Tcheca. Em outros casos, tal analogia sugere o uso de certas palavras e a menção de certos atributos: por exemplo, na reportagem de Cuba (GW de 08/04/2000) fala-se de carta de racionamento de carne, apresentação de autocrítica, leninismo, diplomas de russo, etc.

O problema da saída da ditadura foi abordado principalmente por ocasião da detenção de Augusto Pinochet em 1998 e sua morte em 2006. A transformação chilena foi, por outro lado, amplamente abordada, entre outras, por ocasião da visita do presidente do Chile, Eduardo Frei, a Polônia (GW de 19/04/1999). Amplamente, por ocasião da crise dos anos 2001-2002, foram descritas também as experiências argentinas (GW de 21/03/2002) durante o processo de saída da ditadura militar.

Com o problema das ditaduras e das carências democráticas estão correlacionadas tais questões como autoritarismo, opressão do poder, perseguição da oposição, violação dos direitos humanos. Com abundância e regularidade aparecem nesse contexto as relações com Cuba, relações ilustradas de torturas e perseguições de opositores (entre outras, GW de 10/06/2000, GW de 31/03/2001). Em tom idêntico são man-

tidos os artigos sobre a junta argentina dos anos 1976-1983 ou o governo de Augusto Pinochet.

Certamente, de acordo com o princípio de *“bad news is good news”* publicam-se com prazer relatos sobre guerras e conflitos armados. Por felicidade, quanto a esse aspecto, a América Latina apresenta-se bem melhor (ou também pior) do que os Bálcãs ou Próximo Oriente, no entanto, regularmente aparecem relatos sobre o conflito na Colômbia, nos quais se usa um vocabulário tipicamente de guerra como: “frente”, “as lutas se intensificaram”, “curso sangrento”, “regras de combate” (GW de 25/07/1998). De modo parecido, quase que exclusivamente num contexto de guerra e genocídio, aparece o Haiti.

Por fim, bastante atenção dentre os acontecimentos políticos dispensa-se às relações internacionais. Dominam decididamente os artigos sobre as relações América Latina-EUA, tanto em seus aspectos institucional e positivo (reuniões de cúpula americanas, criação da NAFTA e ALCA), como também de segredo e conflito (intervenções da CIA na América Central, criação por Hugo Chavez do “eixo anti-ianque”). Num grau um pouco menor aborda-se a problemática das relações internas à própria América Latina, dando atenção centralmente aos conflitos e tensões (conflito venezuelano-mexicano, Rz de 16/11/2005). Informações sobre as relações da União Européia e de seus diversos países-membros com a América Latina aparecem em pequena quantidade e principalmente após o ingresso da Polónia na UE, portanto, desde quando esses relatos referem-se “pessoalmente” à Polónia.

Economia

A economia diferencia-se da política e da cultura como tema porque, ao se escrever sobre a mesma, pode-se acrescentar cifras e porcentagens, emprestando às informações um carácter quase totalmente objetivo. Entretanto, de tal possibilidade serve-se unicamente a “República” (Rz.), em parte de seus artigos. Na seção “Economia”, numa coluna permanente intitulada “Mercados em desenvolvimento”, esse diário informa sobre atuais resultados e tendências nas bolsas da América Latina. As publicações em questão são endereçadas, no entanto, a não-especialistas, daí também o porquê da maioria dos relatos sobre a economia latino-americana terem carácter descritivo ou de reportagem.

Sem dúvidas, o problema mais frequentemente abordado é constituído por crises e recessões. Com certeza, funciona aqui parcialmente o lembrado princípio de que as más notícias são mais interessantes, em parte também os autores acham que esses problemas não serão estranhos a seus leitores poloneses. Além disso, como se sabe, vivemos nas condições de uma economia globalizada, daí também o escrever sobre crises, inclusive situadas em lugares distantes - pode-se tratar como advertência, aviso ou simplesmente preparação.

Isso se vê perfeitamente no exemplo de um acontecimento que foi indubitavelmente o mais falado: a crise argentina dos anos 2001-2002. Os artigos desse período apresentam amplamente o contexto e a gênese da crise, seu curso, efeitos para população, por fim, a forma de superação (por exemplo, GW de 12/01/2002); no entanto, ao mesmo tempo, se apressam a assegurar que o “mercado polonês não está ameaçado” (Rz de 03/11/2001). Com isso mesmo os autores dão a entender que semelhantes crises não podem ser tratadas como algo distante e exótico, pois a economia mundial é um sistema de vasos comunicantes. Assim como acontece no caso de conflitos armados, a crise é descrita não só com ajuda de cifras, mas também de casos que agem sobre a imaginação, como por exemplo os médicos que recuperavam os estimuladores dos cadáveres durante a recessão na Argentina (GW de 29/07/2002).

Duas noções que aparecem com maior freqüência nos artigos sobre a economia da América Latina, mas, ao mesmo tempo, acontecem estar em oposição entre si, são neoliberalismo e populismo. À luz dos artigos pode-se chegar à convicção que a América encontra-se num dilema, em que, de um lado, está espreita o “livre mercado como biombo para a rapina” (GW de 16/07/2002), do outro, a estatização e a corrupção. As reflexões sobre “quanto de Estado no mercado” é fácil de correlacionar com a situação polonesa, daí certamente ser um tema abordado com vontade.

A seguinte questão econômica frequentemente descrita na imprensa é o problema da desigualdade de rendimentos e da pobreza. As desigualdades parecem ser, com base nos textos, o problema mais sério da América, são “a fonte central da violência” (GW de 30/10/1999). O leitor polonês, com base em textos selecionados, pode não só fazer idéia da escala e profundidade da pobreza latino-americana, no que é ajudado pelas drásticas descrições (por exemplo, Plt isto é, Polityka, de 09/04/2005), mas igualmente ganhar a convicção de não ser ela uma circuns-

tância provocada por alguém, mas antes um mal feito “aos de baixo” pelas “élites”.

O último problema que em nossa opinião, de forma bastante legível, se destinge dos artigos em pauta, são os processos de integração. De forma relativamente regular aparecem as informações sobre as atividades e iniciativas da ALCA, NAFTA, Mercosul (por exemplo, Plt de 14/02/2004, por ocasião das reuniões de cúpula dessas organizações, no entanto, muito mais popular são as publicações sobre globalização. Passamos a conhecer a globalização principalmente pelo prisma de seus adversários, o que é denotado, ao menos, pelos inúmeros relatos sobre o 2º Fórum Social Mundial de Porto Alegre (por exemplo, GW de 09/02/2002). Muitos textos descrevem as idéias e as atividades dos movimentos antiglobalistas, não faltam também informações sobre a ação negativa da globalização.

Cultura, sociedade, ciência

Além dos dois grandes temas, isto é, política e economia, são abordados igualmente muitos outros temas referentes à vida na América. Abordaremos aqui alguns temas que se destacam regularmente em artigos selecionados. Tema freqüente e amplamente abordado é a vida religiosa. Acontecimento para abordar essa temática constituíram as viagens de João Paulo II aos países da América, depois sua morte e as circunstâncias da eleição do novo papa, no entanto, não raramente os artigos apareciam sem clara ocasião. A América Latina é apresentada como continente indubitavelmente católico, pelo que pode parecer ao polonês médio próxima e conhecida (as multidões chorando pelo papa descritas no GW de 04/04/2005). Ao mesmo tempo, contudo, esse catolicismo surge como diferente do polonês. Essa diversidade é formada por rituais espetaculares, sincretismo e conflito em torno da teologia da libertação. Sobre a teologia da libertação escreve-se principalmente no contexto da sua condenação pelo Vaticano (por exemplo, GW de 14/11/1998) e da paradoxal – do ponto de vista polonês – ligação do catolicismo com o esquerdismo (Plt. de 26/03/2005). Contudo, o sincretismo é descrito em tom de curiosidade etnográfica e o mais freqüente correlacionado com os índios, mas raramente também com os afro-americanos.

Cultura e arte latino-americanas gozam na Polônia de grande popularidade, daí também os relatos sobre os êxitos dos artistas latino-ame-

ricanos aparecerem com regularidade. Em primeiro plano, sem dúvida, aparece a literatura, o que se pode interpretar como reminiscência do boom da literatura ibero-americana de anos atrás. Nossos jornalistas dedicam maior atenção aos clássicos vivos tais como Gabriel Garcia Márquez, Carlos Fuentes e Mario Vargas Llosa. Além de informações correntes sobre as suas obras, foram dedicados a esses autores esboços biográficos e traduzidos seus ensaios, nos quais se pronunciam sobre os problemas correntes da América. Pode-se dizer que são eles apresentados como autoridades, sábios, que explicam esse continente.

De menor interesse gozam os filmes da América, tanto os originários da corrente central da popcultura como “Frida” ou “Diários de motocicleta”, mas também produções mais de vanguarda. O aparecimento de um filme popular não raro frutifica em forma de textos relacionados com seu teor, o filme torna-se ponto de partida para histórias sobre a América.

A América Latina aparece com bastante raridade nas seções científicas, no entanto, de invariável popularidade goza a arqueologia andina e meso-americana. Textos sobre escavações aparecem regularmente, e não só no contexto dos sucessos de cientistas poloneses.

O esporte na América Latina é representado nos artigos em questão sobretudo pelo futebol. Com frequência, sugere-se (por exemplo, Plt. de 10/06/2006) que o futebol é a metáfora ideal do “latino-americanismo”, mas, ao mesmo tempo, como numa lente, enxerga-se no mundo do futebol problemas de sociedades inteiras: tensão do multiculturalismo, desigualdade de rendimentos e divisões políticas.

Relações Polônia e mundo latino-americano

Como se poderá convencer durante a Conferência, inúmeras e diversificadas relações ligam a Polônia com o mundo latino-americano. Considerando o perfil das publicações aqui examinadas, o maior espaço nos mesmos é dedicado às relações políticas e econômicas.

No nível básico, a imagem das relações polono-latino-americanas na imprensa é construído através das descrições dos contatos diretos, isto é, por exemplo, das visitas de políticos poloneses a países de América Latina e vice versa. A visita de político de elevado escalão constitui uma excelente ocasião para uma extensa entrevista como no caso das visitas de Eduardo Frei ou Ricardo Lagos. Nas entrevistas, os políticos descre-

vem, claro, principalmente, o país que representam, mas frequentemente aparecem nessas entrevistas elementos poloneses. Quando Eduardo Frei fala dos governos de Pinochet (GW de 19/04/1999), o jornalista informa o entrevistado como essa figura é vista na Polônia.

O problema das relações econômicas com a América Latina não é amplamente abordado, o que é difícil de estranhar: a AL não faz parte do grupo dos principais parceiros da Polônia. No entanto, esporadicamente aparecem informações sobre esses contatos, por exemplo, a devolução ao Brasil da dívida contraída ainda no período de Edward Gierek (Plt de 10/11/2001).

Tem-se a impressão que, surpreendentemente, pouco espaço nas publicações examinadas é dedicada à Comunidade Polônica latino-americana. De um lado, foi publicada uma série de artigos referentes à controvérsia em torno da USOPAL, de outro, surgiram esboços biográficos sobre notáveis poloneses que viveram e atuaram na América, como, por exemplo, Ignacy Domeyko, Witold Gombrowicz, Slawomir Mrozek. Lembra-dos são também não tão famosos, mas, igualmente de mérito, poloneses que trabalham e vivem na América, por exemplo, missionários.

COMO SE ESCRIVE?

Na imagem da América Latina que sai dos artigos abordados, relevante influência têm a linguagem e o estilo neles aplicados. Alguns fenômenos parecem ser aqui particularmente característicos.

Os relatos sobre a América Latina são, muito frequentemente (em particular nos títulos, cuja tarefa é atrair a atenção do leitor), acompanhados de metáforas relacionadas com tais esferas como dança, futebol, telenovela. Exemplos: *Fragmentos permanentes do jogo* (Plt de 10/06/2006 – sobre a história contemporânea do Equador), *Flecha de ouro* (Plt de 10/11/2001 – sobre as relações econômicas da Polônia com o Brasil), *Samba do real* (Plt de 23/01/1999 – crise financeira no Brasil), *Pague com tango* (Plt de 26/06/1999 – sobre a política monetária da Argentina), *Telenovela sem happy end* (Plt de 22/10/2005 – sobre a presidência de Lula da Silva). Os autores revelam, desse modo, o que América Latina lembra ao leitor médio, mas ao mesmo tempo fortalecem esses esquemas e tornam acessiva a realidade distante, enquadrando-a em estereótipos mentais fortemente enraizados.

Contudo, nesses mesmos textos com muita frequência aparecem espanholismos inexplicáveis, que têm como fim criar atmosfera, atri-

buir sabor do colorido local ou também introduzir certas noções especificamente latino-americanas. A tais expressões pertencem, por exemplo: *caudillos*, *(basta) mañana*, *punto fijo*. Entretanto, no quanto seja realmente difícil encontrar na língua polonesa um correspondente simples de *caudillo*, o escrever *el presidente* ao invés de “presidente” devemos considerar já como truque puramente estilístico.

Se num extremo está a vontade de atribuir aos textos exotismo e colorido, em outro, situa-se a tendência de introduzir na realidade descrita elemento próprio e conhecido. E assim, por exemplo, Luiz Inácio Lula torna-se o “Walesa brasileiro” (Plt de 07/10/2006), Carlos Menem introduz “linha grossa” (Rz de 21/10/1998), e *gaúcho* simplesmente “cossaco argentino”. Tais operações aproximam as realidades estranhas, ao mesmo tempo servem como elemento mnemotécnico e cômoda abreviação mental.

PORQUE SE ESCREVE?

Ao fazermos essa pergunta, pensamos principalmente no pretexto para escrever sobre a América Latina, mas pode-se também compreendê-la de forma mais ampla, a saber: porque a América Latina deveria ser interessante para o leitor polonês médio? Começando dos pretextos, não é difícil adivinhar que o pretexto básico é um acontecimento de grande ressonância midiática em todo o mundo tal como a reunião de cúpula de Porto Alegre e a morte de Augusto Pinochet. Tal acontecimento incentiva os jornalistas a delinear mais largamente o pano de fundo dos acontecimentos correntes. Um pouco igual no caso das efemérides.

A seguir, escreve-se sobre as questões para as quais o leitor polonês pode facilmente encontrar analogia, o que as faz mais interessantes e menos indiferentes. Parece que desse modo pode-se interpretar, por exemplo, os relatos sobre os ajustes de contas com os governos não-democráticos, mas também sobre os costumes religiosos e peregrinações papais.

As informações sobre a economia latino-americana exercem frequentemente função educativa (mostrando como na prática funciona certo fenômeno, que poderia ser introduzido na Polônia, por exemplo, sistema privado de aposentadoria) ou adverte (descrevendo os resultados lamentáveis de decisões econômicas errôneas como no caso da crise argentina).

Por fim, vale lembrar que a informação preenche também função de divertimento e muitos textos aparecem sem claro motivo, mas simplesmente porque o autor considera-os como potencialmente interessantes. No entanto, pode-se ponderar se tal caráter de divertimento serve à honestidade. Parece que a freqüente combinação de tais artigos “interessantezinhos”, de um lado, de sensação, macabra e sentido drástico, de outro, de exotismo *pra só mostrar* e de estereótipos, cria uma imagem da América que se pode resumir com um dos subtítulos (GW de 21/03/2002) – “tango desesperado”. Se tal imagem corresponde à realidade, não sou eu a avaliar.

NOTAS

- ¹ Este texto muito deve às observações da dr Katarzyna Dembicz e do dr Francisco J. Rodriguez, aos quais apresento meus cordiais agradecimentos. Inspiradoras para mim foram também as reflexões contidas no trabalho de mestrado da sra. Elzbieta Janek, intitulado “Imagem da América Latina na imprensa polonesa”, escrita no CESLA da UV sob a orientação do dr Francisco Rodriguez.
- ² Serão usadas as abreviações: GW – “Gazeta Eleitoral”, Plt – “Política”, RZ – “República”. As datas após abreviação correspondem a dia/mês/ano. No texto foram submetidos à análise 51 artigos da “Política”, 68 da “Gazeta Eleitoral” e 71 da “República”.

Normas Editorias

O autor do trabalho deve indicar seu nome completo, título acadêmico e vinculação institucional, bem como endereço completo para correspondência.

Os trabalhos devem ser enviados em disquete, CD, Pendrive, acompanhado de cópia impressa em papel.

O resumo e o abstract devem ter no máximo 10 linhas e vir acompanhados de 3 palavras = chaves/keywords.

Os artigos devem ter extensão máxima de 65 mil caracteres, digitados na fonte *Times New Roman* 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm.

Os destaques feitos no corpo do texto deverão ser feitos com aspas simples.

As palavras e expressões escritas em língua diferente daquela escolhida pelo autor deverão aparecer em itálico, bem como os títulos de livros, revistas, jornais, instituições, etc.

As citações até três (3) linhas deverão ser feitas no corpo do texto, com aspas duplas. As citações que ultrapassarem três (3) linhas deverão ser transcritas com recuo no texto, sem aspas.

Os destaques feitos pelo autor nas citações deverão ser indicados em negrito.

Os artigos devem ser acompanhados de resumos (em português e inglês), com, aproximadamente, dez linhas e de cinco (5) palavras-chave (em português e inglês).

Os originais podem ser remetidos em português, inglês, francês, espanhol ou italiano.

As resenhas críticas devem ter extensão máxima de 10 mil caracteres, digitados na fonte *Times New Roman* 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm. As notas devem ser colocadas ao final da resenha.

Todas as notas devem ser colocadas ao final do texto antes da bibliografia.

A bibliografia deve ter a seguinte apresentação:

Nome e SOBRENOME. Título do livro em itálico: subtítulo. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do capítulo ou parte do livro. In: Título do livro em itálico. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do Artigo entre aspas. Título do Periódico em itálico. Cidade: Editora, vol., fascículo, ano, p. ou pp.

Admitem-se as referências *Id. ibidem* e *Op. cit.*, segundo as normas em utilização.

Todos os trabalhos serão submetidos a dois pareceristas. Os autores serão notificados da aceitação ou não dos respectivos trabalhos. O material remetido não será devolvido pela revista. Os trabalhos não aceitos estarão à disposição dos autores pelo prazo de seis meses, a contar da emissão do parecer.

Todos os artigos encaminhados fora destas normas serão enviados ao autor para as adaptações necessárias.

São automaticamente cedidos à revista os direitos autorais sobre os originais e traduções por ela publicados. Os dados e conceitos abordados nos artigos e resenhas são da exclusiva responsabilidade do autor.

Cada autor receberá gratuitamente cinco exemplares do número da revista que contenha seu artigo.